



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 071 TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 99/2015.....	6
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 18/2015.....	6
2 – ATA DA 71ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 18 DE MAIO DE 2015	7
2.1 – ABERTURA.....	7
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a Comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública, nos termos do Requerimento nº 53/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores	7
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia.....	7
Senador Valdir Raupp.....	10
Senador Hélio José.....	11
Senador Telmário Mota	13
Senador Romero Jucá	14
Sr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral da União	16
Sr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos	17
Srª Michelle Leite, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais	19
2.3 – ENCERRAMENTO.....	20
3 – ATA DA 72ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MAIO DE 2015	21
3.1 – ABERTURA.....	21
3.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	21
3.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	21
3.2.1.1 – Pareceres	
Nºs 154 e 155/2015, das Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25/2012.....	21
Nº 156/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2011	31
3.2.1.2 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo de dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 25/2012 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 18/2015-CCJ).....	36
3.2.1.3 – Requerimentos	
Nº 522/2015, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015	36
Nº 523/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015	39
Nº 524/2015, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 336, 490 e 498/2011; 296 e 392/2012.....	39
3.2.1.4 – Comunicações	
Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de que foi dado conhecimento aos membros desse Órgão técnico do inteiro teor do Ofício "S" nº 55/2015, com posterior envio ao Arquivo (Memorando nº 32/2015).....	39
Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de extinção da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (Ofício nº 15/2015).....	40

Do Senador Roberto Requião, de solicitação do registro do voto de S. Ex ^a em favor da aprovação da indicação do Sr. Luiz Edson Fachin para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (Expediente s/nº/2015).....	42
3.2.1.5 – Substitutivo recebido da Câmara dos Deputados	
Substitutivo da Câmara nº 9/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 517/2011 (nº 7.169/2014, naquela Casa), de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	49
3.2.1.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 37/2015 (nº 6.970/2010, na Casa de origem), de autoria do Deputado Chico Alencar, que <i>institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido</i>	82
Projeto de Lei da Câmara nº 38/2015 (nº 2.900/2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Beto Mansur, que <i>estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional</i>	86
3.2.1.7 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 142/2015, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 68/2012, sancionado e transformado na Lei nº 13.122/2015	91
3.2.1.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 39/2015 (nº 313/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.082/2015, proferido nos autos do processo TC 023.923/2014-8.....	91
3.2.1.9 – Término de prazos	
Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de duas emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 46/2014	91
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 23/2015.....	95
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 60/2013	95
3.2.1.10 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde	
Nº 258/2015, na origem, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 29,31 e 32/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.	95
3.2.2 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão de debates temáticos, amanhã, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a discutir a terceirização.....	95
3.2.3 – Comunicação	
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 159/2015). <i>Designação da Senadora Rose de Freitas, como suplente, para compor a referida Comissão</i>	95
3.2.4 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Registro do transcurso, ontem, do Dia Internacional contra a Homofobia; e outros assuntos.....	96
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Satisfação pela presença da Presidente da República em inauguração de navio petroleiro no Estado de Pernambuco; e outros assuntos.....	104
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas à atuação da oposição ao Governo Dilma Rousseff e apresentação de dados positivos do primeiro trimestre de 2015; e outro assunto.....	105
SENADORA ANA AMÉLIA – Registro de encontro realizado em Porto Alegre com centrais sindicais para discussão sobre pauta legislativa destinada a assegurar os direitos dos trabalhadores; e outros assuntos.....	109
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Alerta para a crise no atendimento cirúrgico cardiovascular no Brasil.....	122
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários acerca de artigo intitulado “O futuro já está perdido”, no qual o jornalista Clóvis Rossi discorre sobre a colocação do Brasil na 78ª posição em ranking sobre capital humano.....	126
SENADOR JORGE VIANA – Relato de viagem para participação no Fórum de Florestas, da Organização das Nações Unidas; e outro assunto.....	128
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Críticas ao Governo do Paraná por alteração no regime próprio de previdência social; e outros assuntos.....	132
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Satisfação com a instalação da CPI destinada a investigar o suposto esquema de corrupção ocorrido no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf.	137
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Considerações sobre a importância da energia fotovoltaica para o futuro do País..	140
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Comentários sobre os desafios a serem enfrentados pela CPI do Assassinato de Jovens.....	144
3.3 – ENCERRAMENTO.....	147
4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
4.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	

- 4.1.1 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Suplemento “A”)**
4.1.2 – Ata de Comissão Temporária do Senado Federal (Suplemento “B”)
4.1.3 – Atas de Comissão Permanente do Congresso Nacional (Suplemento “C”)
4.1.4 – Atas de Comissões Temporárias do Congresso Nacional (Suplemento “D”)

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	148
Bancadas dos Partidos	149
Por ordem alfabética	150

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

.....	151
-------	-----

7 – LIDERANÇAS

.....	152
-------	-----

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

.....	154
-------	-----

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

.....	159
-------	-----

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	163
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	166
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	168
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	171
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	174
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	179
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	182
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	184
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	187
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	189
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	191
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	192

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	193
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993).....	194
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	195
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)...	196
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	197
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010).....	198
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	199
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	200
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013).....	201
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995).....	202
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	202
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	203
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010).....	204

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006).....	205
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	207
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	209
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	210
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	211
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	212
CMCFL – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal (Ato Conjunto dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 1/2015).....	214

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011-CN)	215
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	217
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	218

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 99, DE 2015 (*)

Aprova o texto da Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, cuja adesão brasileira foi assinada em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, e os demais atos internacionais a ela anexados, que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, feita em Paris, em 5 de outubro de 1962, cuja adesão brasileira foi assinada em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, assim como os seguintes instrumentos internacionais a ela anexados:

I - Protocolo Financeiro Anexo à Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, assinado em Paris, em 5 de outubro de 1962, e seu anexo, intitulado Contribuições para o período que se encerra no trigésimo primeiro dia de dezembro do ano em que a convenção entrar em vigor;

II - Protocolo Multilateral sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, feito em Paris, em 12 de julho de 1974;

III - Acordo por Troca de Notas, pertinente à adesão brasileira, segundo tradução da Nota da Embaixada Brasileira em Berlim ao Observatório Europeu Austral, de 3 de fevereiro de 2011, e tradução da Nota de Resposta do Observatório Europeu Austral à Embaixada Brasileira em Berlim;

IV - Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral sobre a Adesão à Convenção que Estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, assinado em Brasília, em 29 de dezembro de 2010;

V - Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral e Termos e Condições Relacionados, assinado pela República Federativa do Brasil, em 29 de dezembro de 2010, assim como o Anexo I desse Protocolo.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção e dos atos internacionais a ela anexados, arrolados nos incisos I a V do art. 1º deste Decreto Legislativo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de maio de 2015. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no Diário do Senado Federal de 26/3/2015.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2015

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 672, de 24 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 18 de maio de 2015. – Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 71ª Sessão, Especial, em 18 de maio de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra. Ana Amélia e do Sr. Valdir Raupp.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 17 minutos e encerra-se às 12 horas e 51 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública, nos termos do **Requerimento nº 53, de 2015**, de minha autoria e de outros Senadores.

Tenho a honra de convidar, para fazer parte da Mesa, meu querido colega Senador Valdir Raupp; o Ministro José Barroso Filho, do Superior Tribunal Militar; o Defensor Público-Geral da União, Sr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Joaquim Neto; a vice-presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Michelle Leite; o presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, João Bosco Siqueira da Silva; e, representando o presidente da OAB Nacional, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, a Conselheira Federal da OAB Elisa Helena Galante.

Também quero agradecer a presença da Deputada Federal Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco, e do Deputado Estadual Edson Martins, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Estado muito bem representado aqui pelo Senador Valdir Raupp.

Também queria agradecer a presença do Defensor Público-Geral do Rio Grande do Sul, Nilton Leonel Arnecke Maria, defensor público que é representado aqui pelo Rafael Raphaelli – muito obrigada pela presença.

Agradeço a presença do Assessor Legislativo da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Luiz Carlos Martins,

Agradeço a presença de vários assessores da Defensoria Pública Federal: Assessor-Chefe de Assuntos Jurídicos, Arcênio Brauner Júnior; Assessor-Chefe de Assuntos Legislativos, Amadeu Alves de Carvalho Júnior; Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria, José Carvalho do Nascimento Júnior.

Agradeço a presença do Subprocurador-Geral de Justiça Militar Péricles Aurélio Queiroz.

Ao agradecer a presença dessas autoridades, convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria convidar o colega Valdir Raupp para assumir a Presidência.

A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Concedemos a palavra à nobre Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul, autora do requerimento desta sessão de homenagem, para proferir seu pronunciamento.

V. Exª dispõe do tempo necessário para fazer seu discurso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Valdir Raupp; autoridades já nominadas por mim enquanto estava na Presidência, fazendo a abertura da cerimônia – sejam todas homenageadas, especialmente aqueles que aqui representam a Defensoria Pública da União, que é extensiva também às defensorias públicas dos Estados –, a Defensoria Pública é uma única instituição que chamo advocacia dos pobres, que permite ao cidadão brasileiro, à cidadã brasileira ter direito ao acesso à Justiça. E esta homenagem é devida exatamente pela dedicação dessa categoria em todos os momentos. Desde a hora em que abre o expediente e até fora dele, nos casos de emergência, nos seus plantões, os defensores estão sempre prontos, com atenção e zelo, desempenhando uma função indispensável à cidadania e à justiça em nosso País.

E é exatamente esse o motivo principal que me levou a fazer o requerimento para que hoje, antecipadamente, celebremos o Dia Nacional da Defensoria Pública, que vai ser comemorado amanhã. E eu queria, com esta homenagem, também prestar uma homenagem ao autor da iniciativa, lá em 1999, o Deputado Ildio Rosa.

Penso que sempre será pouco o reconhecimento da sociedade ao trabalho que homens e mulheres, com uma dedicação sacerdotal, fazem do exercício da advocacia pública e da advocacia do cidadão durante todo o tempo em que desempenham essa função.

Então, é com muita honra e com muita alegria, como autora desse requerimento, que estamos hoje aqui, reunidos nesta sessão especial do Senado Federal para celebrar o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Nós, parlamentares, precisamos não apenas desse reconhecimento, mas de assumirmos também, do ponto de vista legislativo, um compromisso com a categoria, que tem algumas demandas extremamente legítimas e necessárias para o fortalecimento, cada vez mais, da instituição.

Quero dizer aos senhores que quem lida, diariamente, com o drama de quem não pode pagar um advogado é o cidadão comum das nossas periferias. Dramas como as histórias contadas por João Cabral de Melo Neto, do famoso personagem de *Morte e Vida Severina*, um poema-livro que encanta a todos os brasileiros. Esse personagem continua atual: dramáticas reflexões sobre a vida, dura trajetória de um retirante do Nordeste, em busca de uma vida melhor, com mais justiça.

Quem não está vivendo e acompanhando no nosso noticiário, periodicamente, a situação de milhares de brasileiros que, às vezes, recorrem a um gesto desesperado, a uma manifestação até de violência, pelo descaso num atendimento de uma demanda, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança pública, seja na previdência social? Todos. A cada dia, as cenas são mais dramáticas nessa busca de justiça.

Assim, esse personagem do grande João Cabral de Melo Neto, esse Severino citado no poema, pode ter outros nomes no País, em outros Estados: o João, o José, a Maria.

Lá no meu Rio Grande do Sul, temos mais de 370 defensores públicos no Estado, na ativa, atuando em 154 das 164 comarcas do Estado. As maris e os josés dependem do trabalho desses defensores públicos, pois sofrem por motivos diversos, sejam limitações financeiras para ter acesso a um medicamento contra o câncer ou contra qualquer outra doença; dívidas por causa do Fies, o financiamento que dá acesso à educação; ou por um financiamento contraído junto à Caixa Econômica Federal; dificuldade para acessar o auxílio-doença ou, agora, o seguro-desemprego; outras questões previdenciárias; barreiras para retornar ao mercado de trabalho, no caso dos presidiários; barreiras para frequentar a escola, no caso de muitas crianças.

E é para assegurar ao cidadão o acesso à Justiça que existe o trabalho do defensor público, seja o defensor da União, seja o defensor público dos Estados. São profissionais que atuam para levar, gratuitamente, a justiça ao cidadão, à sociedade, àquela parcela grande e expressiva esquecida socialmente. Incluo, nesse grupo, muitos aposentados da classe C.

Os idosos, não sei se sabiam, são os que mais procuram a Defensoria Pública no meu Estado do Rio Grande do Sul. Um levantamento recente revelou que, por causa da cobrança abusiva de juros e encargos, as pessoas da terceira idade estão entre as que mais se endividam em lojas, bancos e financeiras.

A atuação dos defensores públicos ajuda a evitar, também, por exemplo, problemas como o superfaturamento de próteses, como temos visto na máfia das próteses, que é alvo de uma CPI aqui, no Senado Federal. No caso específico das próteses, a Defensoria, por causa do seu caráter público e social, atua de modo mais rigoroso: exige, no mínimo, três orçamentos de profissionais, laudos específicos e, ainda, uma série de exames, antes de permitir que alguém, em condições sociais limitantes, tenha acesso a uma prótese, por exemplo.

Falo de uma instituição que tem a confiança de 47% lá, no meu Estado, Rio Grande do Sul. Eu imagino que esse levantamento deve ter índices maiores em outros Estados ou na média nacional, por conta do reconhecimento público que tem essa categoria, que precisa sempre e cada vez mais ser prestigiada.

Foram avaliados, quanto aos desempenhos, Assembleias Legislativas, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Justiça. No âmbito nacional, a Polícia Federal é a entidade que mais remete confiança, 50%, praticamente no mesmo nível da Defensoria Pública. E é por isso que, na visão dos defensores, há o interesse de, cada vez, oferecer uma prestação de serviços de qualidade, uma prestação de serviços que inspire a confiança na cidadania.

A procura pelos serviços dos defensores públicos, por isso, tem aumentado, em média, 15% a cada ano, só no Rio Grande do Sul. E por que falo do Rio Grande do Sul? Porque lá é o meu Estado. Eu estou aqui representando o Rio Grande do Sul, e é exatamente nesse Estado que posso medir, quantificar, valorizar e avaliar a eficácia da Defensoria Pública.

Os dados são da Associação dos Defensores Públicos do nosso Estado, presidida pela Lisiane Alves, hoje representada aqui pela Vice-Presidente, Marta Zanchi.

Obrigada, Marta, pela sua presença.

Só no ano passado, foram mais de 550 mil atendimentos. O número de atendimentos da DPU (Defensoria Pública da União), no ano passado, foi de mais de 80 mil – no Rio Grande do Sul –, mesmo com um corpo funcional reduzido, de apenas 26 defensores e 15 servidores. Vou repetir: são 26 defensores que atenderam 80 mil pessoas no ano passado.

Cinquenta e seis por cento da força de trabalho da DPU no meu Estado é formada por estagiários – estão terceirizando também esse serviço indispensável. O chefe da Defensoria Pública da União no Rio Grande do Sul, Éverton Santini, me deu esses dados quando estive visitando a DPU no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 27 de abril.

Por tudo isto tenho trabalhado, e aqui conto com o apoio do Senador Valdir Raupp, do Senador Hélio José, do Distrito Federal, que nos dá a honra de sua presença nesta cerimônia: primeiro, pela autonomia da defensoria pública; também pela nomeação dos novos concursados e pela aprovação da proposta para ampliar o acesso da população com a instalação de defensorias em todas as comarcas de nosso País. Essa será a única forma de termos e darmos à sociedade o direito de acesso à Justiça.

Entendo também a decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que, por unanimidade de votos, decidiu que a Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública. No entendimento da Corte Suprema, esta não é uma atribuição exclusiva do Ministério Público, outra instituição que defendo nesta Casa – valorizo-a e penso que ela, juntamente com as demais instituições, precisa dessa nossa atenção e relevância.

É também por acreditar na relevância do trabalho do defensor público que foi promulgada, no ano passado, pelo Parlamento brasileiro, a Emenda Constitucional nº 80/2014, fruto da PEC 04/2014, de autoria dos Deputados Alessandro Molon, do PT, do Rio de Janeiro; Andre Moura, do PSC, de Sergipe, e Mauro Benevides, do PMDB, do Ceará. Essa proposta fixou o prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal tenham, em todas as suas comarcas, a presença de defensores públicos. Onde houver um juiz e um promotor, haverá também um defensor. Como diz a Constituição, Defensoria Pública é uma instituição permanente e instrumento do regime democrático.

É importante lembrar que a Associação Nacional dos Defensores Públicos, com base nos dados do censo do IBGE, identificou que 82% da população brasileira, que recebem até três salários mínimos, são potenciais usuários e clientes da Defensoria Pública. De 160 milhões de brasileiros, apenas 45 milhões têm, hoje, acesso a essa importante instituição.

Faltam defensores públicos em 72% das comarcas brasileiras. São 3,93 defensores públicos para cada 100 mil habitantes, não chegam a quatro defensores públicos a cada 100 mil habitantes. O ideal seria um Defensor Público para cada 10 mil habitantes em condição de vulnerabilidade econômica. Portanto, penso que a atuação autônoma dos defensores públicos é essencial para o desenvolvimento sustentável dessa atividade, que tem tanta inserção social, tanto compromisso com a comunidade, que não é raro ver defensores públicos chegarem ao Congresso eleitos pela população, pelo reconhecimento do seu trabalho.

Cito aqui o caso de uma Vereadora de Santa Maria que é do meu Partido, Sandra Rebelato, que foi Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje está aposentada e atua como Vereadora, cuidando de tratar a instituição com o mesmo respeito, no exercício do mandato, tendo aqueles princípios de valorizar e atender especialmente as camadas que mais precisam da nossa atenção ou da atenção da Defensoria Pública.

Assim, a todos os defensores, a todas as defensoras públicas, sejam dos Estados, sejam da União, os nossos melhores cumprimentos, o nosso agradecimento pelo que vêm fazendo e o nosso compromisso de, aqui, nesta Casa, continuarmos defendendo as demandas legítimas dessa instituição indispensável à democracia, indispensável à justiça, indispensável à inclusão social, indispensável ao nosso País. A todos, muito obrigada. Estamos nos colocando sempre à disposição, no nosso compromisso de bem servir a uma instituição que honra o povo brasileiro.

Muito obrigada, senhoras e senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Ao tempo em que a parabeno pelo brilhante pronunciamento, devolvo a Presidência a V. Ex^a, para que eu possa também fazer uso da palavra.

O Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com muita honra, convido o Senador Valdir Raupp para fazer uso da palavra.

Queria, antes de V. Ex^a iniciar sua manifestação, citar o Corregedor-Geral Federal, Holden Macedo da Silva, e o Subdefensor Público-Geral Federal Fabiano Caetano Prestes. Obrigada por prestigiarem esta sessão. Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, signatária da presente sessão especial em homenagem à Defensoria Pública; o Ministro do Superior Tribunal Militar, Sr. José Barroso Filho; o Defensor Público-Geral da União, Sr. Haman Tabosa de Moraes e Córdoba; o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr. Joaquim Neto; a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Srª Michele Leite; o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, Sr. João Bosco Siqueira da Silva, e, representando o Presidente da OAB Nacional, Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, a Conselheira Srª Elisa Helena Galante.

Cumprimento ainda a Deputada Luciana Santos, que esteve por aqui; o Deputado Estadual, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, Edson Martins; o Senador Hélio, que compõe a mesa; o Senador Telmário, que também vai se pronunciar daqui a pouco, as senhoras e os senhores.

Esta sessão especial é destinada a comemorar o transcurso de uma data consagrada e uma de suas mais prestimosas instituições, ainda que incorporada recentemente ao rol das nossas instituições republicanas. Trata-se, senhoras e senhores, do Dia Nacional da Defensoria Pública, instituído pela Lei nº 10.448/2002, que homenageia um órgão considerado nos meios jurídicos e no seio da comunidade essencial à democratização da justiça do nosso País.

A criação dessa data foi proposta pelo Deputado Lédio Rosa, autor do Projeto de Lei nº 958, de 1999, e inspirada no dia do nascimento de Santo Ivo, patrono dos advogados, que se notabilizou por dedicar todo o seu talento e toda a sua erudição à defesa dos miseráveis e oprimidos. Atribui-se a ele uma frase conhecida nos meios jurídicos e assinalada na justificação do citado projeto de lei: “Jura-me que sua causa é justa e eu a defenderei gratuitamente.” Esse é o papel, Srª Presidente, senhoras e senhores, da Defensoria Pública do nosso País. Essa frase, Srª Presidente, resume, de certa forma, a razão de ser da Defensoria Pública, instituição pioneira em todo o mundo, no plano constitucional, e fundamentada no princípio da igualdade de todos perante a lei.

Como se sabe, várias foram as provisões legais, na história brasileira, destinadas a garantir assistência judiciária gratuita para as pessoas de baixo poder aquisitivo e para os desvalidos em geral. Merece destaque, nesse conjunto, a Lei Federal nº 1.060, de 1950, que fixou a responsabilidade dos poderes públicos federal e estaduais de prestar assistência jurídica aos necessitados.

Até a década de 80, os órgãos de assistência jurídica aos necessitados atuavam apenas no plano estadual, e, ainda assim, em apenas sete unidades federativas. Com o advento da Constituição de 1988, nosso sistema jurídico passou a contar com um modelo mais abrangente para prover esse tipo de assistência, consubstanciado na criação da Defensoria Pública, com a incumbência de prestar orientação jurídica e promover a defesa dos necessitados. Essas prerrogativas, não custa lembrar, foram fortalecidas com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que assegurou às Defensorias Públicas estaduais autonomia funcional e administrativa.

Eu lembro, Srª Presidente, que, quando fui Prefeito, pela primeira vez, ainda muito jovem, numa cidade de 50 mil habitantes, só havia uma senhora defensora pública, que trabalhava dentro da prefeitura, numa sala cedida pela prefeitura, para dar assistência não só àquela cidade, mas a toda uma região de oito, dez cidades, que se socorriam da Drª Ceci, que era a Defensora Pública do Estado, mas que não tinha a menor condição de trabalho, até porque funcionava numa sala cedida pela prefeitura, para dar essa assistência gratuita a uma população creio que de aproximadamente 150 mil habitantes daquela região ou mais.

Então a dificuldade, na década de 1980, que tinha a Defensoria Pública de todo o Brasil. E ainda hoje, como V. Exª comentou aqui, da quantidade, de milhares de comarcas que ainda não têm sequer um defensor público.

A atuação da Defensoria Pública se tornaria ainda mais abrangente e eficaz com a aprovação da Lei nº 11.448, que concedeu legitimidade a esse órgão para ajuizar ações coletivas nos casos previstos pela Lei nº 7.347, de 1985, a chamada Lei da Ação Civil Pública.

Em que pesem a importância e o relevante significado da Defensoria Pública para a democratização da Justiça em nosso País, a sua implementação ocorreu gradativamente. Com o tempo, as resistências foram superadas, o que contribuiu para o fortalecimento e a popularização das defensorias.

Hoje, Srª Presidente, a Defensoria Pública ganhou o respeito dos segmentos jurídicos e a simpatia de toda a população. Recente pesquisa, realizada pela empresa Praxian Business & Marketing Specialists, a pedido do Conselho Nacional do Ministério Público, revelou que a Defensoria Pública é a instituição mais bem avaliada no funcionamento da Justiça.

Os resultados da pesquisa foram divulgados em dezembro, e os questionários foram aplicados nos meses de setembro a dezembro do ano passado em 348 Municípios de todas as regiões brasileiras. Noventa por cento dos quase seis mil entrevistados destacaram a importância da Defensoria para a sociedade, e 60% atribuíram os índices de “bom” e “ótimo” para o nível de confiança da instituição.

Certamente são os melhores índices do Brasil. Todos nós gostaríamos de ter, o Congresso Nacional, o Governo, e tantas outras instituições, esses índices aprovados pela Defensoria Pública.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com satisfação e orgulho que registro o transcurso do Dia Nacional da Defensoria Pública, almejando que essa instituição continue cada vez mais firme e eficaz na defesa dos interesses da sociedade brasileira e na proteção dos mais necessitados.

Por fim, pelo transcurso desta importante data, cumprimento todos os defensores públicos na pessoa do Dr. Antonio Fontoura Coimbra, Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia, que, junto com os demais defensores do Estado, tem prestado um excelente serviço a todos que necessitam da Defensoria Pública.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Valdir Raupp. Obrigada pela manifestação e pela presença nesta cerimônia.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Hélio José.

Também estão presentes os Senadores Telmário Mota e Romero Jucá, prestigiando a cerimônia.

Queria também informar aqui a representação do Deputado Federal Carlos Gomes, da Deputada Maria do Rosário, do Deputado Giovani Cherini, do Deputado José Stédile, do Sr. Juarez Molinare; e também agradecer a presença do Dr. Luciano Dias, representando aqui a Fundação Milton Campos.

Com a palavra, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a nossa Presidenta, Senadora Ana Amélia, Senadora pelo nosso querido Rio Grande do Sul; também o coautor desta Sessão Especial, o nosso Senador Valdir Raupp, que acabou de fazer uso da palavra; o Senador Telmário Mota; e o Senador Romero Jucá, que esteve por aqui.

É com muita alegria que participo desta 71^a Sessão Especial.

Cumprimento também o nosso Ministro do Superior Tribunal Militar, Sr. José Barroso Filho.

Cumprimento o Defensor Público-Geral da União, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, com quem conversei ali e me disse que esse é um nome misto de hebraico com árabe. Muito importante a sua presença aqui, Haman!

Cumprimento também o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr. Joaquim Neto, pela presença; a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Sr^a Michele Leite, com quem tive o prazer de tomar um café um dia desses, e também com todos os defensores públicos do Distrito Federal.

O Sr. Haman acabava de me afirmar que os defensores públicos do DF, hoje, estão numa missão especial, ali na rodoviária, por onde passam por volta de 400 mil pessoas/dia, na missão exatamente de fazer a tarefa de bem atender o público, os direitos humanos, de levar a Justiça àqueles que têm dificuldade em obtê-la.

Cumprimento o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, o Sr. João Bosco Siqueira e Silva. Os fiscais agropecuários têm feito um trabalho extraordinário no Ministério da Agricultura para garantir realmente qualidade à produção alimentícia do nosso País. E é muito importante a presença de V. S^a aqui neste ato.

Cumprimento o Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Conselheiro Federal da OAB, representando o Presidente da OAB Nacional. Eu acho que a OAB é um órgão importante à garantia dos direitos jurídicos.

E cumprimento também a Sr^a Elisa Helena Lesqueves Galante.

Às outras autoridades presentes eu quero desejar um grande abraço e cumprimentá-las em nome do Amadeu Alves Coêlho Júnior, que estava comigo lá também nesse café da manhã com os defensores públicos aqui no DF. Ele é o nosso Defensor Público, Assessor-Chefe dos Assuntos Legislativos. O Amadeu está sempre contando conosco aqui.

Então, cumprimento todos os demais por meio do nosso querido Amadeu.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quase trinta anos após a promulgação da Constituição cidadã, permanece ainda a sensação de que temos dois países: um Brasil ideal e outro fundado na triste realidade. O vastíssimo conjunto de direitos outorgados pela nossa Carta Magna a todos os brasileiros constitui ainda, em muitos casos, privilégio de poucos.

Por óbvio, este País obteve inúmeros avanços nos últimos anos, especialmente no que diz respeito aos direitos fundamentais. Infelizmente, no entanto, ainda estamos longe de garantir a todos os cidadãos brasileiros aquilo que os constituintes sabiamente pretenderam. Eis aí a importância da instituição que hoje homenageamos – a Defensoria Pública, até em nome do nosso memorável Ulysses Guimarães, da Constituinte cidadã. E nesse sentido aqui parabeno muito a nossa Senadora Ana Amélia e o nosso Senador Valdir Raupp. Se for possível, eu queria também ser signatário desta homenagem, porque é de muita importância o trabalho que a Defensoria Pública faz para as pessoas menos favorecidas da nossa sociedade.

E nós, como Senadores da República, estamos aqui exatamente para defender direitos iguais aos desiguais, para que possamos realmente ter uma situação de vida melhor e mais humana.

Como membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, não podia deixar de estar aqui presente, fazendo esta homenagem e participando deste importante ato, realizado sob a Presidência da nossa Senadora Ana Amélia.

A viabilização de qualquer direito em tempos democráticos depende do acesso à Justiça. Cabe a esse Poder a medular tarefa de dirimir conflitos entre particulares e entre particulares e o Poder Público. Destaco aqui, porém, a busca de respostas para as omissões do Governo no que diz respeito ao bem-estar da população.

Educação, saúde, habitação, todos esses direitos tantas vezes negligenciados acabam sendo efetivados somente com o apoio da Justiça. E como pensar que as pessoas sem recursos financeiros teriam acesso ao sistema jurídico se não fosse por meio da Defensoria Pública? Estariam numa situação muito complicada se não fosse exatamente a Defensoria Pública.

Os defensores têm a honrosa tarefa de equalizar o acesso ao Judiciário, meu caro Haman. Em última instância, têm, portanto, a função de assegurar a democracia e a efetivação do Estado de direito.

Todavia, apesar dessa nobre incumbência, os dados disponíveis mostram que a instituição que hoje homenageamos não tem sido valorizada de forma adequada. Então, precisa ser valorizada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Mapa da Defensoria Pública no Brasil, lançado em 2013, pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e pelo Ipea, mostra que nada menos que 72% das comarcas brasileiras não contam com sequer um defensor público. É um absurdo! Isso significa que, em 1926, das 2.680 comarcas espalhadas por todo o País, os cidadãos mais humildes não têm garantido seu direito de acesso gratuito à Justiça por um defensor público. Isso é muito ruim para nossa classe menos favorecida. Precisamos mudar essa situação.

De acordo com a pesquisa, a Justiça conta com 11.835 magistrados, o que é importante, 9.963 membros do Ministério Público, também muito importante, mas lamentavelmente com 5.054 defensores públicos na 1ª e na 2ª instâncias. A diferença é gritante.

Além disso, dos 8.489 cargos de defensor público criados no Brasil, mais de 40% ainda estão vagos. Isso é muita coisa. Já os cargos preenchidos contam, em muitos casos, com profissionais sobrecarregados, que atuam concomitantemente em comarcas diferentes e têm pouco tempo para se especializar em uma área do Direito. Então, os menos favorecidos precisam ser vistos. Para isso, precisamos, Senador Romero, e V. Ex^a, que é uma pessoa com grande atuação nesta Casa, ajudar, de fato, a equipar a Defensoria Pública com os profissionais adequados para defender a classe menos favorecida da nossa população.

A situação em si já é grave. Torna-se pior quando nos damos conta de que não cabe aos defensores públicos somente a atuação em juízo. De acordo com a Lei Complementar nº 80, de 1994, esses profissionais devem também prestar orientação jurídica; promover a solução extrajudicial dos litígios; difundir conhecimentos sobre direitos humanos; representar os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, entre tantas outras atribuições. Quer dizer, os direitos humanos deste País precisam ser mais bem valorados, precisam, realmente, ser vistos, com o cuidado que nós precisamos ter.

Como os senhores crêem que são executadas essas tarefas, dada a comprovada falta de pessoal enfrentada pela instituição? Muito difícil, pois, com as pessoas sobrecarregadas, não podendo ter o tempo necessário para se especializar em certas áreas do Direito que são muito específicas, realmente complica a questão de bem defender o nosso menos favorecido da sociedade. O meu mandato, como servidor público concursado que sou, é para defender o menos favorecido da sociedade.

Então eu acho que a Senadora Ana Amélia, que o Senador Raupp e todos os Senadores aqui presentes e V. S^{as} estão de parabéns pelo trabalho extraordinário que fazem em prol da camada menos favorecida da sociedade. Dá-me orgulho de termos servidores públicos que estão aqui para fazer o equilíbrio entre o privado e o Estado, e o povo; entre o povo e o Estado de uma forma muito importante para a nossa sociedade, que é exatamente defender o lado mais frágil da nossa sociedade. Então, isso é muito importante para nós.

Nobres colegas, eu tenho a sorte de viver em uma das poucas unidades da Federação em que não há déficit de defensores públicos. Quer dizer, pelo menos está mais ou menos equacionado.

Considerando uma faixa ideal de até 15 mil pessoas – a nossa querida Senadora Ana Amélia colocou aqui que essa faixa seria de dez mil pessoas para cada defensor; eu coloquei aqui 15 mil e, portanto, estou indo além, com 50% a mais – com rendimento de até três salários mínimos para cada defensor público, apenas se salvam o Distrito Federal, Roraima, Acre, Paraíba, Tocantins e Mato Grosso do Sul, que, por incrível que pareça, são os novos Estados, os mais novos da Nação brasileira. Todos os outros Estados têm menos defensores do que o necessário. São Paulo e Minas, por exemplo, apresentam déficit de 1.489 e de 553 defensores, respectivamente. Então, a situação de dois Estados grandes e ricos da Nação demonstra a dificuldade que estamos vivendo nessa área. Precisamos estar muito atentos para esse problema.

Srª Presidente, não é por acaso que o dia 19 de maio foi eleito o Dia da Defensoria Pública no Brasil. Estamos aqui exatamente por causa dessa importante data. A data é uma deferência a Santo Ivo, advogado francês de família nobre dedicado à defesa dos pobres. Como católico, como uma pessoa que defende a família, como uma pessoa que defende os menos favorecidos, não tenho dúvida ao dizer claramente que é fundamental esse legado que Santo Ivo nos trouxe e nos deixou para defender aqueles menos favorecidos da nossa sociedade. Santo Ivo chegou a deixar a carreira jurídica para exercer o sacerdócio, tamanho o devotamento à causa. Ele genuinamente acreditava que a imparcialidade poderia ser instrumento de mudança social. E o é. Por isso, precisamos ter essa imparcialidade para defender aqueles que não têm dinheiro para pagar um advogado.

Esse mesmo espírito de doação e de crença no papel da Justiça para a diminuição das desigualdades está presente entre a grande maioria dos defensores públicos deste País.

É exatamente por isso que estou aqui, sendo solidário aos meus colegas, aos servidores públicos federais. Eu sou servidor público do MPOG e sei o que é ser servidor público neste País e a importância que isso representa.

Cabe, portanto, ao Estado oferecer condições apropriadas para que a Defensoria Pública desenvolva com excelência seu valoroso trabalho.

Para isso, quero fazer um apelo ao nosso Ministro Nelson Barbosa, uma pessoa sensível, uma pessoa que sabe a importância do nosso País, uma pessoa valorosa, que precisa receber nosso defensor da União Hartmann e dialogar sobre a questão, para defender que essa carreira possa ser equipada com profissionais que preencham suas vagas e possa ser valorizada.

É preciso que haja, realmente, uma similaridade em todo o País. Não dá para haver defensor num lugar ganhando um determinado valor e defensor em outro lugar ganhando outro valor. Precisamos de uma carreira unificada, com valor similar, que dê condições de equiparação junto ao Ministério Público, junto à Magistratura, para que esse importante setor da nossa sociedade possa defender, cada vez com mais qualidade, os nossos mais humildes da sociedade.

Com essas palavras, Srª Presidente, Sr. Senador Valdir Raupp, Senador Romero, Senador Telmário Mota e demais membros desta Mesa e deste Plenário, eu me despeço de vocês, deixando claro que o Gabinete 22 da Ala Teotônio Vilela, meu gabinete de Senador da República pelo Distrito Federal, está aberto a todos os senhores para defender o servidor público, para defender nosso justo direito e para defender a justiça para aqueles que mais precisam, que constituem a camada menos favorecida da sociedade.

Muito obrigado. Um abraço grande! Contem com a gente! Estamos juntos nessa luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Hélio José, pela manifestação.

Convido agora o Senador Telmário Mota para fazer uso da palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, quero saudar aqui a signatária desta sessão especial tão importante, a Senadora Ana Amélia, bem como o Senador Valdir Raupp.

Quero saudar o Ministro do Superior Tribunal Militar Sr. José Barroso Filho; o Defensor Público Geral, Sr. Haman Tabosa; o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr. Joaquim Neto; a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Srª Michelle Leite; o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, Sr. João Bosco; a representante do Presidente da OAB Nacional, Sr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, e do Conselho Federal da OAB, a Srª Elisa Helena...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Telmário, o senhor anuncia quem deveria estar aqui. Aproveito para dizer que a Drª Elisa Galante, que é da OAB Nacional, estava deixando Vitória, no Espírito Santo, para vir a esta cerimônia, para representar o Presidente da OAB. O avião não conseguiu decolar, porque não há teto no Espírito Santo. Então, aproveito o momento em que V. Exª declina o nome da Drª Elisa Helena Galante para dar essa informação e agradecer novamente à OAB pela atenção.

Continue, por favor, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agradeço a V. Exª.

Quero saudar todos os defensores e defensoras aqui.

Sem dúvida alguma, este dia é muito importante para mim. No meu Estado, o primeiro defensor público foi meu irmão, o Dr. Juscelino Kubitschek, que é hoje Presidente do Detran. E, hoje, a Defensoria Pública do meu Estado é comandada por um primo meu, o Dr. Dener, em nome do qual saúdo todos os defensores do Brasil. E há mais: o Deputado Estadual do meu Partido Dr. Oleno, que é portador de deficiência, foi o mais votado em minha cidade e também é defensor público. Então, minha familiaridade com a Defensoria Pública é realmente muito grande e feliz.

Neste momento, já avançaram muito. Imaginem, no momento inicial, no Estado de Roraima, o quanto era difícil! Sem dúvida, a Defensoria cai como uma luva para democratizar a Justiça brasileira, para atender os mais necessitados, os mais carentes, aqueles que não tinham acesso à Justiça e que encontram nos senhores aquele apoio, aquele aconchego, aquele conforto que o advogado e o médico podem proporcionar, Senadora Ana Amélia, a uma pessoa necessitada.

Um doente, quando está em um hospital, ao ver o médico, já melhora quase 50%, psicologicamente. Imaginem uma pessoa carente chegar à Justiça, com toda aquela burocracia, sem eira nem beira, como se diz no meu Estado, sem saber por onde começar ou por onde andar, e encontrar, na sala da Defensoria, aquela assistência, aquele carinho! E, se olharmos o visual, vemos que todos são jovens. Hoje, a Justiça brasileira está muito renovada, embora o Senado agora tenha jogado água fria no sonho de qualquer jurista que queira galgar o Supremo.

Mas meu Estado vai mais longe: uma das juízas do TRE, a Drª Terezinha, também é defensora pública.

Então, a Defensoria Pública chega a este momento com muita responsabilidade, atendendo o maior anseio... A grande demanda da Justiça, sem dúvida, parte das pessoas mais carentes. A base da pirâmide brasileira, da população brasileira, é formada pelos mais carentes.

Eles encontram em vocês aquele apoio ideal e necessário.

Então, é mais do que justo que haja um avanço principalmente na isonomia salarial. Imagine que você está sentado na frente de um promotor ou de um juiz, ganhando, talvez, um terço ou metade do salário dele, defendendo, tanto quanto eles que estão ali, uma causa importantíssima! Então, isso não é justo, não é igualitário, não motiva.

Sei que muitos de vocês, como aqui lembrou o Senador Hélio, são um verdadeiro Santo Ivo, fazem pelo amor, fazem pela causa. Podem contar com esta Casa, podem contar com meu apoio, porque o trabalho de V. Sãs é muito importante para a sociedade.

Só sabe o valor do trabalho de um defensor público quem precisa da Justiça e não tem um tostão no bolso. Muitas vezes, vi defensores públicos meterem a mão no bolso até para dar o transporte de retorno para o cliente, para aquele que o procurou. Esse é um sentimento solidário e humanitário, mostrando, sobretudo, a importância da Defensoria Pública para o País e para as pessoas mais necessitadas.

Quero parabenizar os Senadores Ana Amélia e Valdir Raupp por esta belíssima iniciativa: a de trazer para esta Casa, o Senado, esse reconhecimento nacional, esse reconhecimento importante. Que isso se transforme, como bem disse o Senador Hélio, em fatos materiais! Que possamos avançar para lhes dar aquela tranquilidade de trabalho, para lhes dar o aparelhamento. Vimos a deficiência existente na área: são 11 mil juízes, 10 mil promotores e 5 mil defensores. São dados mostrados pelo Senador Hélio com muita propriedade, porque ele é um bom pesquisador e trabalha com dados reais. O IBGE tem uma afinidade grande com o Senador, que nos passa esses dados com muita propriedade.

Então, mais uma vez, quero dizer que vocês orgulham o Judiciário brasileiro, orgulham o povo brasileiro e são, sem dúvida, a mão verdadeira e amiga daquelas pessoas carentes. Hoje, o Brasil passa por um mau momento ético e moral. Roubam a Petrobras, roubam os Correios, roubam na licitação, roubam no contrato. São tantos políticos picaretas neste Brasil, e o Judiciário e vocês, defensores, nos orgulham muito!

Por isso, peço uma salva de palmas para vocês e para a Mesa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Telmário Mota. Agora, convido para fazer uso da palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, e Senador Valdir Raupp, autores do requerimento de realização desta sessão; Senador Hélio, quero saudar o Ministro José Barroso, companheiro do Senado, parceiro de muitas lutas, inclusive em favor da Amazônia.

Quero saudar o Defensor Público Haman Tabosa, também um parceiro de várias lutas e de várias vitórias aqui, no Congresso Nacional, e, em seu nome, quero saudar todas as defensoras e defensores públicos do Brasil, em especial os do nosso Estado de Roraima, Defensoria que tem sido modelo para muitos Estados brasileiros.

Quero saudar todos os presentes.

Quero saudar o Defensor Público-Geral da União; o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Sr. Joaquim Neto; a Vice-Presidente Nacional de Defensores Públicos Federais, Srª Michelle Leite; e o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, Sr. João Bosco Siqueira, que também conosco tem enfrentado uma luta aqui. Somos parceiros dos fiscais e dos técnicos agropecuários e, agora, estamos lutando também pelos administrativos do Ministério da Agricultura, porque esse tripé é fundamental para que o Brasil ocupe consolide e amplie, no setor produtivo, no setor do agronegócio e da agricultura familiar, o espaço que

tem, pela competência dos seus produtores e do seu corpo técnico. Sou um grande defensor também da área de defesa animal e vegetal, exatamente porque sei da importância da sanidade para os produtos brasileiros.

Mas, Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Defensores, fiz questão de estar presente hoje aqui, porque sou um parceiro da Defensoria Pública há muito tempo. Aliás, como Líder do Governo, tive a condição de, várias vezes, junto ao Presidente Lula, defender o fortalecimento da Defensoria Pública. Sempre disse ao Presidente Lula e sempre repeti, no meu Estado de Roraima, onde passo e onde passei, que temos de dar igualdade social, temos de promover a questão da renda mínima e a subsistência das pessoas, temos de dar uma educação de qualidade, porque ela é transformadora, mas temos de dar também justiça a todos.

A Justiça sem a Defensoria Pública passa a ser a justiça de alguns, passa a ser a justiça daqueles que podem pagar, e muita gente neste Brasil não pode pagar um advogado.

Eu dizia ao Presidente: “Presidente, vamos fortalecer a Defensoria Pública.” A parte social está sendo fortalecida, mas a parte da igualdade, da cidadania tem que ser fortalecida também; e só será fortalecida se a Defensoria Pública tiver condições de atuar em favor de quem não pode pagar um advogado.

Trabalhamos aqui, conseguimos aprovar a autonomia administrativa da Defensoria Pública Federal, o que já existe no Estado de Roraima. Aprovamos no Estado de Roraima a autonomia da Defensoria Pública. Mais do que isso, aprovamos a equiparação da Defensoria Pública salarial aos procuradores em Roraima. (*Palmas.*)

Coloquei recursos para construir, Senadora Ana Amélia, sedes das Defensorias Públicas no interior, para que seja tratada em condições de trabalho a população. Construímos em Caracará, colocamos recursos em outros Municípios, exatamente para ser uma casa da justiça do povo. Está lá, inaugurada e funcionando.

Quero hoje, aqui, registrar este posicionamento e, mais do que isso, registrar o meu compromisso com a Defensoria Pública do Brasil. Sou Relator do projeto de lei que equipara os vencimentos do defensor público à Procuradoria Geral da República. (*Palmas.*)

Essa é uma questão de justiça, porque temos, na hora do julgamento, um tripé: o juiz, com uma remuneração; o Ministério Público, com a mesma remuneração; e o defensor público, com uma remuneração menor do que a dos dois, quando, na verdade, é o defensor público que tem, talvez, o trabalho mais custoso, mais demorado, mais estafante, que é o de atender à população e definir diversos casos. O Ministério Público faz a acusação, o juiz está ali, pega os autos e julga-os, mas quem vai receber a população, quem vai discutir a forma de encaminhar a questão, quem vai ter vários casos na mesma vara é o defensor público. Portanto, se queremos igualdade, temos que dar as mesmas condições de remuneração aos defensores públicos do Brasil.

Eu dizia ao defensor Haman Tabosa: “Farei o relatório no momento em que entender propício à aprovação. Não quero colocar em risco a aprovação dessa matéria, que considero extremamente importante.”

Então, nós estamos conversando com as Senadoras e com os Senadores, para que nós tenhamos o momento acertado e possamos aprovar, tanto no plenário da Comissão de Constituição e Justiça quanto no plenário deste Senado, o projeto de lei que dá a vocês essa igualdade, que é mais do que merecida.

Também aprovamos, aqui, um projeto, um dispositivo que dá prazo para que se montem as Defensorias Públicas. Quero dizer que, no meu Estado de Roraima, todas as comarcas já têm defensor público. Roraima é um dos poucos Estados do Brasil que tem 100% de cobertura da Defensoria Pública nas comarcas. Portanto, é um avanço, e se Roraima, que é o Estado mais pobre, é o Estado com menor arrecadação no País, pode fazer isso, os Estados mais ricos da Federação também têm condição de fazer isso.

Essa é uma meta que nós temos que buscar: defensoria para todos, justiça para todos, cidadania e igualdade para todos.

Hoje, estamos comemorando, aqui, na sessão, o Dia da Defensoria Pública, por uma feliz iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Raupp – na verdade, o dia é amanhã. Nós já tivemos vitórias nesse dia, porque a autonomia foi votada quase nesse prazo. A gente correu para votar, para comemorar a sanção no dia 19. Não deu para sancionar no dia 19, mas deu para, logo depois, a gente fazer a promulgação da PEC.

Fica, aqui, a minha admiração pelo trabalho de todos vocês das Defensorias Públicas, não só da Federal, mas também as dos Estados brasileiros; fica, aqui, o nosso compromisso de ampliar essa luta a favor da população. Ao dar condições de trabalho a um defensor público, nós não estamos atendendo ao defensor público. Nós estamos atendendo à sociedade carente deste País.

Portanto, vocês têm em mim o compromisso de parceria de trabalho, de lutas, para que cada habitante do Brasil possa, num espaço de tempo curto, ter direito a um advogado; ter direito à defesa, para que, na Vara de Família, possa ter direito à pensão daqueles que não querem pagar a pensão à mãe que tem um filho que não pode sustentar; para que aquele pobre que está na cadeia, mofando, além do prazo de cumprimento de pena, possa ser liberado.

Ou seja, as ações são diretamente ligadas à parcela mais pobre da população, que precisa desse suporte.

Viva a Defensoria Pública! Contem com o nosso trabalho, e que a Presidenta Dilma, que os Governadores reconheçam a importância desse trabalho. Não basta dar uma bolsa social. É preciso dar cidadania e justiça, que são os princípios basilares da igualdade neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Romero Jucá pelos compromissos assumidos com a categoria. Penso que esse compromisso assumido seja o melhor presente para celebrar, amanhã, o Dia Nacional da Defensoria Pública da União.

Agora, gostaria de convidar, com muita honra, o Defensor Público-Geral da União, Haman Tabosa e Córdova, para fazer uso da palavra, em nome da Defensoria Pública da União. Em seguida, o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Joaquim Neto.

O SR. HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA – Bom dia a todos e a todas, Ex^{ma} Srª Senadora Ana Amélia, autora do requerimento desta sessão solene.

Gostaria de agradecer com muita felicidade essa iniciativa, subscrita pelos Senadores Alvaro Dias, Gleisi Hoffmann, João Capiberibe, José Medeiros, Paulo Paim, agradecer também a presença do Senador Romero Jucá, que é, realmente, um grande amigo da Defensoria Pública, e com quem temos imenso orgulho de trabalhar nessas trincheiras de fortalecimento do acesso à Justiça.

Gostaria de cumprimentar também o Senador Telmário, Senador Valdir Raupp, Senador Hélio José, enfim, todos que nos antecederam da tribuna e que, com palavras carinhosas, ajudaram-nos a comemorar esta data tão importante, que, na verdade, oficializa-se amanhã, mas, para nós, haver uma sessão no Senado Federal, como tem havido, aliás, nos últimos anos, é motivo de muita satisfação.

Gostaria de cumprimentar também todos da Mesa, em especial o Ministro José Barroso Filho, que, carinhosamente, sempre vem participar de todas as solenidades que envolvam a Defensoria Pública. Recordo-me de que, na sabatina para o meu segundo mandato, V. Ex^a estava lá; na sequência, tornou-se Ministro do STM. Então, quero agradecer toda a atenção que V. Ex^a tem com a Defensoria.

Cumprimento o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários; meu colega Joaquim Neto e sua Vice-Presidente, Dr^a Marta; Dr^a Michele, que aqui representa a Anadef, em nome do Dr. Dinarte; nossos cumprimentos à nossa Associação Nacional dos Defensores Federais; todos os colegas defensores públicos federais aqui presentes.

Gostaria de dizer rapidamente, Presidente Ana Amélia, que nós só não temos hoje uma sessão repleta de defensores porque os defensores do DF e da DPU, no Distrito Federal, encontram-se neste momento na Rodoviária do Plano Piloto, fazendo um atendimento à população carente. E durante esta semana inteira, em todo o Brasil, defensores públicos federais e estaduais estarão atendendo à população. (*Palmas.*)

Isso ocorrerá numa forma simbólica de mostrar que esse é o nosso serviço essencial, que atendemos à população carente, que essa é a nossa atividade-fim e que precisamos muito, portanto, da ajuda de V. Ex^{as} para continuarmos expandindo esse serviço.

Gostaria de dizer que, nos últimos dez anos, a Defensoria Pública brasileira passou por importante transformação neste Congresso Nacional. V. Ex^{as}, honrando o voto que receberam do povo brasileiro, reformaram a Constituição Federal nada menos do que quatro vezes, de forma substancial. Aqui eu as enumero rapidamente.

A Emenda nº 45, em 2004, fez uma grande reforma no sistema de justiça brasileiro e deu às defensorias estaduais – àquela época, a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal ainda não estavam devidamente constituídas e, portanto, não tiveram esse mesmo tratamento – autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária, gerando um grande movimento positivo de defensoria pública.

Em 2012, a Defensoria Pública do Distrito Federal conseguiu sua autonomia através da Emenda Constitucional nº 69, distritalizando a Defensoria Pública do DF, que estava a cargo da União, e estendendo a ela a autonomia dos Estados, que fora concedida com a Emenda nº 45.

Em 2013, nós, defensores públicos federais, conseguimos a autonomia, dando harmonia à Defensoria Pública nacional, que é una e indivisível, ou seja, todos nós, com autonomia funcional e administrativa, pudemos gerir os recursos adequados ao nosso fortalecimento.

Ocorre que ainda faltava a Emenda Constitucional nº 80, que, em 2014, veio a ser aprovada. Esta, sim, deu a roupagem completa que a Defensoria Pública precisava. Ela teve aqui, no Senado Federal, a relatoria do nosso Senador Romero Jucá, que, com maestria, fez com que fosse aprovada, numa sessão histórica, e pudemos, então, naquela oportunidade, ter uma Defensoria Pública mais robusta, agora com iniciativa de lei.

Ao longo desses anos, com autonomia funcional administrativa, a Defensoria funcionava de forma autônoma em relação ao Poder Executivo, mas ainda faltava o instrumento que levasse a Defensoria a propor a criação dos seus cargos de apoio, das suas funções para atribuir responsabilidades, a própria criação de projetos de lei para remunerar adequadamente o defensor público. Em âmbito federal, nós fizemos isso logo na se-

quência dessa aprovação, Senador Jucá, que foi quando encaminhamos ao Congresso Nacional, pela primeira vez, de forma histórica, os nossos quatro projetos de lei que estruturam a Defensoria.

Sempre lutamos, junto ao Poder Executivo Federal – à época, antes da autonomia –, por uma carreira de apoio com analistas e técnicos, como tem o Judiciário, como tem o Ministério Público, só que sempre sem êxito. Hoje temos uma defasagem muito grande do quadro, não só de Defensores, mas também de servidores.

Com essa iniciativa de lei, conseguimos exercer essa prerrogativa, através do Defensor-Geral Federal, e temos, tramitando hoje, no Parlamento, quatro projetos de lei estruturantes. Dois deles vão amanhã para a CTASP, na Câmara, para serem apreciados. Um já foi apreciado e votado no plenário, o PLC nº 22, de 2015, que hoje está sob a relatoria bendita do Senador Jucá, que trata, de forma isonômica, defensores e acusadores, ou seja, Ministério Público e Defensoria, pela primeira vez na história, terão igualdade de tratamento. Depois de ter sido aprovado, de forma unânime, na Câmara Federal, agora vem para o Senado. Estamos aguardando o momento, o *timing* político, bem colocado pelo Senador. Estamos respeitando o cenário. Já colocamos o impacto orçamentário dessa medida para 2016. Portanto, estamos respeitando todos os trâmites necessários, para que haja êxito nesse processo.

Basta dizer, Senadores, que, hoje, temos apenas 22% da Justiça Federal com defensores públicos atuando. Isso, de certa forma, não deixa de ser uma vergonha para o nosso País, porque, hoje, temos juízes e membros do Ministério Público, mas não temos quem leve a causa ao Poder Judiciário. Ou seja, através dos defensores é que conseguimos levar a causa da população carente. De nada adianta estar o Judiciário montado, se dois terços da população brasileira não conseguem ter acesso a esse Poder. Então, essa é a razão da Defensoria, é a razão de estarmos aqui, no dia de hoje, comemorando o fortalecimento da Defensoria Pública em âmbito nacional.

Portanto, tramitam nesta Casa esses projetos que vão permitir que defensores públicos possam atuar, em nome da população carente, para concessão e manutenção de benefícios previdenciários, para os programas sociais que envolvam a Caixa Econômica Federal, como o Minha Casa, Minha Vida, o Fies, o Programa de Arrendamento Residencial, o Sistema Financeiro de Habitação. Em todos esses projetos que envolvem a Caixa Econômica no financiamento e que têm por foco a população carente, naquele momento em que a pessoa não tem condições de pagar, é a Defensoria Pública que vai rediscutir o contrato, mostrar onde, eventualmente, há uma cláusula excessiva e abusiva que faz com que não se consiga honrar o pagamento das prestações.

Também as questões ligadas ao Enem, a educação, saúde e medicamentos, internações de emergência, cirurgias, são os defensores que, em nome da população carente, levam a causa à Justiça para conseguir manter esses direitos fundamentais observados e respeitados.

Portanto, temos aí, no ano de 2014, 1,7 milhão de atendimentos com 550 defensores em âmbito nacional. É um número expressivo, só não atendemos mais porque somos apenas 550. Por força da nossa autonomia, está em andamento o quinto concurso, em que vão ingressar mais 58 defensores públicos, no ano de 2015. E aí a necessidade da autonomia para que possamos estar sempre fazendo concurso, como faz o Ministério Público e como faz o Poder Judiciário, para podermos nos estruturar de forma adequada.

Tivemos agora uma situação delicada. Estávamos com o segundo concurso de servidores em andamento quando fomos surpreendidos pela retirada desses cargos pelo Ministério do Planejamento, o que nos levou a suspender o concurso. Lamentavelmente, falo do fundo do coração, tivemos que entrar com um mandado de segurança, na sexta-feira, para tentar recuperar esses cargos e dar continuidade, porque sem servidores a Defensoria Pública não funciona. Só com defensores públicos, por mais que sejam vocacionados e cheios de boas intenções, nós não temos condições de dar conta dessa demanda tão grande.

Então, estamos utilizando o Poder Judiciário para fazer a nossa instituição funcionar, sem prejuízo de buscar o diálogo com todos os ministros do Poder Executivo que têm aderência à nossa área, a fim de que sempre haja um bom diálogo entre Defensoria Pública e Poder Executivo.

Assim, encerro a minha fala agradecendo por este dia fantástico, que é o dia 19 de maio, da Defensoria Pública; agradecendo a iniciativa da Senadora Ana Amélia e de todos os Parlamentares que subscreveram; agradecendo os colegas e conclamando-os a sempre continuar lutando pela Defensoria. Não desistam da Defensoria! Nós vamos conseguir estruturar essa instituição de forma adequada para bem prestar o serviço à população carente de nosso País.

Conto com V. Ex^{as}. Muito obrigado a toda a Mesa, à Presidente Ana Amélia e ao Senador Jucá, em especial. Obrigado. (*Palmas*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Haman Tabosa e Córdova, Defensor Público-Geral da União.

Agora, encerrando as manifestações, o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Joaquim Neto.

O SR. JOAQUIM NETO – Bom dia a todas e a todos.

Ex^{ma} Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, a quem cabe grande cumprimento e agradecimento pela subscrição desta sessão solene, que foi acompanhada por inúmeros colegas seus, Senadores; Senador Valdir Raupp, que não está mais presente, a quem deixo um forte abraço e os nossos cumprimentos.

Senador Romero Jucá, cabe aqui um parêntese para ressaltar a parceria de longa data que V. Ex^a possui com a Defensoria Pública. Sempre tivemos fácil, livre e completo acesso à sua pessoa e ao seu gabinete para discutirmos as demandas, as situações e as questões concernentes à Defensoria Pública deste País.

Cumprimento, na oportunidade, também o Ministro do Superior Tribunal Militar, Sr. José Barroso Filho, que tive o privilégio de conhecer nesta manhã; o Defensor Público-Geral da União, meu amigo Haman Tabosa de Moraes e Córdova, companheiro de lutas e de trincheiras; a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Sr^a Michelle Leite, parabéns pelo trabalho que V. Ex^a e o colega Dinarte da Páscoa exercem à frente dessa honrosa associação; o Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários, Sr. João Bosco Siqueira da Silva, nossos cumprimentos; colegas defensoras e defensores públicos presentes, defensoras e defensores públicos de todo o Brasil.

A alegria deste momento é ímpar. Participar, na condição de Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, mas, sobretudo, na condição de Defensor Público Estadual atuante, que conhece o dia a dia, o *métier*, o trabalho da Defensoria Pública, participar desta sessão solene alusiva ao Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, tem um significado especial.

A Defensoria Pública, nos termos do art. 134 da Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Dr. Joaquim Neto, estamos aqui recebendo, nas galerias – e talvez algum futuro defensor público, seja dos Estados ou da União –, estudantes do curso de Direito da Universidade de Cuiabá, Mato Grosso.

Está falando aqui o Dr. Joaquim Neto, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, nesta sessão de homenagem à Defensoria Pública, requerida por mim.

O representante dos defensores dos Estados está usando a palavra; antes falou o Defensor Público-Geral da União.

Sejam bem-vindos.

Desculpe-me, Dr. Joaquim, mas pensei que havia uma afinidade entre esses jovens que estão fazendo o curso de Direito, que é um acesso à porta da Justiça também.

Muito obrigada ao senhor pela compreensão.

O SR. JOAQUIM NETO – Não há de quê, Senadora. Para nós é um imenso prazer. Nós trabalhamos com a divulgação e a propagação dessa instituição também junto às universidades, pois queremos conquistar novos soldados para essa trincheira e para essa carreira brilhante que tem crescido e que haverá de crescer muito mais no nosso País.

Há um longo caminho para a concretização do comando constitucional lido. Falta muito para a transformação social que se pretende neste País através do acesso substancial à Justiça. Não há democracia plena quando o povo sequer possui condições mínimas de existência, falta-lhes uma série de direitos fundamentais!

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado brasileiro tem um débito histórico com o seu povo, sempre tratado de forma injusta e desigual. Explorado há séculos, construiu-se uma “sociedade” que exclui parcela significativa do nosso povo do direito a ter direitos.

A consolidação da Defensoria Pública ajuda a minimizar essas desigualdades sociais. Todavia, apesar de presente em 26 unidades da Federação, na grande maioria dos Estados possui número insuficiente de defensores e não está presente em todas as comarcas, como muito bem já foi e trazido em números precisos pelos oradores que nos antecederam.

Temos um terço do quadro de magistrados e metade do número de promotores.

Esta Casa, Sr^a Presidente, tem dado uma parcela significativa e fundamental de contribuição ao avanço da Defensoria Pública. Neste plenário, em 4 de junho de 2014, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 80, que, na verdade, foi a quarta de uma sucessão de emendas que alteraram a Constituição para trazer a Defensoria Pública ao patamar que lhe é de direito.

E a Emenda à Constituição nº 80 impõe ao Estado brasileiro que em oito anos seja implantada a Defensoria Pública em todas as unidades jurisdicionais do País.

Tenho dito, Sr^a Presidente, por onde tenho andado neste País, da necessidade de que se compreenda a Defensoria Pública como instrumento de transformação social. Que se compreenda que onde a Defensoria

Pública se faz presente há uma melhoria significativa de índices sociais: há melhoria da qualidade de vida, há melhoria na educação, na saúde, há transformação social.

Senhoras e senhores, eu aqui faço um parêntese para, nesta data alusiva ao Dia Nacional da Defensoria Pública, homenagear também o movimento associativo pelo qual perpassam todas as conquistas da Defensoria Pública há mais de três décadas. A nossa associação, a Anadep, vem vivenciado o dia a dia desta Casa, diferenciando-nos de muitas outras associações, por tratar, Sr^a Presidente, não somente de causas corporativas ou institucionais, mas por acompanhar dezenas de projetos de lei, participando de audiências públicas, discutindo, oferecendo notas técnicas a projetos em andamentos, sugestões nos mais variados temas na defesa de direitos fundamentais e/ou grupos vulneráveis, como a infância, a mulher, o idoso, o consumidor, os encarcerados, a população de rua – todos esses temas igualmente tratados pelo atendimento diário dos defensores públicos.

Ainda existem ajustes constitucionais e infraconstitucionais a serem implementados. É preciso dar à Defensoria Pública um caráter nacional, ou seja, que deixem de existir tratamentos desiguais por regiões ou mesmo por Estados entre as Defensorias. Há Estados que chegam a ganhar até 200% a maior de subsídios para um defensor público. Não cabe mais aceitar essa situação. É preciso que se dê uma padronização e um caráter nacional à Defensoria Pública. É preciso dotá-la de condições orçamentárias justas, que sejam capazes, Senador Jucá, de fazer com que outros Estados, a exemplo do seu Estado de Roraima, possam implantar a Defensoria em todas as suas comarcas. Não há que se falar em criar núcleos, em se fazer concurso público, seja para o quadro de defensores, seja para a atividade-meio de servidores – igualmente necessária –, sem uma dotação orçamentária digna, prévia, sem que haja um planejamento para que isso possa ocorrer. É preciso que nós efetivemos os avanços da Emenda Constitucional nº 80.

Neste dia, há sim o que se comemorar, sobretudo porque toda e qualquer conquista de empoderamento da população vulnerável deste País deve ser exaustivamente comemorada. Porém, existe um longo caminho a ser trilhado pelo Estado brasileiro, e passa pelo Legislativo, passa por esta Casa.

E muito nos alegra saber que temos nesta Casa Senadores da envergadura de V. Ex^{as}, Presidente Ana Amélia e Senador Jucá, e de muitos outros, que conhecem a Defensoria, que entendem de Defensoria e que abraçaram a causa da Defensoria e que estão dispostos a travarem verdadeiras batalhas em prol da efetivação da Defensoria Pública que o povo brasileiro precisa.

Ainda bem que temos visto gestos, como o desta sessão solene, que apontam para um compromisso de contínuo avanço da Defensoria Pública, até que o tripé do sistema de justiça esteja plenamente equilibrado.

Parabéns aos nossos Parlamentares! Parabéns às defensoras e defensores públicos do nosso País.

O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agora, eu vou abrir uma porta, uma janela, um espaço ao gênero, à mulher que aqui representa a Defensoria Pública. O Joaquim falou pelos defensores públicos dos Estados, pela entidade que ele representa, que é a Defensoria Pública dos Estados. E a Michelle Leite é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais. Portanto, creio que assim é democrático, e também por ser uma mulher. São muitas as mulheres defensoras públicas em nosso País. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, o cargo de Defensor Público-Geral foi, até recentemente, ocupado também por uma mulher.

Assim, passo a palavra para a Michelle, para fazer o agradecimento desta sessão, antecipando o encerramento da cerimônia.

A SR^a MICHELLE LEITE – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer a deferência da Senadora Ana Amélia.

Apresento os cumprimentos aos integrantes desta Mesa.

Em primeiro lugar, à Presidente desta sessão, Senadora Ana Amélia, que subscreveu o Requerimento nº 53, para que esta sessão fosse aqui realizada.

Cumprimento também os Senadores Alvaro Dias, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Medeiros e João Capiberibe, que também subscreveram o requerimento.

Não posso deixar de render homenagens também ao Senador Romero Jucá, nosso grande apoiador, e aos demais integrantes desta Mesa: Ministro Barroso, do Superior Tribunal Militar; Joaquim, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos dos Estados; João Bosco, presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários; Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral Federal; Senadores que aqui hoje estiveram e se pronunciaram em favor da Defensoria, em homenagem a este dia de comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública: Valdir Raupp, Hélio José e Telmário Mota.

Pois bem, vou ser bastante breve, agradecendo a deferência da Senadora Ana Amélia. É dia de dizer que a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais participa desta sessão com muita honra e vem a esta Casa Legislativa agradecer todo o apoio que vem sendo dispensado à instituição Defensoria Pública.

Não posso deixar de mencionar os avanços recentes conquistados pela Defensoria Pública Nacional, a Emenda Constitucional 74, cuja proposta de emenda teve início neste Senado Federal, apresentada pela Senadora Vanessa Grazziotin, a quem também rendo homenagens hoje, emenda que estendeu à Defensoria Pública da União autonomia administrativa e funcional e iniciativa de proposta orçamentária, que já era presente nas Defensorias nos Estados, a partir da Emenda 45.

Gostaria de registrar também o apoio que nos foi dado à Lei 12.763, de 2012, que criou 789 cargos de Defensores Públicos Federais.

Também é um grande avanço na nossa instituição, Defensoria, a Emenda 80, promulgada em junho de 2014, de Relatoria do Senador Romero Jucá, a quem não podemos deixar de prestar as devidas homenagens e agradecimentos na data de hoje.

A Emenda 80 dispõe que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, no prazo de oito anos. E nada mais é do que a efetivação do art. 5º, LXXIV, que dispõe que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Estão intrinsecamente ligadas essas normas constitucionais, e, a partir dessa nova roupagem conferida pela Constituição da República, com essas recentes emendas, tenho a dizer hoje que a Defensoria Pública nada mais é do que um instrumento garantidor de inclusão social, instituição protagonista na promoção de direitos humanos, pois possui legitimidade para atuar em nome do cidadão individualmente, e também para propor ações coletivas.

O dia a dia dos defensores é caracterizado por ações individuais coletivas, tentativas de resolução extrajudicial de conflitos para garantir o acesso a direitos e garantias fundamentais, direitos sociais, como saúde, educação e moradia, assim como a assistência no processo penal, em que o defensor exerce a difícil missão de fazer a defesa dos necessitados. E também a participação em mutirões carcerários e a atuação em execução penal, *in facto*, dos cidadãos carentes.

Novamente, agradeço a louvável iniciativa do Senado Federal, que muito nos honra com esta solenidade, e pedir que esta Casa continue nos dando o apoio para que essa instituição seja reconhecida, fortalecida e estruturada.

Encerro a minha fala, dizendo que defensor público não é mero prestador de assistência jurídica: é agente de transformação social.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP - RS) – Muito obrigada à Michelle Leite.

Agradeço imensamente a presença do Senador Romero Jucá, que, pela manifestação do próprio Plenário, da Mesa, reafirmou e confirmou seu compromisso em atividades e iniciativas que ele liderou como Relator. Foram muitas iniciativas que fortaleceram, do ponto de vista institucional, o papel da Defensoria Pública, não só na autonomia, mas também na autonomia administrativa e, agora, nesse nivelamento com o Ministério Público, com o poder do Ministério Público Federal e dos Estados. Então, foi o reconhecimento da categoria, e nós, como parlamentares, temos, também pelo Senador Romero Jucá, o entendimento do seu compromisso com as questões de grande relevo para a instituição e para outras demandas de interesse da sociedade brasileira.

Quero agradecer ao Senador Valdir Raupp, ao Senador Telmário Mota e ao Senador Hélio José, que deram muito prestígio a esta sessão especial de homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

Agradeço também a presença honrosa de todas as lideranças que aqui compuseram a Mesa e agradeço novamente às senhoras e aos senhores defensores públicos de nosso País.

Cumprida a finalidade desta sessão, agradeço a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a presente sessão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.*)

Ata da 72ª Sessão, Não Deliberativa, em 18 de maio de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Alvaro Dias, Paulo Paim, Lindbergh Farias e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 18 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECERES

PARECERES NºS 154 E 155, DE 2015

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras.

PARECER Nº 154, DE 2015

(Da Comissão de Serviços de Infraestrutura)

RELATOR “ad hoc”: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) e me pídofe, que tem por fim estabelecer no vo limite máximo, de 25% (vinte e cinco por cento), para acréscimos ao valor inicial atualizado do contrato em todas as obras, serviços ou compras.

A proposição é composta por apenas dois artigos. O primeiro altera o § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos, enquanto o segundo define a data da publicação da lei que resultar de sua aprovação como a do início de sua vigência.

A proposição, à qual não foram ofertadas emendas perante esta Comissão, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deliberará terminativamente sobre a matéria.

II – ANÁLISE

Por força do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a obras públicas em geral.

Nos termos do art. 22, XXI e XXVII, da Constituição Federal, a União detém competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Carta Política.

Ainda que caiba à CCJ tratar especificamente do tema, não é vedado a esta Comissão apreciar aspectos de constitucionalidade das propostas que lhe são submetidas a exame. No caso, verifica-se não haver conflito do PLS com disposições constitucionais e do Regimento Interno. Assim sendo, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, podendo ser objeto de deliberação.

No tocante ao mérito, consideramos apropriada a afirmação da ilustre Senadora Ana Amélia de que “o permissivo existente na atual redação do § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos tem sido usado de forma irresponsável. Normalmente, em prejuízo da Administração, do melhor interesse público e dos cofres públicos”. Efetivamente, os contratantes já veem como certa a ampliação em 50% do valor inicial de um contrato de reforma de edifício ou de equipamento. O permissivo hoje existente leva, inclusive, a certo desleixo do administrador quando do orçamento da reforma.

Vê-se a valorização do princípio do planejamento, citado pela autora do Projeto, como consequência da sua aprovação. Haverá mais zelo por parte dos gestores ao elaborarem editais e ao orçarem os serviços que serão contratados, além de garantir maior segurança na execução financeira do orçamento público.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012.

Sala da Comissão, 24 de maio de 2012

Senador BLAIRO MAGGI, Presidente em exercício

Senador VALDIR RAUPP, Relator

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, Relator “ad hoc”

Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 24/05/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Dolcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziolin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Francisco Dornelles (PP)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO	1. VAGO
PSD	
Kátia Abreu	1. Sérgio Petecão

PARECER Nº 155, DE 2015

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPINO

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 25, de 2012, com a finalidade descrita na ementa.

A proposição possui somente dois artigos. O primeiro deles, promove a alteração no dispositivo da Lei de Licitações e Contratos, enquanto o segundo contém a cláusula de vigência da futura lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental, ao projeto, que antes de vir a este colegiado tramitou pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde recebeu parecer pela aprovação, nos termos em que foi proposto.

Este é o Relatório.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, consoante o art. 101, I e II, g, c/c o art. 91, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre

a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, assim como se pronunciar terminativamente quanto ao mérito.

Compete à União, privativamente, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as suas modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme preveem os arts. 22, XXVII, e art. 173, § 1º, III, da Lei Maior.

O projeto não conflita com disposições constitucionais e do Regimento Interno do Senado. Assim sendo, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, podendo ser objeto de deliberação.

No tocante ao mérito, louvamos a iniciativa da ilustre Senadora Ana Amélia. É correta a afirmação que faz de que o permissivo existente na atual redação do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, tem sido irresponsavelmente utilizado. A alteração para 50% a mais no valor inicial do contrato de obras e serviços de engenharia é algo com que já conta a contratada ao assinar o ajuste. Por seu turno, o administrador público deixa de dedicar adequado esforço no planejamento e desenho do empreendimento, assim como na sua orçamentação, também escorado no elástico permissivo legal. A exceção virou regra, e quase sempre em prejuízo do interesse público.

Concordamos plenamente em limitar no patamar único de 25% do valor inicial atualizado do contrato os acréscimos e as supressões em todas obras, serviços ou compras, sem exceção.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012, e, votamos, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2015

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador JOSÉ AGRIPINO, Relator

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 06/05/2015 às 10h - 8ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE VIANA		1. WALTER PINHEIRO PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		2. DELCÍDIO DO AMARAL PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS PRESENTE
LUIZ HENRIQUE		7. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
JOSÉ SERRA		4. MARIA DO CARMO ALVES
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES		3. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 06/05/2015 às 10h - 8ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

Não Membros Presentes

LÚCIA VÂNIA

Lista de Votação Nominal - PLS 25/2012

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)					1. WALTER PINHEIRO (PT)		X		
GLEISI HOFFMANN (PT)					2. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)		X		
JOSÉ PIMENTEL (PT)		X			3. LINDBERGH FARIAS (PT)				
FÁTIMA BEZERRA (PT)					4. ANGELA PORTELA (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					5. ZEZE PERRELLA (PDT)				
ACIR GURGACZ (PDT)		X			6. PAULO PAIM (PT)				
BENEDITO DE LIRA (PP)					7. IVO CASSOL (PP)		X		
CIRO NOGUEIRA (PP)					8. ANA AMÉLIA (PP)		X		
TITULARES - Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					1. ROBERTO REQUILÃO (PMDB)				
EDISON LOBÃO (PMDB)					2. OMAR AZIZ (PSD)			X	
RICARDO FERRAÇO (PMDB)		X			3. GARBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)		X			4. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
SIMONE TEBET (PMDB)		X			5. DÁRIO BERGER (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)		X			6. ROSE DE FREITAS (PMDB)		X		
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					7. SÉRGIO PETECÃO (PSD)		X		
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)					8. VAGO				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ AGRIPINO (DEM)		X			1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				
RONALDO CAIADO (DEM)		X			2. ALVARO DIAS (PSDB)				
AÉCIO NEVES (PSDB)					3. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)		X		
JOSÉ SERRA (PSDB)					4. MÁRIA DO CARMO ALVES (DEM)				
ANTÔNIO ANASTÁZIA (PSDB)		X			5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Socialismo e		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)		X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)				
ROBERTO ROCHA (PSB)		X			2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)		X		
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)					3. JOSÉ MEDEIROS (PPS)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força(PTB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força(PTB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)		X			1. DOUGLAS CINTRA (PTB)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			2. BLAIRO MAGGI (PR)				
MAGNO MALTA (PR)					3. ELMANO FÉRRER (PTB)				

Quórum TOTAL 23

Votação TOTAL 22 SIM 21 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II. ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 06/05/2015

OBS. COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art 89, XI).

José Maranhão
Presidente

Ofício nº 18/2015 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 6 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012, que "Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras", de autoria da Senadora Ana Amélia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **JOSE MARANHÃO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

(À Publicação)

PARECER

Nº 156, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que acresce § 5º ao art. 27 e parágrafo único ao art. 29, ambos da Constituição Federal, para vedar, respectivamente, a recondução para o mesmo cargo da Mesa da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal na eleição imediatamente subsequente.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo e outros Senadores, que tem por objetivo acrescentar § 5º ao art. 27 e parágrafo único ao art. 29 da Constituição, com o objetivo de vedar aos membros da Mesa das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Na Justificação, os autores recorrem ao princípio da alternância no poder, consentâneo com os fundamentos democráticos e republicanos de nosso texto constitucional. Lembram, também, que essa vedação vigora já para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por força do § 4º do art. 57 da Constituição. Relatam, ainda, que o Supremo Tribunal Federal foi provocado, algumas vezes, para manifestar-se a

respeito da extensão da regra federal, com base no princípio da simetria, para o âmbito estadual e municipal. Em todas as oportunidades, no entanto, entendeu o Supremo que a extensão almejada não encontrava amparo constitucional. Uma vez que a interpretação do texto vigente não contempla a incorporação obrigatória de Estados e Municípios à regra da não-reeleição para os cargos das Mesas, o único caminho possível é, para os autores, a alteração do texto constitucional, por meio do acréscimo dos parágrafos acima referidos.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal cabe a esta Comissão manifestar-se a respeito da admissibilidade e do mérito da proposição.

No que respeita à admissibilidade, cumpre assinalar que a proposição atende à exigência do art. 60, inciso I, da Constituição da República, uma vez que conta com a assinatura de mais de um terço dos Senadores.

Inexiste impedimento à apreciação da matéria: o País não se encontra em situação de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. A proposta não retoma matéria objeto de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na presente sessão legislativa. Importa observar, também, que as chamadas cláusulas pétreas não são atingidas por seus mandamentos.

Inexistem óbices outros no que se refere à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição.

No que se refere ao mérito, não há como divergir das razões que os autores apresentam. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas, de maneira geral, são omissas no que se refere à possibilidade de reeleição dos membros das Mesas de seus Legislativos, quando não a autorizam de forma expressa. O resultado é o encastelamento de grupos na direção dos Poderes Legislativos, estaduais e municipais.

A recondução para o mesmo cargo da Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é constitucionalmente vedada na eleição imediatamente subsequente. Nada mais correto do que estender o preceito da norma constitucional às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais, evitando, dessa forma, a perpetuação de grupos políticos no poder.

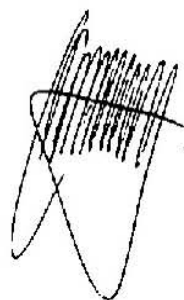
A vigência da proposição sob exame estabelecerá um patamar mínimo de renovação a cada eleição da Mesa: seus cargos não poderão ser vinculados ao mesmo nome em duas eleições consecutivas.

III – VOTO

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2011, e, no mérito, favorável a sua aprovação.

Sala da Comissão, 6 de maio de 2015.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO, Presidente

, Relator

Relatório de Registro de Presença**CCJ, 06/05/2015 às 10h - 8ª, Ordinária****Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE VIANA		1. WALTER PINHEIRO PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		2. DELCÍDIO DO AMARAL PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		
TITULARES		SUPLENTE
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS PRESENTE
LUIZ HENRIQUE		7. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
JOSÉ SERRA		4. MARIA DO CARMO ALVES
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES		3. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 06/05/2015 às 10h - 8ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	PRESENTE
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

Não Membros Presentes

LÚCIA VÂNIA

(À Publicação)

ABERTURA DE PRAZO

Com referência ao **Ofício nº 18, de 2015**, da CCJ, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 18/2015 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 6 de maio de 2015

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2012, que “Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras”, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente – Senador **José Maranhão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO
Nº 522, DE 2015**

(REQUERIMENTO Nº 26, DE 2015- CCT)

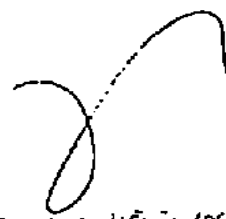
Requeiro, nos termos do disposto no art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei Da Câmara nº 30, de 2015 - “Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes” - além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.

Sala da Comissão, em



CRISTOVAM BUARQUE

Senador



SENADOR HÉLIO JOSÉ

SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 13ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 12 de maio de 2015 (terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Lasier Martins (PDI)	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Angela Portela (PT)	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Sandra Braga (PMDB)
João Aluísio Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PSD)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP

12/05/2015 – 13ª – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque, Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós temos dois requerimentos que eu gostaria de discutir. Um requerimento que sugere que o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março, além das Comissões constantes do despacho inicial seja ouvida também a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Há uma falha aqui que é não dizer o que é a Lei... (Pausa.)

Um outro requerimento – eu deixo esse para depois –, é que eu gostaria de ouvir a opinião dos Srs. Senadores. Não vamos votar precipitadamente.

Requeiro, nos termos do disposto no art. 255 do Regimento Interno, que a Lei da Câmara nº 30, de 2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho dele decorrentes, além das Comissões constantes do Despacho inicial de distribuição, seja ouvida também esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Ou seja, quero ouvir dos Senadores se se justifica levar ao Presidente Renan trazer para cá a Lei da Terceirização.

Com a palavra os Srs Senadores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Concordo em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque, Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, está aprovado. Coloco em votação.

Quem estiver de acordo, permaneça como está (Pausa.)

Aprovado

Ao mesmo tempo, eu gostaria de consultar os Srs Senadores sobre a conveniência de trazer para cá a Lei da Câmara nº 30, de 2015, que altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 – esta é a lei que trata dos transgênicos –, retirar do rótulo o símbolo dos transgênicos

Eu, pessoalmente, considero um grande retrocesso, mas se depender da minha posição, considero que seja conveniente que venha para cá. Transgênico é ciência, que pode ser usada para o bem ou para o mal.

Abro a discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão (Pausa.)

Está aprovado, também.

Está encerrada esta reunião, com os meus agradecimentos pela presença de todos.

Tivemos um recorde de quorum

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 523, DE 2015

Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLC 30/2015, que "Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes", além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2015. – Senador **Paulo Paim**, PT/RS.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 524, DE 2015

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o tramite em conjunto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 336, de 2011; com os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 490 e 498 de 2011; e os PLS nºs 296 e 392, de 2012; por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, de de 2015. – Senador **José Pimentel**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

COMUNICAÇÕES

Memo. nº 32/2015/CMA

Brasília, 13 de maio de 2015

Assunto: Arquivamento do OFS nº 55/2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que dei conhecimento do OFS nº 55, de 2015, na reunião do dia 05 de maio de 2015. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria, determinei o arquivamento da matéria.

Respeitosamente, – Senador **Otto Alencar**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Ofício nº 015/2015-CI

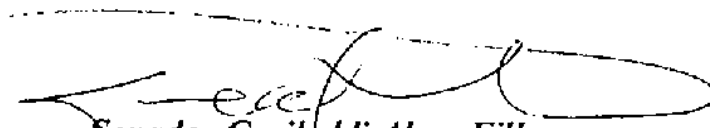
Brasília, 13 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 29, de 2015 (cópia anexa).

Assim, comunico o encerramento dos trabalhos e a extinção, no âmbito desta Comissão, da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID, criada por meio do Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 32, de 2007.

Cordialmente,



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão

REQUERIMENTO Nº 29 , DE 2015 - CI

Requeiro, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a extinção, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID”.

Sala da Comissão,



Senador HÉLIO JOSÉ



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 13 de maio de 2015 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Fléxia Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cindra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	3. Eduardo Amorim (PSC)



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 13/05/2015

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – (...) Tem a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Na verdade, esse nosso requerimento, que é apoiado pelos Senadores Wilder e Hélio José, tem por objetivo criar essa subcomissão para tratar do setor da mineração; inclusive estivemos reunidos com alguns empresários do setor.

E, tendo em vista que, lá na Câmara, está em discussão o marco regulatório, seria interessante que, aqui, já pudéssemos nos preparar para que quando esse projeto aqui chegar, esta Comissão esteja apta para também fazer o debate.

Portanto, o objetivo é que nós possamos criar essa subcomissão, lógico, com o apoio dos demais colegas Senadores, para abrir este debate desde logo, porque entendemos que é de fundamental importância para o nosso País.

Obrigado, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vou ler o item 8, requerimento de autoria do Senador Sérgio Petecão, apoiados pelos Senadores Hélio José e Wilder Moraes.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, de 2015

- Não terminativo -

Requeremos a criação, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subcomissão Permanente da Mineração), composta por três membros titulares e igual número de suplentes, destinada ao estudo e acompanhamento do setor da mineração no Brasil; a realizar diagnóstico dos problemas, causas e efeitos; e a apresentar soluções técnico-operacionais, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo, em substituição à Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - CISPID.

Autoria: Senador Sérgio Petecão e outros

Encaminho, neste instante, a discussão do Requerimento nº 24, de 2015, de autoria dos Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Wilder Moraes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, até para que possamos dar celeridade nesta Comissão, porque, aqui, o Regimento diz... Inclusive eu indago à Mesa se é possível, até por conta do quórum. Às vezes a gente precisa reunir, mas não temos quórum suficiente. A proposta é que pudessem permanecer estes três Parlamentares que subscreveram o pedido, para que possamos dar início aos trabalhos. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Sérgio Petecão solicita que ao invés de termos cinco membros desta subcomissão, tenhamos apenas três. O que significa que os três subscritores serão os membros dessa subcomissão: Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Wilder Moraes. Então, o Senador Hélio José concorda e o Senador Wilder Moraes está ausente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O Senador Wilder está em viagem de interesse do Parlamento. Mas S. Ex^a pediu-me que trouxesse a mensagem, Presidente, de que também concorda.

Presidente, também não impede que os demais nobres Senadores participem e deem sugestões. Não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Os Senadores concordam? *(Pausa.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Presidente, inclusive se houver algum Senador que queira participar, seria muito importante. Nós estamos na discussão do marco regulatório minerário e outras questões, mas seria de alta relevância se alguns de nossos colegas Senadores pudessem compor a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não compor, participar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Participar.
Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, faço a designação desde logo dos três Senadores.
(...)

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja considerado meu voto em favor da aprovação da indicação do Dr. Luiz Edson Fachin para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICATIVA

A norma geral aplicável às votações no Senado Federal tem sido, há anos, a de somente aceitar o voto de senadores que estejam presentes à respectiva sessão.

Ocorre, todavia, que, nas circunstâncias específicas em que me encontro e que envolvem a votação do Ministro, impõe-se levar em consideração normas regimentais especiais que admitem a votação por meio de declaração de voto, consoante passo a especificar.

Inicialmente, cumpre observar-se que o art. 288, III, *d*, e § 2º do RISF determina:

Art. 288. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros (Const., art. 47), salvo nos seguintes casos, em que serão:

III – por voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa:

d) aprovação de nome indicado para Ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 101, parágrafo único) para Procurador-Geral da República (Const., art. 128, § 1º); para Ministro do Superior Tribunal de Justiça (Const., art. 104, parágrafo único) e para Ministro

do Tribunal Superior do Trabalho (Const., art.111-A);

(...)

§ 2º Serão computados, para efeito de *quorum*, os votos em branco e as abstenções verificadas nas votações. (NR)

Do texto acima, depreende-se obrigatoriamente que (i) é exigido o voto da maioria absoluta dos membros do Senado na votação para aprovação de indicado a Ministro do STF (III, d); (ii) a exigência de presença somente é computada para efeito de *quorum*, e não de aprovação (caput); (iii) até os votos em branco e as abstenções são computados para efeito de *quorum*.

Há, também, no RISF regras específicas destinadas à votação de indicação de autoridades, estabelecendo o art. 291 o direito de Senador de manter em sigilo seu voto, nos seguintes termos:

Art. 291. Será secreta a votação:

I – quando o Senado tiver que deliberar sobre:

(...)

e) escolha de autoridades (Const., art. 52, III);

Já o art. 292 explicita as formas de votação que garanta aos senadores o direito ao sigilo, aplicando-se o sistema eletrônico, em qualquer caso, exceto as eleições, como determina o art. 295:

Art. 292. Na votação, serão adotados os seguintes processos:

(...)

II – secreta:

a) eletrônico;

b) por meio de cédulas;

c) por meio de esfera.

(...)

Art. 295. A votação secreta realizar-se-á pelo sistema eletrônico, salvo nas eleições.

- § 1º Anunciada a votação, o Presidente convidará os Senadores a acionarem o dispositivo próprio, dando, em seguida, início à fase de apuração.
- § 2º Verificada a falta de quorum, proceder-se-á na forma do art. 293, VIII, ficando adiada a votação se ocorrer, novamente, falta de número.

É clara verdade que o RISF não permite, no âmbito das Comissões, que haja encaminhamento de matéria ou declaração de voto. Essa regra está expressamente consignada no inciso VI do art. 383, que estabelece o procedimento de arguição pública do indicado e votação secreta, nos seguintes termos:

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

(...)

VI – a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;

O mesmo, porém, não se aplica ao Plenário – ao contrário. Preveem os arts. 308 e 309 do RISF que, “após anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.” (art. 308) e que “O encaminhamento é medida preparatória da votação; a votação só se considera iniciada após o término do encaminhamento.” (art. 309).

Merece destaque o fato de que o art. 310 determina as matérias em que não haverá encaminhamento de votação e, entre elas, não está a indicação de autoridades¹.

A conclusão obrigatória a que se chega a partir das normas acima é que não há qualquer impedimento à declaração de voto EM PLENÁRIO,

¹ Art. 310. Não terão encaminhamento de votação as eleições e os seguintes requerimentos:

I – de permissão para falar sentado;

II – de prorrogação do tempo da sessão;

III – de prorrogação de prazo para apresentação de parecer;

IV – de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão de determinada matéria em Ordem do Dia;

V – de dispensa de publicação de redação final para sua imediata apreciação;

VI – de Senador, solicitando de órgão estranho ao Senado a remessa de documentos;

VII – de comissão ou Senador, solicitando informações oficiais;

VIII – de comissão ou Senador, solicitando a publicação, no Diário do Senado Federal, de informações oficiais;

IX – de licença de Senador;

X – de remessa a determinada comissão de matéria despachada a outra;

XI – de destaque de disposição ou emenda.

Parágrafo único. O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

pois, muito ao contrário, o Regimento prevê até mesmo o encaminhamento de votação para o caso.

Esse entendimento é corroborado por aquele mesmo artigo 383, que, ao estabelecer as normas processuais legislativas de escolha de autoridades, após vedar expressamente a declaração de voto na comissão (inciso VI), mantém-se silente quanto à matéria, quando se refere à votação em plenário, nos termos do inciso VII:

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

(...)

VI – a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;

VII – o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto;

VIII – a manifestação do Senado será comunicada ao Presidente da República, consignando-se o resultado da votação.

E nem poderia ser diferente. O sigilo do voto, seja do parlamentar, seja do cidadão comum, nada mais é do que uma PRERROGATIVA, ou, nas palavras de José Afonso da Silva, um DIREITO:

... a liberdade de voto é fundamental para sua autenticidade e eficácia, manifestando-se não apenas pela preferência a um ou outro candidato, mas também pela faculdade de votar em branco ou de anular o voto, direito esse, garantido pelo voto secreto; o sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências: 1) uso de cédulas oficiais; 2) isolamento do eleitor em cabine indevassável; 3) verificação da autenticidade da cédula oficial; 4) emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla para que não acumulem as cédulas na ordem em que forem introduzidas pelo próprio eleitor, não se admitindo que outro o faça. (art. 103, Lei 4737/65)

Constitui princípio basilar de direito que aquele que detém um direito, na mesma medida, detém, também, a faculdade de dispor deste direito.

É evidente, portanto, que o sigilo de voto é uma prerrogativa e não um dever, tanto do cidadão como do parlamentar.

Esdrúxulo seria impedir qualquer eleitor (cidadão ou parlamentar) de declarar seu voto, mormente quando esse direito é expressamente

consagrado por meio do direito de encaminhamento de voto previsto no art. 308 e não excepcionada no art. 310 do RISF.

Assim, abro mão de meu direito de sigilo, e declaro abertamente meu voto pela aprovação do Dr. Luiz Edson Fachin em sua indicação ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Assim, pelas razões expressas acima, venho requerer que seja computado meu voto em favor da indicação do Dr. Luiz Edson Fachin ao honroso cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2015.


Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMD8/PR

SUBSTITUTIVO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Substitutivo da Câmara nº 9, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2011 (nº 7.169/2014, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

A matéria vai à CCJ.

É o seguinte o substitutivo:

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
Nº 9, DE 2015
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2011
(nº 7.169/2014, naquela Casa)

Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

CAPÍTULO I DA MEDIAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I - imparcialidade do mediador;
- II - isonomia entre as partes;
- III - oralidade;
- IV - informalidade;
- V - autonomia da vontade das partes;
- VI - busca do consenso;
- VII - confidencialidade;
- VIII - boa-fé.

§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.

§ 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

Seção II Dos Mediadores

Subseção I Disposições Comuns

Art. 4º O mediador será designado pelo tribunal ou escolhido pelas partes.

§ 1º O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito.

§ 2º Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.

Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Parágrafo único. A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Art. 6º O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

Art. 7º O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

Subseção II Dos Mediadores Extrajudiciais

Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.

Art. 10. As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.

Parágrafo único. Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.

Subseção III Dos Mediadores Judiciais

Art. 11. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

Art. 12. Os tribunais criarão e manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

§ 1º A inscrição no cadastro de mediadores judiciais será requerida pelo interessado ao tribunal com jurisdição na área em que pretenda exercer a mediação.

§ 2º Os tribunais regulamentarão o processo de inscrição e desligamento de seus mediadores.

Art. 13. A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos tribunais e custeada pelas partes, observado o disposto no § 2º do art. 4º desta Lei.

Seção III Do Procedimento de Mediação

Subseção I Disposições Comuns

Art. 14. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 15. A requerimento das partes ou do mediador, e com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.

Art. 16. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

§ 1º É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.

Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a primeira reunião de mediação.

Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

Art. 18. Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 19. No desempenho de sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre aquelas.

Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado com a lavratura do seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

Subseção II Da Mediação Extrajudicial

Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação e deverá estipular o escopo proposto para a negociação, a data e o local da primeira reunião.

Parágrafo único. O convite formulado por uma parte à outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido em até trinta dias da data de seu recebimento.

Art. 22. A previsão contratual de mediação deverá conter, no mínimo:

I - prazo mínimo e máximo para a realização da primeira reunião de mediação, contado a partir da data de recebimento do convite;

II - local da primeira reunião de mediação;

III - critérios de escolha do mediador ou equipe de mediação;

IV - penalidade em caso de não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação.

§ 1º A previsão contratual pode substituir a especificação dos itens acima enumerados pela indicação de regulamento, publicado por instituição idônea prestadora de serviços de mediação, no qual constem critérios claros para a escolha do mediador e realização da primeira reunião de mediação.

§ 2º Não havendo previsão contratual completa, deverão ser observados os seguintes critérios para a realização da primeira reunião de mediação:

I - prazo mínimo de dez dias úteis e prazo máximo de três meses, contados a partir do recebimento do convite;

II - local adequado a uma reunião que possa envolver informações confidenciais;

III - lista de cinco nomes, informações de contato e referências profissionais de mediadores capacitados; a parte convidada poderá escolher, expressamente, qualquer um dos cinco mediadores e, caso a parte convidada não se manifeste, considerar-se-á aceito o primeiro nome da lista;

IV - o não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte desta de cinquenta por cento das custas e honorários sucumbenciais caso venha a ser vencedora em procedimento arbitral ou judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

§ 3º Nos litígios decorrentes de contratos comerciais ou societários que não contenham cláusula de mediação, o mediador extrajudicial somente cobrará por seus serviços caso

as partes decidam assinar o termo inicial de mediação e permanecer, voluntariamente, no procedimento de mediação.

Art. 23. Se, em previsão contratual de cláusula de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário seja necessário para evitar o perecimento de direito.

Subseção III Da Mediação Judicial

Art. 24. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

Parágrafo único. A composição e a organização do centro serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 25. Na mediação judicial, os mediadores não estarão sujeitos à prévia aceitação das partes, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 26. As partes deverão ser assistidas por advogados ou defensores públicos, ressalvadas as hipóteses previstas nas Leis nºs 9.099, de 26 de setembro de 1995, e 10.259, de 12 de julho de 2001.

Parágrafo único. Aos que comprovarem insuficiência de recursos será assegurada assistência pela Defensoria Pública.

Art. 27. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de mediação.

Art. 28. O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

Parágrafo único. Se houver acordo, os autos serão encaminhados ao juiz, que determinará o arquivamento do processo e, desde que requerido pelas partes, homologará o acordo, por sentença, e o termo final da mediação e determinará o arquivamento do processo.

Art. 29. Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

Seção IV Da Confidencialidade e suas Exceções

Art. 30. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

I - declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II - reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III - manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV - documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

§ 4º A regra da confidencialidade não afasta o dever de as pessoas discriminadas no *caput* prestarem informações à administração tributária após o termo final da mediação, aplicando-se aos seus servidores a obrigação de manterem sigilo das informações compartilhadas nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 31. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO II
DA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS EM QUE FOR PARTE PESSOA
JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Seção I
Disposições Comuns

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para:

I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública;

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o *caput* será estabelecido em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o *caput* é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no *caput* deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo.

§ 5º Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o caput a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Art. 33. Enquanto não forem criadas as câmaras de mediação, os conflitos poderão ser dirimidos nos termos do procedimento de mediação previsto na Subseção I da Seção III do Capítulo I desta Lei.

Parágrafo único. A Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde houver, poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à prestação de serviços públicos.

Art. 34. A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data de formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Seção II

Dos Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações

Art. 35. As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em:

I - autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II - parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria.

§ 2º Ao fazer o pedido de adesão, o interessado deverá juntar prova de atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos na resolução administrativa.

§ 3º A resolução administrativa terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.

§ 4º A adesão implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, de natureza administrativa ou judicial, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.

§ 5º Se o interessado for parte em processo judicial inaugurado por ação coletiva, a renúncia ao direito sobre o qual se fundamenta a ação deverá ser expressa, mediante petição dirigida ao juiz da causa.

§ 6º A formalização de resolução administrativa destinada à transação por adesão não implica a renúncia tácita à prescrição nem sua interrupção ou suspensão.

Art. 36. No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 1º Na hipótese do *caput*, se não houver acordo quanto à controvérsia jurídica, caberá ao Advogado-Geral da União dirimi-la, com fundamento na legislação afeta.

§ 2º Nos casos em que a resolução da controvérsia implicar o reconhecimento da existência de créditos da União, de suas autarquias e fundações em face de pessoas jurídicas de direito público federais, a Advocacia-Geral da União poderá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adequação orçamentária para quitação das dívidas reconhecidas como legítimas.

§ 3º A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar.

§ 4º Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o *caput* dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro Relator.

Art. 37. É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações públicas, bem como às empresas públicas e sociedades de economia mista federais, submeter seus litígios com órgãos ou entidades da administração pública federal à Advocacia-Geral da União, para fins de composição extrajudicial do conflito.

Art. 38. Nos casos em que a controvérsia jurídica seja relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União:

I - não se aplicam as disposições dos incisos II e III do *caput* do art. 32;

II - as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços em regime de concorrência não poderão exercer a faculdade prevista no art. 37;

III - quando forem partes as pessoas a que alude o *caput* do art. 36:

a) a submissão do conflito à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União implica renúncia do direito de recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) a redução ou o cancelamento do crédito dependerá de manifestação conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O disposto no inciso II e na alínea a do inciso III não afasta a competência do Advogado-Geral da União prevista nos incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 39. A propositura de ação judicial em que figurem concomitantemente nos polos ativo e passivo órgãos ou entidades de direito público que integrem a administração pública federal deverá ser previamente autorizada pelo Advogado-Geral da União.

Art. 40. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito, somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A Escola Nacional de Mediação e Conciliação, no âmbito do Ministério da Justiça, poderá criar banco de dados sobre boas práticas em mediação, bem como manter relação de mediadores e de instituições de mediação.

Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais, desde que no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. A mediação nas relações de trabalho será regulada por lei própria.

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.

Art. 44. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

§ 1º Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.

.....

§ 3º Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1º, que deverão ter como integrante pelo menos um membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, um assistente jurídico ou ocupante de função equivalente.

§ 4º Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o *caput*.

§ 5º Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados." (NR)

"Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco

Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no *caput* do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.

§ 1º No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário.

§ 2º O acordo de que trata o *caput* poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta.

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 4º Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo."(NR)

Art. 45. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 14-A:

"Art. 14-A. No caso de determinação e exigência de créditos tributários da União cujo

sujeito passivo seja órgão ou entidade de direito público da administração pública federal, a submissão do litígio à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União é considerada reclamação, para fins do disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.”

Art. 46. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo.

Parágrafo único. É facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 48. Revoga-se o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

PROJETO DE LEI ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei n.º 9.469, de 10 de julho de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio alternativo de solução de controvérsias entre particulares e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

§ 1º Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial e sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

§ 2º Aplica-se a mediação para a resolução consensual de conflitos envolvendo pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, nos termos do que dispõe o Capítulo I desta Lei.

§ 3º A composição de conflito em que ao menos uma parte é pessoa jurídica de direito público seguirá o regramento estabelecido no Capítulo II desta Lei.

CAPÍTULO I DA MEDIAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I – imparcialidade do mediador;
- II – isonomia entre as partes;
- III – oralidade;
- IV – informalidade;
- V – autonomia da vontade das partes;
- VI – busca do consenso;
- VII – confidencialidade;
- VIII – boa-fé.

Parágrafo único. Ninguém será obrigado a submeter-se a procedimento de mediação.

Art. 3º Somente pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre matéria que admita transação.

§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 2º Os acordos envolvendo direitos indisponíveis e transigíveis devem ser homologados em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público quando houver interesse de incapazes.

§ 3º Não se submete à mediação o conflito em que se discute:

I – filiação, adoção, poder familiar ou invalidade de matrimônio;

II – interdição;

III – recuperação judicial ou falência.

Seção II Dos Mediadores

Subseção I Disposições Comuns

Art. 4º O mediador será escolhido pelas partes ou, se for indicado, deverá ser por elas aceito.

§ 1º O mediador conduzirá o processo de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito por acordo.

§ 2º No desempenho de sua função, o mediador procederá com imparcialidade, independência, diligência e discrição.

Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Art. 6º O mediador ficará impedido de assessorar, representar ou patrocinar qualquer parte que tenha se submetido a mediação por ele conduzida nos 2 (dois) anos anteriores.

Art. 7º Salvo acordo em sentido contrário, o mediador não poderá atuar como árbitro, nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

Subseção II Dos Mediadores Extrajudiciais

Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz, que tenha a confiança das partes e que se considere capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, ou associação, ou nele inscrever-se.

Subseção III

Dos Mediadores Judiciais

Art. 10. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos 2 (dois) anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou entidade de formação de mediadores, reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

§ 2º A inscrição no cadastro de mediadores judiciais será requerida pelo interessado ao tribunal com jurisdição na área em que pretenda exercer a mediação.

§ 3º Será compulsoriamente excluído do cadastro o mediador que:

I – violar os princípios previstos nesta Lei;

II – sendo impedido ou suspeito, atuar em procedimento de mediação;

III – for condenado definitivamente em decorrência de ação penal ou de improbidade administrativa.

§ 4º Nos casos dos incisos I e II do § 3º, o procedimento disciplinar para a exclusão do cadastro de mediadores será processado e julgado perante o tribunal sob cuja jurisdição houver ocorrido a infração, assegurado o direito ao contraditório.

§ 5º O tribunal deverá informar o nome dos mediadores que forem excluídos de seu cadastro ao Conselho Nacional de Justiça, que encaminhará tal informação aos demais tribunais, para que procedam à imediata exclusão, sem necessidade de procedimento disciplinar.

§ 6º O mediador que for excluído compulsoriamente do cadastro de mediadores de um tribunal não será mais admitido em nenhum outro.

Art. 11. A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos tribunais e será custada pelas partes.

Parágrafo único. A gratuidade em relação à parte que alega ser juridicamente pobre dependerá da aceitação do mediador.

Seção III

Do Procedimento de Mediação

Subseção I

Disposições Comuns

Art. 12. A pessoa designada para funcionar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Art. 13. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alçar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 14. A requerimento das partes ou do mediador, com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.

Art. 15. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se a mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

§ 1º É irrecurível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.

Art. 16. As partes poderão ser assistidas por advogados.

Parágrafo único. Se apenas 1 (uma) das partes estiver assistida por profissional da advocacia, as outras poderão solicitar a nomeação de defensor *ad hoc*.

Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data em que for firmado seu termo inicial.

§ 1º Constarão do termo inicial de mediação:

I – a qualificação das partes e dos seus procuradores, quando houver;

II – o nome, a profissão e o domicílio do mediador ou dos mediadores e, ainda, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de mediadores;

III – a descrição do conflito submetido à mediação;

IV – a discriminação da responsabilidade pelo pagamento das despesas com a mediação e dos honorários do mediador, independentemente de se chegar a um consenso;

V – o local, a data e as assinaturas do mediador, das partes e dos seus procuradores, quando houver.

§ 2º As partes poderão incluir no termo inicial de mediação outras matérias que entendam relevantes, inclusive os limites do dever de confidencialidade aplicável a todos os envolvidos no procedimento, signatários do termo inicial de mediação.

§ 3º Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional a partir da data da assinatura do termo inicial.

Art. 18. Instituída a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 19. No desempenho da sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, ouvir terceiros e solicitar das partes as informações que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos e para facilitar o entendimento entre as partes.

Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado lavrando-se seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

§ 1º O termo final de mediação conterá:

I – a qualificação das partes e dos seus procuradores e prepostos, quando houver;

II – o resumo do conflito;

III – a descrição do acordo, com os direitos e obrigações de cada parte, ou a declaração ou manifestação de não ser mais possível a obtenção de solução consensual;

IV – o local, a data, a assinatura do mediador e, caso tenha sido celebrado acordo, as assinaturas das partes e dos seus procuradores, quando houver.

§ 2º O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

Subseção II

Da Mediação Extrajudicial

Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único. O convite formulado por uma parte a outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido no prazo estipulado em contrato ou, na falta deste, em até 30 (trinta) dias da data de seu recebimento.

Art. 22. Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao mediador discipliná-lo tendo em conta as circunstâncias do caso, os interesses expressados pelas partes e a necessidade de uma solução expedita para o conflito.

Art. 23. Se, no termo inicial de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário seja necessário para evitar o perecimento de direito.

Subseção III

Da Mediação Judicial

Art. 24. Na mediação judicial, os mediadores serão designados por distribuição e submetidos à aceitação das partes.

Art. 25. Se o juiz, ao receber a petição inicial, verificar que a controvérsia é passível de solução pela via da mediação, encaminhará o processo ao mediador judicial, designado por distribuição, salvo se a petição estiver acompanhada de declaração em que o autor expresse recusa ao procedimento.

§ 1º Ao receber os autos, o mediador instará as partes, por qualquer meio de comunicação, a manifestarem-se no prazo de 15 (quinze) dias acerca de sua disposição para submeter-se ao procedimento e de sua aceitação ao mediador designado.

§ 2º Não havendo resposta de qualquer das partes, considerar-se-á rejeitado o procedimento de mediação, sem ônus, devendo o mediador devolver os autos imediatamente ao juiz, para que este dê seguimento ao processo.

§ 3º Decidindo as partes submeterem-se ao procedimento de mediação e restando aceito o mediador, este designará a sessão inicial de mediação, em dia e hora previamente acordados, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º Acatado o procedimento, mas recusado o mediador, este imediatamente comunicará a recusa ao cartório ou secretaria judicial, que procederá à redistribuição dos autos a outro mediador.

Art. 26. O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

§ 1º Concluída a mediação sem a celebração de acordo, os termos inicial e final da mediação serão encaminhados ao juiz, que dará seguimento ao processo.

§ 2º Se houver acordo, os autos serão encaminhados ao juiz, que determinará o arquivamento da petição inicial e, desde que requerido pelas partes, homologará, por sentença irrecorrível, o termo final da mediação.

Art. 27. Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

Seção IV

Da Confidencialidade e suas Exceções

Art. 28. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial, salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para o cumprimento do acordo obtido pela mediação.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

I – declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II – reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III – manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV – documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não estará abrangida pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

Art. 29. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS EM QUE FOR PARTE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Seção I

Disposições Comuns

Art. 30. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, com competência para:

- I – dirimir conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública;
- II – avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;
- III – promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e o funcionamento das câmaras de que trata o **caput** serão estabelecidos em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o **caput** é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e, exceto no caso do inciso I, constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no **caput** deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo ou que possam acarretar onerosidade excessiva para a Administração Pública.

§ 5º Não se aplica o disposto nos incisos II e III do **caput** às controvérsias jurídicas em matéria tributária.

Art. 31. A instauração de procedimento administrativo para resolução consensual de conflito no âmbito da Administração Pública suspende a prescrição.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo positivo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data da formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Seção II

Dos Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações

Art. 32. A solução de controvérsias jurídicas que envolvam a Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em:

I – autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II – parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria.

§ 2º Ao fazer o pedido de adesão, o interessado deverá juntar prova de atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos na resolução administrativa.

§ 3º A resolução administrativa terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.

§ 4º A adesão implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, de natureza administrativa ou judicial, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.

§ 5º Se o interessado for parte em processo judicial inaugurado por ação coletiva, a renúncia ao direito sobre o qual se fundamenta a ação deverá ser expressa, mediante petição dirigida ao juiz da causa.

§ 6º A formalização de resolução administrativa destinada a transação por adesão não implica renúncia tácita à prescrição, nem sua interrupção ou suspensão.

Art. 33. No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar a composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 1º Na hipótese do *caput*, se não houver acordo quanto à controvérsia jurídica, caberá ao Advogado-Geral da União dirimi-la, com fundamento na legislação.

§ 2º Nos casos em que a resolução da controvérsia implicar o reconhecimento da existência de créditos da União, de suas autarquias e fundações em face de pessoas jurídicas de direito público federais, a Advocacia-Geral da União solicitará ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adequação orçamentária para a quitação das dívidas reconhecidas como legítimas.

§ 3º A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar.

§ 4º Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da

União, a conciliação de que trata o **caput** dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro relator.

Art. 34. É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações públicas, bem como às empresas públicas e sociedades de economia mista federais submeter seus litígios com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal à Advocacia-Geral da União, para fins de composição extrajudicial do conflito.

Art. 35. Nos casos em que a controvérsia jurídica seja relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União:

I – não se aplicam as disposições dos incisos II e III do **caput** do art. 30;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços não poderão exercer a faculdade prevista no art. 34;

III – quando forem partes as pessoas a que alude o **caput** do art. 33:

a) a submissão do conflito à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União implica renúncia ao direito de recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) a redução ou o cancelamento do crédito dependerá de manifestação conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 36. A propositura de ação judicial em que figurem nos polos ativo e passivo órgãos ou entidades de direito público que integrem a Administração Pública Federal deverá ser previamente autorizada pelo Advogado-Geral da União.

Parágrafo único. A competência de que trata o **caput** poderá ser delegada.

Art. 37. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Os órgãos e entidades da Administração Pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.

Art. 39. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

§ 1º Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.

§ 2º Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1º, que deverão ter como integrante pelo menos 1 (um) membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, de 1 (um) assistente jurídico ou ocupante de função equivalente.

§ 3º Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o *caput*.

§ 4º Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive nos casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados.”
(NR)

“Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionados no *caput* do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.

§ 1º No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído composto por pelo menos 1 (um) dirigente estatutário.

§ 2º O acordo de que trata o *caput* poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o máximo de 60 (sessenta).

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da

consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 4º Inadimplida qualquer parcela, após 30 (trinta) dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo.” (NR)

Art. 40. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 14-A. No caso de determinação e exigência de créditos tributários da União cujo sujeito passivo seja órgão ou entidade de direito público da Administração Pública Federal, a submissão do litígio à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União é considerada reclamação, para fins do disposto no art. 151, III, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).”

Art. 41. Aplica-se esta Lei, no que couber, a outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias, escolares, penais, trabalhistas, bem como àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais.

Art. 42. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação a distância, desde que as partes estejam de acordo.

Parágrafo único. É facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 43. Revoga-se o § 2º do art. 6º da Lei n.º 9.469, de 10 de julho de 1997.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 19 de Fevereiro de 2014.



Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993**

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

Art. 4º - São atribuições do Advogado-Geral da União:

X - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal;

XI - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal;

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

VI – o parcelamento. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (Redação dada pela Lcp nº 104, de 2001)

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997.

Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.

Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 1º Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado neste artigo, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização de seu dirigente máximo. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

~~§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo às causas relativas ao patrimônio imobiliário da União. — (Revogado pela Medida Provisória nº 496, de 2010). (Revogado pela Lei nº 12.348, de 2010).~~

§ 3º As competências previstas neste artigo podem ser delegadas. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Art. 1º-A. O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não ajuizamento de ações e anão-interposição de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal e os dirigentes máximos das empresas públicas federais e do Banco Central do Brasil poderão autorizar a realização de acordos, homologáveis pelo Juízo, nos autos do processo judicial, para o pagamento de débitos de valores não superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta). (Redação dada pela Lei nº 12.716, de 2012)

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 2º Inadimplida qualquer parcela, pelo prazo de trinta dias, instaura-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo.

Art. 3º As autoridades indicadas no caput do art. 1º poderão concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).

Art. 6º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.

§ 2º O acordo ou a transação celebrada diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive nos casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, implicará sempre a responsabilidade de cada uma das partes pelo pagamento dos honorários de seus respectivos advogados, mesmo que tenham sido objeto de condenação transitada em julgado. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.226, de 4.9.2001) Vide ADIN Nº 2.527-9

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETOS RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2015** (nº 6.970/2010, na Câmara dos Deputados), que institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2015** (nº 2.900/2011, na Câmara dos Deputados), que estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

As matérias vão às comissões competentes.

São os seguintes os projetos:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 37, DE 2015**

(Nº 6.970/2010, NA CASA DE ORIGEM)

Institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Teatro do Oprimido a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de março, em todo o território nacional, em homenagem à data de nascimento de seu criador, o teatrólogo Augusto Boal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N.º 6.970, DE 2010

Institui o Dia Nacional do Teatro do Oprimido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o *Dia Nacional do Teatro do Oprimido*, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de março, em todo o território nacional – data de nascimento de seu criador, o teatrólogo Augusto Boal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Teatro do Oprimido é obra teórica e prática vasta, contemporânea e viva, edificada na produção artística e na ação cotidiana de milhares de pessoas que escolheram colocar sua arte a serviço da vida. Arte a serviço da luta por um mundo mais justo, no qual a expressão criativa em diferentes linguagens seja direito fundamental de todos e todas.

Augusto Boal desenvolveu o Teatro do Oprimido para que oprimidos e oprimidas ultrapassassem a condição de consumidores de bens culturais e assumissem a de produtores de cultura e de conhecimento.

Ainda na década de 1960, Augusto Boal entrou para a história do teatro nacional por sua contribuição na criação de uma dramaturgia genuinamente brasileira. Junto com a trupe do Teatro de Arena - SP produziu textos inspirados na realidade, buscando criar algo que não fosse cópia européia. Que representasse

resistência criativa ao conformismo e à subserviência artística, assim como ao regime militar que imperava à época. Foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2008 e nomeado Embaixador Mundial do Teatro pela Unesco, em março de 2009, pouco antes de sua morte.

Um dos exemplos da importância do Teatro do Oprimido no Brasil é o projeto Teatro do Oprimido de Ponto a Ponto, que se constitui no maior programa de formação de praticantes do método já realizado no mundo, destacando-se pelas dimensões internacionais – Brasil, Guiné-Bissau e Moçambique com desdobramentos em Angola e repercussão no Senegal – e, sobretudo, pela inovação e consistência de sua estrutura pedagógica.

Mais de 600 praticantes de Teatro do Oprimido que foram ou estão sendo formados/as, entre 2006 e 2010, têm contribuído efetivamente para a inovação metodológica em Movimentos Sociais, Pontos de Cultura e Grupos Sócio-Culturais para a transformação cotidiana da vida de milhares de pessoas. O Teatro-Fórum coloca os temas essenciais da comunidade em discussão pública, com a perspectiva da busca coletiva de alternativas concretas e o Teatro Legislativo mobiliza diretamente a sociedade civil organizada.

O projeto beneficiou as mais diversas organizações sócio-culturais, em 18 estados brasileiros, que enviaram seus representantes para os estados onde aconteceram os cursos de capacitação. A formação continuada segue em processo através da comunicação virtual, baseada em relatórios de atividades, e de visitas de acompanhamento in loco pelos Curingas do CTO, até o próximo curso de capacitação. Os produtos artísticos criados durante o processo se transformaram em obras de arte, sendo exibidas em exposições, apresentadas em Teatros, Escolas, Igrejas, Pontos de Cultura, praças públicas, entre outros espaços.

A diversidade se tornou uma marca registrada da iniciativa, sem restrições de idade, nível de escolaridade, experiência anterior, condições geográficas ou necessidades específicas como condições materiais ou equipamentos técnicos. O trabalho se baseia essencialmente nas pessoas e em suas potencialidades criativas.

O Método está presente do Maranhão ao Rio Grande do Sul, estimulando o debate de temas como saúde mental, sistema penitenciário, educação, violência doméstica, entre outros. Em cada lugar, de uma forma específica, um teatro a serviço da promoção do diálogo e da busca de alternativas concretas para resolução de problemas reais.

O Teatro do Oprimido é linguagem que pôde ser apropriada pelos mais diversos grupos sociais: jovens, mulheres, crianças, trabalhadores rurais sem-terra, idosos, usuários dos serviços de saúde mental, pessoas privadas de liberdade, quilombolas, indígenas, portadores de necessidades especiais, entre outros.

A nova geração de praticantes de Teatro do Oprimido, formada ao longo desse processo, herda o legado de Augusto Boal, baseado no sonho de que todo mundo deve ter o direito humano fundamental de se expressar através de meios estéticos, e aspira à continuidade do seu processo de formação com vistas à autonomia.

Pela grande relevância, reconhecida mundialmente, da metodologia do Teatro do Oprimido, propomos a instituição do DIA NACIONAL DO TEATRO DO OPRIMIDO no dia 16 de março, data de nascimento de Augusto Boal. Essa iniciativa servirá como justo reconhecimento de que a grandiosidade de sua obra continua a ser vivenciada no seu país natal, através do Centro de Teatro do Oprimido.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2010.

Deputado CHICO ALENCAR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2015

(Nº 2.900/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Estabelece o PIB-Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O órgão federal responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto - PIB divulgará, se possível anualmente, também o PIB-Verde, em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional.

Art. 2º O cálculo do PIB-Verde deverá levar em consideração as iniciativas nacionais e internacionais semelhantes, em especial o Índice de Riqueza Inclusiva - IRI, elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU, objetivando sua futura convergência com índices adotados em outros países e permitindo sua aplicação e comparabilidade, como ocorre com o PIB.

Parágrafo único. A metodologia para o cálculo do PIB-Verde deverá ser amplamente discutida com a sociedade e instituições públicas, incluindo o Congresso Nacional, antes de o índice ser oficialmente adotado no Brasil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.900, DE 2011

Estabelece o PIB Verde, em cujo cálculo é considerado o patrimônio ecológico nacional.

Art. 1º O órgão federal responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto – PIB, divulgará anualmente também o PIB-Verde, em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional.

Art. 2º Para fins de tipificação do patrimônio ecológico nacional o Poder Executivo considerará os preceitos do Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O PIB - Produto Interno Bruto é atualmente o principal índice utilizado para mensurar o crescimento econômico de países, regiões e cidades e considera o valor de todos os serviços e bens produzidos na região estudada em determinado período.

No Brasil, o cálculo e divulgação do PIB é atribuição do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vinculado ao Ministério do Planejamento. Os critérios tradicionais observados pelo órgão, em consonância com padrões internacionais, deixam de lado uma das maiores riquezas do país: sua biodiversidade, sua fauna, sua flora – seu patrimônio ecológico.

O presente projeto de lei visa a suprir tal lacuna, determinando que o órgão responsável pelo cálculo do PIB nacional divulgue também o PIB-Verde, em que sejam considerados também elementos do patrimônio ecológico nacional.

Com efeito, a modificação vem ao encontro dos anseios mais recentes, tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Em junho 2012, será

realizada no Brasil a "Rio+20" – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O objetivo da Conferência é "assegurar um comprometimento político renovado com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes".

Os dois temas em foco na Conferência serão: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. (Fonte: <http://www.rio20.info/2012/objetivos-e-temas>).

Nesse contexto do debate sobre o mundo que queremos para a presente e para as futuras gerações, é fundamental a revisão dos critérios utilizados no cálculo das riquezas das nações.

Na mesma linha, em entrevista ao jornal Zero Hora de 19/05/2011, o economista Eduardo Giannetti defende a inclusão de variáveis como qualidade de vida e custo ambiental no cálculo do PIB:

19/05/2011 11h26min

Para Eduardo Giannetti, PIB tem de levar em conta custos ambientais. Economista afirma que "futuro é a precificação dos ativos ambientais que estão sendo consumidos de graça"

Pedro Moreira (pedro.moreira@zerohora.com.br)

Para o economista, cientista social e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) em São Paulo Eduardo Giannetti da Fonseca, 54 anos, a sociedade não pode medir o crescimento dos países pelo modelo atual de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). O PhD em Economia pela Universidade de Cambridge defende a inclusão de variáveis como qualidade de vida e custo ambiental no índice, em uma mudança radical na forma de quantificar os avanços ou retrocessos econômicos e sociais das nações.

Autor de livros ensaísticos como Autoengano e O Valor do Amanhã e do romance A Ilusão da Alma, Giannetti esteve em Porto Alegre ontem para proferir a palestra A sociedade sustentável no 1º FAS — Fórum ADCE para Sustentabilidade, uma realização da Associação de Dirigentes Cristãos de

Empresas e do Grupo de Empreendedores Evangélico Luteranos de Porto Alegre. Confira trechos da entrevista concedida à ZH.

ZH — Como é a sociedade sustentável que o senhor defende?

Eduardo Giannetti — Podemos pensar a sustentabilidade em três dimensões: econômica, social e ambiental. Elas estão integradas, e você pode, em nome da econômica, sacrificar durante algum as outras. A dimensão que mais me preocupa é a ambiental, dada a nossa dimensão planetária e o patrimônio que temos.

ZH — O senhor carrega a bandeira de um Produto Interno Bruto (PIB) verde. Quais os princípios dessa ideia?

Giannetti — As pessoas não têm noção de como a contabilidade usada para o registro dos fatos econômicos é parcial e equivocada. Se uma comunidade tem água potável disponível, isso não é registrado nas contas nacionais. Se todas as fontes forem poluídas e tivermos de purificar, engarrafar, distribuir e transportar a água, o PIB aumenta. É algo que passa a ser mediado pelo sistema de preços e entra com sinal positivo na conta. Essa comunidade passou a trabalhar mais para ter acesso à água potável e, aparentemente, se tornou mais próspera. Essa sociedade empobreceu, e não enriqueceu.

ZH — Como a conta deveria ser feita, então?

Giannetti — Corrigindo o cálculo por outras variáveis, como qualidade de vida ou indicadores biomédicos. O PIB monetário é um registro falacioso do que é a vida em sociedade. O pior é que os preços não sinalizam para produtores e consumidores o custo real das decisões que eles tomam. Se um investidor precisa gerar energia elétrica, vai comparar o preço da energia solar com a energia carvão. Como o preço da energia carvão é quase a metade, será o escolhido. Só que nele não está embutido o custo ambiental. O sistema de preços não pode ser omissivo em relação ao ônus ambiental das escolhas que fazemos ao produzir ou consumir.

ZH — Para o senhor, a sociedade tem realmente consciência da importância desse debate?

Giannetti — Não dá para contar com a boa vontade do cidadão. A British Airways (companhia aérea britânica) propôs que o cliente, ao comprar o bilhete, pagasse pela compra dos créditos de carbono do trajeto viajado. A adesão foi de 3% dos passageiros. Todo mundo está preocupadíssimo com a mudança climática, mas, na hora de agir, pensa duas vezes.

ZH — Quando o senhor acredita que uma mudança como essa se tornará realidade?

Giannetti — Estamos mais próximos do que parece, mas será por etapas. Vai começar com a geração de energia, que é mais fácil

de precificar e controlar. Depois, quem sabe transporte aéreo, até chegar em cames, por exemplo. O futuro é a precificação dos ativos ambientais que estão sendo consumidos de graça.

ZH — O Brasil tem feito as escolhas certas para caminhar rumo à sustentabilidade?

Giannetti — Não, e estamos muito longe disso. O governo tem um afã de crescimento a qualquer preço, como no caso da usina de Belo Monte e do Código Florestal. Temos de entender que o Brasil é peculiar, pelo patrimônio ambiental que tem. As principais ameaças que temos são o desmatamento e a pecuária. Vamos ter de trabalhar muito para tomar a pecuária uma atividade menos suja do que é hoje.

ZH — O senhor tem uma posição definida em relação ao novo Código Florestal?

Giannetti — Sou a favor de um tratamento diferenciado para o pequeno e o grande produtor rural e totalmente contra a anistia retroativa. É absurdo premiar quem não respeitou a lei. Também é melhor ter uma lei que não seja ótima mas seja implementável do que uma ótima no papel e impossível de colocar em prática. No Brasil, temos muita generosidade e idealismo na formulação e nenhum compromisso com a fiscalização.

Sendo assim, para que se concretize o ideal de desenvolvimento sustentável, é imprescindível que o patrimônio ambiental seja percebido e quantificado como o valor.

Espera-se que a proposição possa contribuir para a valorização e preservação do patrimônio ecológico brasileiro – bem desta e das futuras gerações.

Sala das Sessões, de novembro de 2011.

**Deputado Otavio Leite
(PSDB/RJ)**

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– **Nº 142, de 2015**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2012, sancionado e convertido na Lei nº 13.122, de 2015.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Nº 39, de 2015** (nº 313/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1082/2015 - TCU, sobre a Resolução nº 25, de 2014, do Senado Federal (TC 023.923/2014-8).

À CAE.

O Aviso encontra-se disponibilizado eletronicamente no sítio do Senado Federal.

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 15 de maio o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2014**, com oferecimento das Emendas nºs 1 e 2-Plen.

São as seguintes as emendas:

EMENDAS NºS 1 E 2
(Ao Projeto de Lei da Câmara nº 46)**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2014****EMENDA Nº 1**

Altera a Lei nº Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para definir regras sobre a oferta e apresentação de produtos ou serviços.

EMENDA ADITIVA

Adicione-se ao final do § 2º do artigo 31-A, de que trata o artigo 2º do projeto de lei em análise, a expressão "(...), quando se tratar da divulgação do endereço físico ou eletrônico ou do número de telefone 0800 do fornecedor de produtos ou serviços", conforme a redação abaixo:

Art. 2º.

“Art. 31-A.

§ 2º É vedado o emprego de letras e caracteres com equivalência de visualização inferior à que seria obtida com a utilização tipográfica “Times New Roman”, tamanho 11 (onze), nos anúncios veiculados em jornais, revistas e outras mídias impressas, quando se tratar da divulgação do endereço físico ou eletrônico ou do número de telefone 0800 do fornecedor de produtos ou serviços”.

JUSTIFICAÇÃO


O acréscimo da expressão acima mencionada visa restringir que todo o conteúdo do anúncio seja veiculado com letra equivalente ao tamanho 11 (onze) da fonte "Times New Roman". Assim, a exigência valerá apenas para a divulgação do endereço físico ou eletrônico ou do número de telefone 0800 do fornecedor de produtos ou serviços.

A obrigação de se veicular toda e qualquer informação com letra equivalente ao tamanho 11 (onze) da fonte "Times New Roman" é inviável tecnicamente e certamente ocasionará sérias dificuldades ao fornecedor de produtos e serviços que veicular publicidade de qualquer meio (impressa, eletrônica ou rádio-televisiva). A elevação dos custos obviamente seriam repassadas aos consumidores.

Assegurar que esse formato se aplique às informações a respeito do canal de comunicação com o fornecedor é uma maneira de dirimir os aspectos negativos do projeto e, ao mesmo tempo, assegurar sua pretensão.

Diante do exposto, é recomendável ao acolhimento da presente emenda aditiva.

Sala das sessões, em de Maio de 2015.



Senador JOSÉ AGRIPINO

EMENDA Nº 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2014**

Altera a Lei nº Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para definir regras sobre a oferta e apresentação de produtos ou serviços.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 3º do artigo 31-A, de que trata o artigo 2º do projeto de lei em análise.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 30 da Lei nº 8.078/90 dispõe que:

"Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Logo, o § 3º do artigo 31-A se mostra desnecessário na medida em que a obrigação gerada pela veiculação de informação por qualquer forma ou meio de comunicação já está satisfatoriamente esclarecida no *caput* do mencionado artigo 30 da Lei nº 8.078/90.


A supressão do § 3º do artigo 31-A não causará nenhum impacto negativo para a proteção do consumidor, tendo em vista que já existe previsão legal clara sobre a

vinculação da informação ou publicidade com o contrato que o consumidor vier a firmar com o fornecedor.

Além disso, as comunicações do fornecedor ao consumidor por meio gravado ou escrito já constituem meio de prova da existência de relação entre ambos, até porque o ônus da prova é sempre do fornecedor em razão do instituto da inversão do ônus da prova, consignado no artigo 6º da Lei nº 8.078/90, como um direito fundamental do consumidor.

Diante do exposto, a supressão do § 3º do artigo 31-A, proposto no artigo 2º do PLC nº 46/14 é medida positivamente recomendável.

Sala das sessões, em de Maio de 2015.



Senador JOSÉ AGRIPINO

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

A matéria volta à CMA, para exame das emendas.

Encerrou-se no dia 15 de maio o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 23, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CCJ e CDir.

Esgotou-se no dia 15 de maio o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2013**.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CCJ, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), a matéria volta à Câmara dos Deputados.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Aviso nº 258, de 8 de maio de 2015, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta aos **Requerimentos de Informação nº 29, 31 e 32, de 2015**, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Leio, também, expediente sobre a mesa, não sem antes cumprimentar os colegas, Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim e o nosso Deputado Federal, Alan Rick, do Acre, que estava aqui e me deu o prazer do almoço. Houve uma disputa sobre quem pagava, mas terminou que outro Senador nos socorreu e pagou o almoço... Mas é um prazer.

Queria cumprimentar todos os amigos do Acre.

Senador, tínhamos ali uma disputa sobre quem pagava, mas não era para pagar, era quem não pagava! E fomos socorridos por um colega, tudo certo. O pessoal me chama de mão-fechada, mas não é justo isso. Eu sou um mão-aberta.

Mas queria, então, cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado e dizer que estamos começando uma semana que, eu não tenho dúvida, será uma semana de muito trabalho. Amanhã, temos a votação e apreciação da indicação do nome para ocupar a cadeira no Supremo Tribunal Federal, Prof. Fachin. Certamente, o Brasil inteiro vai acompanhar. Aliás, o Senador Alvaro Dias foi o Relator. Tivemos uma votação expressiva, favorável ao Prof. Fachin. Amanhã, deveremos ter a Casa cheia.

Temos, também, a visita, amanhã, do Primeiro-Ministro chinês – vou fazer um pronunciamento daqui a pouco –, que chega hoje ao Brasil e deve anunciar, inclusive, a megaferrovia que passa pelo Acre, Cruzeiro do Sul. São US\$53 bilhões de investimentos.

A reunião na quarta-feira com os governadores, a convite do Presidente Renan.

Enfim, temos uma agenda muito concorrida e importante no Senado Federal, além das medidas provisórias, e está ali o Paim com uma série de destaques para tratar do fator previdenciário e de outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo. PT - AC) – Leio, então, expediente que há sobre a Mesa.

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão de debate temático, a realizar-se amanhã, às 11h, sobre a terceirização. Vamos debater, a partir das 11h, com este propósito da Mesa Diretora de fazermos sessões temáticas, sendo esta destinada a discutir a Terceirização.

Comunico ainda que estão abertas as inscrições para a referida sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo. PT - AC) – Inclusive, quero me inscrever para também dar minha opinião. Sou favorável à terceirização, com alguns ajustes que devemos todos fazer em relação à terceirização de atividades-fins, que precisam de um cuidado para que não haja desrespeito para com os trabalhadores e as trabalhadoras. Mas o Brasil precisa modernizar sua legislação e, com isso, evitar que exploração também aconteça, exatamente pela não regulamentação desse tipo de serviço e atividade, que só cresce no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo. PT - AC) – A Presidência designa a Senadora Rose de Freitas como suplente para compor a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do **Ofício nº 159, de 2015**, da Liderança do Bloco da Maioria.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. GLPMDB Nº 159/2015

Brasília, 15 de maio de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico a indicação da Senadora Rose de Freitas – PMDB/ES para compor, como membro Suplente do Bloco da Maioria, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado – CAE.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração – Senador **Eunício Oliveira** Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo. PT - AC) – Vamos à lista de oradores.

Convido, para fazer uso da tribuna, como primeiro orador inscrito, meu colega Paulo Paim. Acaba de chegar a Senadora Ana Amélia, que é a terceira oradora inscrita. Eu estou me inscrevendo para fazer uso da palavra, como sétimo orador inscrito.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente Renan pela iniciativa, pois amanhã teremos aqui, a partir das 11h, este debate que V. Ex^a anunciou de novo sobre o PL nº 30, sobre a terceirização, que preocupa a todos.

Eu diria que há duas unanimidades hoje no Brasil: ser contra o PL da terceirização como veio da Câmara e ser contra o fator previdenciário. Não é, Deputado? As duas questões sobre as quais V. Ex^{as} já se posicionaram e que agora estão chegando ao Senado. É a hora de o Senado debater a terceirização, de fato, na atividade-fim. Percebo que 90% das pessoas consultadas não concordam. E em relação ao fator previdenciário são 99%. É uma luta que já estamos travando há 13, 14 anos.

Chegou o momento de dizer, definitivamente, adeus a esse projeto perverso, que sacrifica milhões de brasileiros.

Em boa hora, a Câmara aprovou a emenda do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é exatamente igual àquela que eu apresentei, também, aqui no Senado. Dialogamos muito, eu e ele, e o resultado foi positivo. Ainda hoje, pela manhã, ele me ligou, fez uma audiência pública para discutir esse tema e todos os painelistas, que foram em torno de nove, se posicionaram contra o fator previdenciário.

Fiquei muito feliz por ouvir, inclusive, uma fala do Presidente Lula, dizendo que se havia algo de que ele se arrependia era de não ter, também, já mudado esse fator no seu próprio governo e que ele entendia que, agora, a Presidenta Dilma, graças a esse movimento de Câmara e Senado, vai ter a oportunidade de varrer, de uma vez por todas, da face da terra, essa proposta que prejudica os trabalhadores e as trabalhadoras, enfim, os aposentados do nosso País, porque ele confisca pela metade o salário, porque é um redutor, no ato da aposentadoria.

Eu queria também, Sr. Presidente, anunciar que, amanhã, provocado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, eu, na Comissão de Direitos Humanos, às 9h da manhã, com a presença, inclusive, do Dr. Fernando Lucchese, lá do Rio Grande, farei um grande debate sobre a situação, no Brasil, da falta de acompanhamento, preparo, discussão e estrutura. Temos excelentes médicos, mas falta estrutura para tratar dos nossos corações, dos brasileiros e das brasileiras, independentemente da idade.

A Sociedade Brasileira de Cardiologia mandou um documento, e por aí nós encaminhamos a audiência pública, demonstrando a sua preocupação com essa falta de estrutura.

Também, Sr. Presidente, aproveitamos, hoje pela manhã, para, além de dizer “não” à terceirização, na atividade-fim, principalmente, exigirmos a responsabilidade solidária, reclamando os mesmos direitos que têm os outros trabalhadores, no que tange à CLT, à própria Constituição, de segurança no trabalho, higiene e a participação dos terceirizados, inclusive, no sindicato e na Cipa da empresa matriz.

Discutimos, também, as duas MPs, e, mais uma vez, foram apontados caminhos, porque – assim entendem as centrais e as confederações – tem que haver ajustes nessas MPs em relação ao trabalhador, ao pescador, ao aposentado. A questão dos peritos preocupa também, porque vai na linha da terceirização, além da situação das viúvas, que também necessita de um debate mais aprofundado e de um ajuste aqui no Senado.

Por isso, apresentei 47 emendas, devo ter sido o Parlamentar da Câmara e do Senado que mais apresentou emendas sobre esse tema. Sempre em uma linha que norteou a minha vida, aquilo que eu chamo de minha participação direta do PT de raiz; sempre em uma mesma linha; a defesa dos trabalhadores, dos aposentados, dos marginalizados e de todos aqueles que são discriminados.

Mas, também, Sr. Presidente, quero fazer hoje um pronunciamento sobre o Dia Internacional contra a Homofobia. O Conselho da República, Presidente Jorge Viana, contém no conjunto de suas diretrizes para a construção do Brasil que sonhamos uma indiscutível linha civilizatória que propõe uma sobrevivência social harmoniosa, coesa, tolerante e hospitaleira.

Ontem, 17 de maio, foi o Dia Internacional contra a Homofobia. Sempre acreditei que não há lugar para aceitação de qualquer tipo de discriminação e de intolerância, de qualquer matriz, no país livre e democrático que desejamos construir. Não podemos e não devemos aceitar no Brasil a discriminação racial ou decorrente das orientações sexuais ou religiosas de cada indivíduo.

Os debates que dizem respeito a esses temas, no campo da diversidade, passam certamente por questões de conteúdo social, moral, religioso. É importante destacar, nesse sentido, que, em uma sociedade plural e democrática, todas as correntes filosóficas, teológicas e ideológicas, enfim todo e qualquer grupo, têm o direito de colocar a sua visão sobre qualquer tema em pauta; e nem por isso têm que ser discriminados. Tem que haver tolerância.

Enfim, é importante destacar, também, que uma sociedade saudável é sustentada por meio do respeito às diversidades e por meio de uma convivência pacífica, mesmo nas diferenças de opiniões.

Essa convivência impõe ao Estado igualdade no tratamento a crentes e descrentes, ateus, agnósticos ou àqueles que acreditam na força do universo e do seu Criador.

Se pegarmos a nossa Carta Magna, que tive a alegria de ajudar a escrever, veremos no *caput* do art. 5º um dentre os mais importantes valores que regulam a nossa vida coletiva, buscando também o direito de cada indivíduo: falo da promoção da dignidade da pessoa humana. Além disso, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos que seguem abaixo.

Em seguida o art. 5º dá à sociedade brasileira seu longo e admirável catálogo de direitos fundamentais, que se destinam a viabilizar a mais completa emancipação, tanto material quanto espiritual, do nosso querido povo brasileiro.

Sr. Presidente, a democracia não há de tolerar, não tem como tolerar a própria intolerância. A livre expressão representa condição de base para garantia da liberdade humana. O ser humano dotado de consciência e razão nasce livre em sua essência mais profunda. No momento em que ele é desprovido de liberdade, calado em seu direito mais sagrado de tomar a palavra na rua, na tribuna, onde estiver, na praça, terá morrido espiritualmente para a vida social e até mesmo privada, se o amordaçarem.

Sr. Presidente, na tribuna deste plenário representamos todos nós nada menos que o espaço democrático da livre expressão das unidades federativas e, conseqüentemente, de cada uma de suas gentes. Essa prerrogativa, historicamente construída, deve se reproduzir em todos os aspectos da vida coletiva – aqui eu dei só um exemplo.

Em nossa visão, ao Estado laico cumpre a tarefa de ouvir a todos, indistintamente, sem, contudo, se deixar dominar por essa ou aquela visão de mundo; sem que seja admitida a errada cristalização, no ordenamento jurídico, de concepções ultrapassadas que visem uniformizar mulheres e homens não uniformizáveis. Todos sabem que isso iria nos levar à supressão do direito inalienável das minorias – e, por que não dizer, dessas minorias que, somadas, acabam sendo maioria.

Ao representante público, portanto, pouco importam os termos em que determinada confissão religiosa, filosófica, ou de setores da sociedade encaram fenômenos bastante humanos como, por exemplo, a liberdade sexual ou a diferença de cor dos indivíduos.

Eu acredito que é nosso dever, é nossa salvação combater as compreensões de mundo que vejam a uniformização dos seres humanos a partir de réguas, critérios e particularidades que lhes sejam próprios. A infeliz experiência do autoritarismo e do totalitarismo em países supostamente avançados – como Itália, Japão e, principalmente, a Alemanha da primeira metade do século XX – indicam claramente que a felicidade humana é sustentada pelo debate livre, pela palavra “liberdade, liberdade, liberdade”.

É isso o que nos conduz à aceitação das mais variadas formas de vida, na certeza de que o pluralismo social vem a ser a nossa maior riqueza. O preconceito de raça, por exemplo, contra os afrodescendentes e a intolerância àqueles que têm a sua orientação sexual ferem o direito de todos, e de cada um e, conseqüentemente, a dignidade da própria existência. Ferem o direito de todos e o de cada um, no exercício cotidiano de sua liberdade de ser, e a livre escolha, no que concerne à sua vida.

Por isso, reitero o meu repúdio a toda e qualquer forma de intolerância que resulte na ofensa moral, física ou de qualquer natureza. Reitero o nosso trabalho cotidiano pela construção de um País francamente acolhedor de todos os seres humanos, sem distinção nenhuma.

Sr. Presidente, temos diante de nós, diante dos nossos olhos, uma barbárie cotidiana, em nosso País, em que uma mulher é fisicamente agredida a cada cinco minutos; um mundo em que crianças de todos os continentes são alvo diário da violência de adultos brutalizados e sofrem com exploração, abusos e doenças ou enfrentam, em sua mais linda idade, a contingência de deixar seus lares, por conta de conflitos armados sob governos que não lhes garantem sequer educação básica, e nem se fale, então, em determinados países, a palavra “liberdade”.

Eu sigo apostando no aprofundamento dos níveis de educação como antídoto à brutalização de nossa vida social. No País que desejamos, todas as escolhas lícitas e não ofensivas ao direito do próximo merecerão de todos o máximo respeito e do Estado a natural acolhida.

O Poder Judiciário brasileiro tem caminhado nesse sentido quando reconhece a liberdade sexual, quando reconhece a casais homossexuais a vida comum compartilhada, inclusive no que diz respeito às repercussões patrimoniais de sua opção, como se deu também no caso dos preconceitos, em que o Supremo Tribunal Federal, praticamente por unanimidade, reconheceu o princípio das cotas.

Assim como reconhecemos legítimos e válidos os movimentos em defesa dos interesses de empresários, de trabalhadores e de donas de casa e dos direitos dos afrodescendentes, dos imigrantes e das pessoas com deficiência, entre outros exemplos, é importante que reconheçamos a luta dos homossexuais por seus direitos. Esse é um direito de todos.

Precisamos reconhecer a indiscutível existência de um grupo de pressão. E, com essa menção, quero reiterar que, em uma sociedade plural, todos os lícitos interesses do cidadão pagador de impostos merecem ser acolhidos, merecem ser reconhecidos pelo Estado, que pondera interesses na realização do conceito de bem comum.

A premissa que defendo é a premissa maior de que somos, a despeito de nossa cultura, de nossa opção religiosa ou orientação sexual, uma sociedade em que a liberdade humana está na base dos direitos humanos. O tempo presente nos chama à ação coletiva em defesa das liberdades.

Lembro que, em 2013, a octogenária Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, assinou nova Declaração de Direitos Humanos contrária a qualquer tipo de discriminação, inclusive quanto à orientação homossexual. Ela foi apoiada por 54 Estados, e seu gesto recebeu apoio de todos os países do Reino Unido e também de suas ex-colônias.

Eu acredito que o Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural irá seguir, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana.

As minorias no Brasil sempre reiteram que, dadas as condições humanas, “ser diferente é normal”, e o que pretendemos, no Senado da República, é fortalecer e garantir o direito inalienável de cada concidadão de buscar, de maneira lícita e que mais lhe aprouver, a própria felicidade, que orienta a trajetória pessoal de cada indivíduo no mundo.

Por isso, lembramos que ontem foi Dia Internacional contra a Homofobia, contra a intolerância.

Por fim, Sr. Presidente, usando os últimos minutos, quero registrar, já que hoje pela manhã eu estava na audiência pública sobre o fator previdenciário, que me somo, Senadora Ana Amélia, à sua iniciativa – V. Exª foi a primeira signatária – de celebrarmos hoje pela manhã aqui o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Já foi citado de manhã, mas faço questão de entrar na mesma posição que V. Exª muito bem colocou, que a data foi escolhida em homenagem a Santo Ivo, doutor em Teologia e em Direito, defensor dos pobres e necessitados, falecido em 19 de maio de 1303. Santo Ivo buscava, junto à nobreza, renegociar as dívidas das pessoas carentes que não haviam pago os impostos abusivos cobrados à época.

Hoje, pela manhã, por iniciativa da Senadora Ana Amélia, o Senado Federal realizou uma sessão especial. Como estávamos realizando uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, não pude comparecer, mas quero reafirmar: a Defensoria Pública é uma instituição pública que representa a garantia do cidadão em situação de vulnerabilidade de ter acesso à Justiça por meio de serviços de qualidade inteiramente gratuitos.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Defensoria foi elevada à categoria de instituição constitucional em 1988, mas, apenas em 2004, o Congresso Nacional conferiu autonomia administrativa, financeira e orçamentária às Defensorias Públicas dos Estados.

Há um interessante estudo a que tive acesso, chamado Mapa da Defensoria Pública no Brasil, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública vinculada à Presidência da República que, juntamente com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e com o Ministério da Justiça, fez esse belo trabalho.

De acordo com esse estudo, no Brasil, há 8.479 cargos criados de defensor público dos Estados e do Distrito Federal, dos quais apenas 5.054 foram providos, correspondendo a 59%. Esses 5.054 defensores públicos se desdobram para cobrir 28% das comarcas brasileiras. Ou seja, na grande maioria das comarcas, o Estado acusa e julga, mas não há quem defenda os pobres.

Na Defensoria Pública da União...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou indo para a parte final, Sr. Presidente *(Fora do microfone.)*.

Na Defensoria Pública da União, a situação não é diversa: são 1.270 cargos criados e, aproximadamente, 500 efetivamente providos – ou seja, são 770 cargos ainda não providos –, para atender 58 subseções judiciárias de um total de 264, o que corresponde a uma cobertura de somente 22% da jurisdição federal.

A Defensoria Pública é um órgão imprescindível para o fortalecimento da democracia no Brasil. Sua atribuição é a de concretizar o direito de acesso à Justiça, que se mostra como o mais fundamental dos direitos. No Brasil, onde a desigualdade social é enorme, o fortalecimento da Defensoria Pública significa respeitar a dignidade da população carente.

Entre os dias 18 e 28 de maio, a Defensoria Pública da União (DPU) em Porto Alegre promoverá uma série de ações em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

De 18 a 22 de maio, nos turnos da manhã, de 9h às 12h30, e da tarde, de 12h30 às 16h, defensores públicos federais e estaduais estarão no Largo Glênio Peres, esclarecendo dúvidas e divulgando os serviços da Defensoria Pública à população em uma unidade móvel da Defensoria Pública do Estado.

Na quinta-feira, dia 21, à tarde, a unidade promoverá a primeira edição do Projeto Vivência, destinada a estudantes das faculdades de Direito com atuação em serviços de assistência e em assessoria jurídica gratuita. O objetivo, Sr. Presidente, é apresentar o trabalho exercido pela Defensoria Pública da União, fortalecer o vínculo entre as instituições e trocar informações sobre o estágio em Direito na instituição e a carreira de defensor público federal.

Já no dia 25, será realizado o Dia da Vitória, evento que reunirá o público assistido pela instituição, parlamentares, defensores e servidores do órgão. Na oportunidade, serão entregues títulos de vitórias judiciais aos assistidos.

Na tarde do dia 28 de maio, a unidade promoverá o curso de formação “A Defensoria Pública e o Acesso à Seguridade Social”, destinado a assistentes sociais com atuação em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde da capital.

Enfim, S. Presidente, agora termino, dizendo que o objetivo do curso é apresentar os serviços da DPU e construir caminhos para a atuação em rede. O evento faz parte do Projeto Multiplicadores de Direito.

Portanto, deixo aqui minhas homenagens a esses profissionais, que são verdadeiros sacerdotes da defesa dos mais pobres, pela passagem desta importante data, o Dia Nacional da Defensoria Pública, dia 19 de maio.

(Soa a campanha.)

Sr. Presidente, era isso. Eu dei uma resumida nos meus pronunciamentos. Peço a V. Ex^a que os considere na íntegra.

Também encaminho a V. Ex^a, para registro, uma carta que recebi do povo cigano, fazendo uma série de denúncias pela forma como são tratados pela Polícia em diversos Estados. Ao mesmo tempo, agradecem por eu ter encaminhado o Estatuto do Povo Cigano. E já estou com ele bem adiantado. Esperamos que o Relator dê parecer favorável a esse Estatuto, que vai assegurar os direitos mínimos do povo cigano no nosso Brasil. Fiz isso porque, um dia, aqui mesmo, neste plenário, uma jovem cigana me disse, quando eu estava na tribuna: “Senador Paim, nós somos tratados como invisíveis. Nós somos de carne e osso. Só queremos ter os mesmos direitos que têm os negros, os brancos e os índios.” Por isso, eu apresentei o Estatuto.

Aqui, concluo, agradecendo muito a V. Ex^a. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição da República contém, no conjunto de suas diretrizes para a construção do Brasil que sonhamos, uma indiscutível linha civilizatória, que propõe uma convivência social harmoniosa, coesa, tolerante e hospitaleira.

Ontem, 17 de maio foi o Dia Internacional contra a homofobia.

Sempre acreditei que não há lugar para a aceitação da discriminação e da intolerância, de qualquer matiz, no País livre e democrático que desejamos construir.

Não podemos e não devemos aceitar, no Brasil, a discriminação racial ou decorrente das opções sexuais dos indivíduos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os debates que dizem respeito à diversidade sexual passam, certamente, por questões de conteúdo social, moral, religioso.

É importante destacar, neste sentido, que em uma sociedade plural e democrática, todas as correntes filosóficas; teológicas; ideológicas; todo e qualquer grupo de pressão tem direito de colocar sua visão sobre qualquer tema em pauta.

Mas, é importante destacar também, que uma sociedade saudável é sustentada por meio do respeito às diversidades e por meio de uma convivência pacífica.

Essa convivência impõe ao Estado igualdade no tratamento a crentes e descrentes; a ateus, agnósticos ou àqueles que acreditam na força do Universo e de seu Criador.

Se pegarmos nossa Constituição da República de 1988, veremos no caput do art.5º, um dentre os mais importantes vetores que regulam nossa vida coletiva.

Falo da promoção da dignidade da pessoa humana, (abro aspas),

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada, nos termos seguintes” (fecho aspas).

Em seguida, o art. 5º dá à sociedade brasileira seu longo e admirável catálogo de Direitos Fundamentais que se destinam a viabilizar a mais completa emancipação, tanto material quanto espiritual, do povo brasileiro.

Meus caros Senadores e Senadoras, a democracia não tem como tolerar a própria intolerância. A livre expressão representa a condição de base para a garantia da liberdade humana.

O ser humano, dotado de consciência e razão, nasce livre em sua essência mais profunda.

No momento em que ele é desprovido de liberdade, calado em seu direito mais sagrado de tomar a palavra na rua ou na praça, terá morrido, espiritualmente, para a vida social e até mesmo privada.

Sr. Presidente, meus caros ouvintes, a tribuna deste plenário, no Senado da República, representa nada menos que o espaço democrático da livre expressão das unidades federativas e, consequentemente, de cada uma de suas gentes, e esta prerrogativa historicamente construída deve se reproduzir em todos os aspectos da vida coletiva.

Em nossa visão, ao Estado laico cumpre a tarefa de ouvir a todos, indistintamente, sem, contudo, se deixar dominar por esta ou aquela visão de mundo, sem que seja admitida a errada cristalização, no ordenamento jurídico, de concepções ultrapassadas que visem uniformizar mulheres e homens não uniformizáveis.

Todos sabem que isso iria nos levar à supressão do direito inalienável das minorias.

Ao representante público, portanto, pouco importa os termos com que determinada confissão religiosa ou filosófica, ou de setores da sociedade, encaram fenômenos bastante humanos, como o homossexualismo ou a diferença de cor dos indivíduos.

Eu acredito que é nosso dever e nossa salvação combater as compreensões de mundo que vejam a uniformização dos seres humanos a partir de réguas, critérios e particularidades que lhes sejam próprios.

A infeliz experiência de autoritarismos e totalitarismos, em países supostamente avançados, como a Itália, o Japão e, principalmente, a Alemanha da primeira metade do século 20, indicam claramente que a felicidade humana é sustentada pelo debate livre.

É isso que nos conduz à aceitação das mais variadas formas de vida, na certeza de que o pluralismo social vem a ser nossa maior riqueza.

O preconceito de raça ao afrodescendente e intolerância aos homossexuais fere o direito de todos e de cada um à dignidade da própria existência, fere o direito de todos e de cada um ao exercício cotidiano de sua liberdade de ser e à livre escolha no que concerne à vida privada.

Por isso reitero meu repúdio a toda e qualquer forma de intolerância que resulte na ofensa moral ou física a quem quer que seja.

Reitero meu trabalho cotidiano pela construção de um País francamente acolhedor a todos os seres humanos, indistintamente.

Srs e Srs. Senadores, nós temos diante dos nossos olhos uma barbárie cotidiana em nosso País, em que uma mulher é fisicamente agredida a cada cinco minutos; ou no mundo, em que crianças de todos os continentes são alvo diário da violência de adultos brutalizados; e sofrem com a exploração, abusos e doenças, ou enfrentam, em sua mais linda idade, a contingência de deixar seus lares por conta de conflitos armados; sob governos que não lhes garantem educação básica.

Eu sigo apostando no aprofundamento dos níveis de educação como antídoto à brutalização de nossa vida social.

No País que desejamos, todas as escolhas lícitas e não ofensivas ao direito do próximo merecerão de todos o máximo respeito, e do Estado a natural acolhida.

O Poder Judiciário brasileiro tem caminhado neste sentido, quando reconhece a casais homossexuais a vida comum partilhada, inclusive no que diz respeito às repercussões patrimoniais de sua opção.

Assim como reconhecemos legítimos e válidos os movimentos em defesa dos interesses de empresários, de trabalhadores, de donas de casa; dos direitos dos afrodescendentes; das pessoas com deficiência, entre inúmeros outros exemplos, é importante que reconheçamos a luta dos homossexuais em defesa de seus direitos.

Precisamos reconhecer a indiscutível existência de um grupo de pressão. E, com essa menção, quero reiterar que, em uma sociedade plural, todos os lícitos interesses do cidadão pagador de impostos merecem acolhida e reconhecimento pelo Estado, que pondera interesses na realização do conceito de bem comum.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a premissa que defendo é a premissa maior de que somos, a despeito de nossa cultura, de nossa opção religiosa ou orientação sexual, uma sociedade em que a liberdade humana está na base dos Direitos Humanos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo presente nos chama à ação coletiva em defesa das liberdades.

Lembro que, em 2013, a octogenária Rainha Elizabeth Segundo, da Inglaterra, assinou nova Declaração de Direitos Humanos contrária à discriminação de homossexuais.

Ela foi apoiada por 54 Estados e seu gesto recebeu apoio de todos os países do Reino Unido e também de suas ex-colônias.

Eu acredito que o Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural irá seguir, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana.

As minorias no Brasil sempre reiteram que, dadas as condições humanas, “ser diferente é normal”, e o que pretendemos, no Senado da República, é fomentar e garantir o direito inalienável de cada cidadão nosso de buscar, de maneira lícita e que mais lhe aprouver, a própria felicidade, que orienta a trajetória pessoal de cada indivíduo no mundo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o Dia Nacional da Defensoria Pública. A data é oficialmente comemorada no dia 19 de maio, de acordo com a Lei 10.448 de 2002.

A data foi escolhida em homenagem a Santo Ivo, doutor em Teologia e Direito, defensor dos pobres e necessitados, falecido em 19 de maio de 1303.

Santo Ivo buscava, junto à nobreza, renegociar as dívidas de pessoas carentes que não haviam pago os impostos abusivos cobrados à época.

Hoje pela manhã, o Senado Federal realizou uma sessão especial. Como estávamos realizando uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o fator previdenciário, não pude comparecer.

Sr. Presidente, a Defensoria Pública é uma instituição pública que representa a garantia do cidadão em situação de vulnerabilidade de ter acesso à justiça, por meio de serviços inteiramente gratuitos e de qualidade.

Elevada à categoria de instituição constitucional em 1988, apenas em 2004 o Congresso Nacional conferiu autonomia administrativa, financeira e orçamentária às Defensorias Públicas dos Estados.

Há um interessante estudo, o “Mapa da Defensoria Pública no Brasil”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, fundação pública vinculada à Presidência da República, juntamente com a Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP e o Ministério da Justiça.

De acordo com este estudo, no Brasil há 8.479 cargos criados de defensor público dos Estados e do Distrito Federal, dos quais apenas 5.054 estão providos (59%).

Esses 5.054 defensores públicos se desdobram para cobrir 28% das comarcas brasileiras, ou seja, na grande maioria das comarcas, o Estado acusa e julga, mas não defende os mais pobres.

Na Defensoria Pública da União, a situação não é diversa: são 1270 cargos criados e, aproximadamente, 500 efetivamente providos, para atender 58 subseções judiciárias de um total de 264, o que corresponde a uma cobertura de 22% da jurisdição federal.

A Defensoria Pública é um órgão imprescindível para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Sua atribuição é a de concretizar o direito de acesso à Justiça, que se mostra como o mais fundamental dos direitos.

No Brasil, onde a desigualdade social é enorme, o fortalecimento da Defensoria Pública significa respeitar a dignidade da população carente.

Sr. Presidente, entre os dias 18 e 28 de maio, a Defensoria Pública da União (DPU) em Porto Alegre promoverá uma série de ações em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

De 18 a 22 de maio, nos turnos da manhã (das 9h às 12h30min) e tarde (das 12h30min às 16h), defensores públicos federais e estaduais estarão no Largo Glênio Peres esclarecendo dúvidas e divulgando os serviços da Defensoria Pública à população em uma unidade móvel da Defensoria Pública do Estado.

Na quinta-feira (21), à tarde, a unidade promoverá a primeira edição do Projeto Vivência, destinada a estudantes das faculdades de Direito com atuação em serviços de assistência e assessoria jurídica gratuita.

O objetivo é apresentar o trabalho exercido pela Defensoria Pública da União, fortalecer o vínculo entre as instituições e trocar informações sobre o estágio em Direito na instituição e a carreira de defensor público federal.

Na segunda-feira (25), às 10h, no auditório da DPU, será realizado o Dia da Vitória, evento que reunirá o público assistido pela instituição, parlamentares gaúchos, defensores e servidores do órgão.

Na oportunidade, serão entregues títulos de vitórias judiciais aos assistidos e reforçada a importância da atuação da Defensoria Pública da União na garantia dos direitos dos necessitados.

Na tarde do dia 28 de maio, a unidade promoverá o curso de formação "A Defensoria Pública e o Acesso à Seguridade Social". Destinado a assistentes sociais com atuação em hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) da capital. O objetivo do curso é apresentar os serviços da DPU e construir caminhos para a atuação em rede. O evento faz parte do Projeto Multiplicadores de Direito.

Portanto, deixo aqui minhas homenagens a esses profissionais pela passagem de importante data – Dia Nacional da Defensoria Pública – 19 de maio.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Carta do Povo Cigano ao Senador Paulo Paim.

Para leitura em Plenário.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CARTA DO POVO CIGANO AO SENADOR PAULO PAIM

Exmo. Sr.

Senador Paulo Paim.

Eu, XXXX, Cigano da Etnia Calon, venho cumprimentá-lo cordialmente, juntamente com toda minha comunidade e ao mesmo tempo informar que moro e vivo em Paratinga, aproximadamente há quarenta anos com meus filhos e familiares. Posso dizer que ajudei a construir a cidade, no entanto não sou visível e nem respeitado como cidadão. Estou vivendo e enfrentando racismo, discriminação e preconceito. Não temos direito de acesso às políticas públicas por sermos ciganos. Não me conformo com isso, pois entendo que somos seres humanos e filhos de Deus. Na Bahia, os policiais matam os ciganos como se fossem uma caça, sem nada ser feito para punir estes assassinos como, por exemplo, mataram meu filho dentro da minha casa, na frente da minha família, em plena luz do dia. Como se não bastasse tanta crueldade, não nos deixaram como família fazer parte do velório como por direitos de todos em geral. Não temos quem fale por nós, pois aqui na Bahia, nós os ciganos somos tratados pelos policiais como animais, ou seja, os animais têm muito mais valor e são muito mais respeitados do que nós. Nós não podemos nem usar nossas vestes tradicionais, chapéu, bota, vestidos coloridos de nossas mulheres. Queremos resgatar nossa cultura e exercer cidadania. Pedimos para vossa Excelência para que nos ajude a sermos visíveis e respeitados. Eu lhe peço para enviar um documento para o Prefeito de Paratinga, Senhor Eliezer Pereira Dourado, e para os demais órgãos em nosso favor.

Temos plena certeza de que o Senhor Senador da República, Paulo Paim, além de ser uma Grande Autoridade também foi escolhido por Deus para defender as causas das minorias em Geral. Por isso estamos daqui pedindo a Deus sua proteção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Caro colega Senador Paim, cumprimento V. Ex^a.

Convido para fazer uso da tribuna, pela Liderança do PT, o nosso Líder, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de iniciar propriamente meu discurso, eu gostaria de aqui fazer um registro importante.

Estive, na semana passada, no Município de Santa Filomena, na região do Vale do São Francisco, na proximidade tanto do Vale do São Francisco quanto do Sertão do Araripe, próximo à cidade de Petrolina. Lá, por intermédio de uma intervenção da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, cujo Superintendente Regional é o Sr. João Bosco, nós estivemos na Fazenda Caipora, no Município de Santa Filomena, para entregarmos um importante investimento, que foi a inauguração da Unidade de Extração e Beneficiamento de Mel. Pode parecer uma coisa simples, um investimento de certa forma até singelo, mas que se tem multiplicado no Brasil inteiro, especialmente no Nordeste.

Só nessa região, a Associação de Moradores da Fazenda Caipora e de fazendas vizinhas também registrava que cem famílias seriam beneficiadas. O investimento, que chega a aproximadamente a R\$600 mil ou R\$700 mil, faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, numa parceria entre a Codevasf e a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Essa é uma demonstração importante de que o Governo continua preocupado em promover a geração de renda.

No caso dessas famílias, uma família que desenvolve a atividade da apicultura simples pode até, por mês, ter um complemento da sua renda no valor de dois salários mínimos, além, obviamente, de outros produtos que são gerados, que são plantados dentro dessas pequenas propriedades.

Então, eu queria fazer esse registro e agradecer a todos que lá estiveram.

Sr. Presidente, foi com muita satisfação que tive a oportunidade de participar, na última quinta-feira, ao lado da Presidenta Dilma, da cerimônia da viagem inaugural do navio petroleiro André Rebouças, o quinto produzido pelo Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco. Também participamos do batismo do petroleiro Marcílio Dias.

Ter a oportunidade de ver mais dois navios petroleiros erguidos e entregues é algo extremamente simbólico, neste momento muito especial em que a Petrobras volta a dar sólidas demonstrações do seu vigor e da sua força, como a maior e mais importante empresa deste País.

Esse fato é atestado também pelos resultados do primeiro trimestre de 2015, que indicaram um lucro líquido de R\$5,3 bilhões e um lucro operacional de R\$13,3 bilhões, 76% superior ao do primeiro trimestre do ano passado, principalmente devido ao crescimento da produção de petróleo e de gás, às maiores margens da comercialização de derivados e aos menores gastos com participação governamental e com importações.

Os investimentos realizados pela empresa totalizaram R\$17,8 bilhões, especialmente no segmento de exploração e de produção no Brasil, que recebeu 79% desses recursos, com destaque para os projetos de aumento da capacidade produtiva.

Aliás, registre-se que, uma vez mais, a Petrobras bateu um novo recorde na produção de barris de petróleo, chegando a 800 mil barris por dia, extraídos nas áreas do pré-sal, nas Bacias de Santos e Campos.

A produção de petróleo e gás natural da companhia, no Brasil e no exterior, cresceu 11% em relação ao primeiro trimestre de 2014, atingindo a média de 2,803 milhões de barris de óleo por dia, contribuindo para que a Petrobras fechasse esse primeiro trimestre de 2015 com mais de R\$68 bilhões em caixa.

No entanto, a forma como esse tema tem sido tratado pela oposição vai sempre no sentido de ignorar esses fatos e ignorar, acima de tudo, que as mudanças que foram feitas na Petrobras pela Presidenta Dilma começaram a produzir um processo de superação da crise em que a empresa esteve mergulhada.

Estamos hoje, como disse o Presidente Bendine, virando uma importante página. Portanto, não deixa de ser mesquinha e pequena a postura de alguns que querem diminuir a Petrobras e o Brasil, especialmente quando isso é feito no exterior, diante de potenciais investidores no nosso País. A oposição, em particular o PSDB, tem se especializado nessas críticas seletivas que, às vezes, beiram o cinismo, ao tentar apagar os rastros dos malfeitos e dos desmandos havidos nos seus oito anos de governo.

Todos os delatores envolvidos nesse escândalo de corrupção, que tem sido exemplarmente enfrentado pelo Governo Dilma e pela empresa, são unânimes em dizer que a gênese de todos os problemas está lá no período do Governo Fernando Henrique, quando não, até mesmo antes desse período. O ex-Presidente, antes de sair por aí distribuindo inverdades, deveria fazer uma profunda reflexão sobre os seus mandatos e sobre os casos jamais explicados e convenientemente engavetados das privatizações, da emenda da reeleição, dos bilhões dados aos bancos e do ato que desobrigou a Petrobras de seguir a lei das licitações.

Esses são temas sobre os quais, seguramente, o ex-Presidente Fernando Henrique tem grande propriedade para tratar e deveria fazê-lo com mais frequência do que querer arrastar para a sua rinha política o ex-Presidente Lula, figura por quem ele parece ter uma enorme fixação, quando não, uma verdadeira obsessão.

A capacidade de autocrítica do PSDB, aliás, está no nível do volume morto do Cantareira. Assim como silenciou para o escândalo do metrô de São Paulo e do mensalão mineiro, que, há mais de um ano, está parado na Justiça de Minas Gerais, sem que sequer haja definição de um juiz para tocar os processos à frente, o PSDB também faz vista grossa ao Governador do Paraná, Beto Richa, responsável pelo espancamento de professores da rede pública daquele Estado.

O escândalo do metrô de São Paulo, por exemplo, talvez o Brasil não saiba, mas tem delatores: empresas, cidadãos, funcionários, que, no entanto, jamais foram presos, jamais foram devidamente investigados para que pudessem citar quem de fato está à frente daquele escândalo. Esse caso conseguiu constituir-se em absolutamente pitoresco. É o primeiro escândalo de corrupção em que não há corruptos. Fala-se de um cartel que foi feito por empresas e que, desde 1998, vem fraudando licitações, vem formando um cartel. No entanto, não há um integrante do Governo identificado como envolvido nessas falcaturas. Ou os governos tucanos são muito ruins, e um cartel se mantém durante tanto tempo sem ser identificado, e a sua atividade coibida, ou, então, é de se perguntar onde está a mesma força, a mesma capacidade de investigação dos órgãos responsáveis por investigar, nesse caso de São Paulo.

Agora, o governador tucano se vê envolvido em um novo escândalo, o de que teria recebido mais de R\$2 milhões para a sua campanha, oriundos de uma máfia de auditores criminosos que cobravam propinas de empresários em troca de redução e até da anulação de calotes tributários. Obviamente, nós, aqui, não estamos nem negando, nem endossando essas denúncias. Acharmos que é preciso que haja investigação. Damos ao Governador do Paraná o benefício da dúvida, mas é engraçado que a argumentação do Governador é frontalmente oposta à que os tucanos aqui fazem, quando se trata dos delatores da chamada Operação Lava Jato. Ninguém no PSDB, por exemplo, fala de impedimento, do *impeachment* do Governador Beto Richa, muito menos da forma entusiasmada como alguns tucanos chegaram a tratar quando o alvo era a Presidenta Dilma.

No PSDB, pau que dá em Chico não dá em Francisco. O Partido segue vocacionado no que tem de mais habilidade: engavetar os casos que lhe são incômodos. As delações premiadas válidas para os tucanos são apenas as que atingem seus adversários. Já os delatores que supostamente estão abrindo a caixa-preta do PSDB, como esse auditor da Receita paranaense, que escancara a situação do Governador Beto Richa, esses são tratados como “bandidos”. É extremamente curioso abrir os jornais e ver o Presidente Nacional do Partido querer dar aula de credibilidade ao Governo Dilma, quando continua a varrer para debaixo do tapete as sujeiras que existem dentro da própria casa.

Mas nós não deixaremos cair no esquecimento. Esse debate político será travado por nós, em cada canto do País, com todas as cartas sobre a mesa, para que a população tenha conhecimento de tudo o que nós enfrentamos e do que a oposição se esmera em meter nas gavetas. Essa época do silêncio conivente de governos em relação a malfeitos cometidos dentro da administração felizmente acabou e não voltará mais. Isso, sim, é o que constrói credibilidade e eleva a popularidade de um governo, atributos, aliás, com os quais o PSDB e o resto da oposição têm pouca ou nenhuma intimidade.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Humberto, como Líder do PT, inclusive pelo conteúdo. Estou sendo parcial porque tenho posições muito parecidas com as que V. Ex^a apresentou na tribuna.

Eu o felicito também pela lembrança do projeto de apicultura, que foi visitado. Esse é um dos mercados que mais crescem no mundo. É muito importante, do ponto de vista econômico, e o Brasil não explora nada do potencial que tem nesse aspecto. É um mercado em potencial. Fico contente em ver que Pernambuco está trabalhando fortemente com esse tema.

Senador Telmário Mota, V. Ex^a, como orador inscrito, tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, primeiro, quero parabenizar o Senador Paim pelo belíssimo debate de hoje na Comissão de Direitos Humanos. Ali, S. Ex^a fez uma audiência pública sobre o fator previdenciário. Pudemos observar as manifestações das diversas entidades que estavam presentes. Naturalmente, o objetivo daquela audiência foi alcançado.

Ao mesmo tempo, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que participou, hoje, de uma sessão solene, especial, em homenagem aos defensores públicos.

Eu a parabenizo pela belíssima iniciativa. V. Ex^a conduziu muito bem os trabalhos, lembrando-se de uma categoria cuja importância não é dela em si, mas do papel que desenvolve na sociedade, principalmente focado

em atender aos necessitados, democratizando a justiça, oportunizando ao pobre, ao necessitado, ao humilde ter acesso à Justiça de forma gratuita.

Parabenizo V. Ex^a.

Sr. Presidente, vemos nesta tribuna, vez por outra, a oposição cobrando, castigando, mas não mostrando o caminho; mostrando que parece que estamos num país onde não há mais conserto. A sensação que se tem, cada vez que se vê um membro da oposição subir a esta tribuna, é exatamente essa.

Eu acho que o Governo da Presidente Dilma começa a avançar. Acho que a oposição quer destruir porque não sabe construir. Vou mostrar alguns dados oficiais que considero importantes, para que possamos mostrar o que acontece hoje neste País.

A Eletrobras teve lucro de R\$1,25 bilhão no primeiro trimestre. O resultado é 21,4% maior do que igual período do ano passado. Ora, critica-se tanto o setor energético deste País, critica-se tanto, Sr. Presidente, a gestão da Presidente Dilma, mas estamos vendo a Eletrobras mostrando resultado positivo: foram 21,4%, ou seja, R\$1,25 bilhão acima do mesmo período do ano anterior.

A mesma coisa, Sr. Presidente, ocorre com a interiorização dos aeroportos. Para dar seguimento à expansão da malha viária e à modernização dos aeroportos do interior, o Governo Federal vai fazer parcerias com prefeitura, governo e iniciativa privada. Esse programa vai beneficiar polos regionais, centros turísticos e proporcionar melhor acesso às comunidades da Amazônia Legal. Isso, para nossos Estados – Amapá, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso –, sem nenhuma dúvida, é da maior relevância. É fundamental poder unificar, integrar, mais e mais, essas cidades importantes para facilitar o escoamento, facilitar o turismo, facilitar o meio de transporte. O Governo Federal, em mão dupla, vem buscando parcerias com prefeituras, governos estaduais, iniciativa privada, para fazer a expansão desse tão importante segmento, que é o transporte aéreo.

A mesma coisa, Sr. Presidente, é a nossa Petrobras. Senador Cristovam, mesmo com os últimos escândalos, a Petrobras lucrou R\$5,3 bilhões nesse primeiro trimestre. Acima do previsto. A quem interessa destruir a Petrobras? Não interessa ao povo brasileiro.

O Judiciário vai desvendar os crimes, a Justiça vai punir empresários, servidores e políticos que estiverem envolvidos, mas a empresa Petrobras segue o seu caminho e responde a uma avalanche de críticas, ao sentimento pessimista da grande mídia, respira e surpreende não a nós que acreditamos na sua força, mas aos mais pessimistas, àqueles que jogam no quanto pior melhor. A Petrobras dá a sua resposta com um lucro desses, no meio de um fogo cruzado jamais visto por uma empresa brasileira, principalmente a Petrobras, que é diferenciada pelo que representa para a soberania brasileira, pelo que representa para o desenvolvimento do País, pelo que representa para a geração de renda e emprego no País. A Petrobras, como um produto brasileiro, e bom, reage às críticas de forma positiva, alcançando um resultado que cala a boca dos mais pessimistas.

Não podemos confundir a Petrobras com as ações criminosas que sofreu. Cabe à Justiça apurar, identificar e punir todos os culpados, em qualquer instância, sejam eles políticos, empresários ou servidores daquela casa. A coisa pública não pode ser misturada no bolso da corrupção. Portanto, é a Petrobras respondendo, é o Governo Dilma respondendo, com pontos importantes, Sr. Presidente.

Eu trouxe aqui coisas importantes: o transporte aéreo, a energia, a Petrobras. Também vamos trazer outros dados importantes.

Enfrentamento da violência. Houve um avanço no combate ao crime nos Estados. Redução de taxa de mortes por arma de fogo: São Paulo, 62,2%; Rio de Janeiro, 54,9%; meu Estado, 54,6%; Pernambuco, do Humberto, 39,7%; Mato Grosso, 35,5%, para citar os Estados com resultado mais expressivo. O fato de isso ocorrer nas mais diferentes regiões do País mostra que os avanços são condicionados não apenas à riqueza dos Estados, mas ao investimento nacional na qualificação dos profissionais de segurança pública e na política de enfrentamento da violência nos Estados e Municípios, a exemplo do que acontece com a Juventude Viva.

Portanto, é o Governo Federal estendendo a sua força, o seu braço aos diversos Estados – Estado rico, Estado pobre, Centro-Oeste, Sul, Nordeste, Norte –, e o resultado sendo aplausível.

Hoje, 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, como já registrou o Senador Paim, se não me engano, é o momento de aplaudir o trabalho conjunto do Governo Federal para enfrentar todos os tipos de violência praticados contra os nossos meninos e as nossas meninas.

A Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma iniciativa de relevância à estrutura nacional, com a integração de esforços de seis Ministérios – Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social. O sistema de Justiça brasileiro, parceiros da Unicef e a sociedade civil estão trabalhando juntos para garantir os direitos de nossas crianças e nossos adolescentes.

Somada a essa carta, temos a capacitação contínua de conselheiros tutelares, que este ano serão eleitos, Sr. Presidente, em um único dia. Essas ações integradas, articuladas e pioneiras nos entes federados, liderados pelo Governo Federal, salvam a vida, garantem direitos de crianças e adolescentes e dão dignidade a essas pessoas.

Sem nenhuma dúvida, grandes avanços. Mas isso, Sr. Presidente, aparece na grande mídia, ali no rodapé, num ponto sem destaque, para tentar, talvez, chamar a atenção para fatos não tão importantes.

Nós, aqui, rapidamente falamos da questão energética, falamos da recuperação da Petrobras, falamos da diminuição da criminalidade, falamos da proteção a crianças e adolescentes, falamos da questão aérea, da regionalização dos transportes aéreos na Amazônia. São todos atos positivos, que demonstram que o Governo está vivo, que está se mexendo, que começa a caminhar, a respirar.

Eu quero encerrar a minha fala dizendo que, de fato, estamos vivenciando uma crise, porém lembro aqui de um conselho geral para superar qualquer dificuldade, Senador Cristovam: pensar positivo. Uma pessoa pro-ativa é aquela que trabalha para mudar o que não está bom. Precisamos trabalhar para o Brasil.

Os ajustes econômicos são conjunturais e necessários. Os pessimistas acham que o Governo já acabou, mas os otimistas não param de trabalhar para superar as dificuldades e criam um cenário favorável ao desenvolvimento do País e ao bem-estar social do nosso povo.

Portanto, eu quero estar aqui de forma positiva, pensando em ter um Brasil melhor, um Brasil que possa superar essa crise, porque eu acho que ela é muito mais política, ética e moral, e menos social ou econômica. E acho que nós precisamos nos fortalecer.

Eu dizia, Sr. Presidente, na nossa convenção – e o Senador Cristovam está aqui –, que Getúlio Vargas é um dos heróis brasileiros. Mas a Getúlio Vargas, naquele momento, restavam três opções: ou ele se curvava aos interesses internacionais, ou se retirava do poder, porque estava com popularidade inferior até à da Presidente Dilma hoje, ou buscava o caminho mais dramático, que era o de cerceamento da própria vida.

Eu digo a mesma coisa em relação à Presidente Dilma: nada há até agora a ser destacado que venha a macular sua dignidade, seu caráter, sua boa intenção. Ela pode não ser aquela pessoa do aconchego político, do abraço, da batidinha no ombro, mas é uma pessoa centrada nos propósitos deste País. E olhe, poucos seres humanos... Ainda bem que ela fez um estágio dolorido, que foi ser guerrilheira e ter sofrido as perseguições da ditadura. Acho que ali ela passou no teste, porque demonstrou ser uma mulher forte. Hoje, o que tentam fazer com a Presidente Dilma, qualquer outro já teria jogado a toalha. Mas ela não. De forma firme, contundente, com propósito, com o foco de recuperar este País, de devolver a credibilidade deste País, de reconquistar a confiança de nosso povo, ela está ali firme. E paulatinamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ela começa a dar passos firmes em busca deste novo horizonte, em busca deste novo norte para o nosso País.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que restam poucas coisas à Presidente Dilma, e ela tem que se agarrar, como o afogado, em qualquer cabelo. E é claro que, neste intuito, neste objetivo da governabilidade, encontramos vários partidos que são fisiologistas, partidos que têm ideologia, mas que têm também outro meio. Isso é fruto do resultado da administração do Governo. Acontece com ela e com qualquer um. Sempre digo que, antes de criticar a Presidente Dilma, coloque-se no lugar dela. Vamos fazer uma análise responsável, coerente, comprometida com a Nação brasileira.

Nós levamos essa reflexão para a nossa convenção do PDT. E até fui mais forte, eu disse que o PDT hoje sair da Base do Governo Dilma é como um homem casar com uma mulher bonita, ela ter câncer e ele largá-la devido à doença. Todo mundo sabia que ela tinha toda essa parceria com o PMDB e com todos os partidos que estavam ali.

É importante, neste momento, termos a tranquilidade de estarmos próximos, buscando o resgate, levando sugestões.

Criticar às vezes é muito mais fácil. Presidente Jorge Viana, para mim, seria extremamente cômodo. Eu não tenho um cargo indicado neste Governo. Para mim, seria cômodo eu chegar no meu Estado, onde o PT não goza de tanta popularidade, e tacar pedra.

Hoje, eu vejo Senadores que lambem o pé do PT e do poder, aqui, e que chegam lá no meu Estado e criticam a Presidenta, porque é cômodo para eles. Chegam aqui, lambem os pés do PT, lambem o pé do poder, chegam lá e tacam pedra.

O homem não pode ter duas caras, duas maneiras e duas formas de agir. Quando eu deixar de acreditar no Governo da Dilma, eu vou ser o Telmário aqui e o Telmário lá no Estado de Roraima. Ninguém pode acender uma vela para Deus e outra para o diabo. Eu acho que o homem tem que ter coerência no seu posicionamento. Eu fico triste ao ver pessoas virem aqui, passarem a língua no sapato do poder e chegarem no meu Estado e tacarem pedra.

Tudo o que está lá ele levou do Governo do PT e, amanhã, eu vou falar do meu Estado de Roraima, como um Estado de prosperidade, e aí, Sr. Presidente, eu vou mostrar como o PT, como o Governo Federal não discri-

minou o Estado de Roraima, que era governado pelo PSDB. Foi a época em que mais recurso entrou naquele Estado.

Então, é preciso reconhecer, ter a lucidez, a clareza de não jogar para a plateia, jogar pela popularidade.

O Senador Cristovam disse uma coisa que me balizou: se formos consultar a população sobre o que ela quer e o que ela não quer, ela quer fechar o Senado, ela quer acabar com a democracia, ela quer acabar com a sustentação da democracia, porque, bem ou mal, o Congresso é a ressonância da nossa sociedade. Se aqui há políticos que cometem este ou aquele delito, eles vêm da sociedade, eles vêm pelo voto. Eles não estão aqui caídos do céu; eles estão aqui pelo voto democrático. Então, aqui nós vamos encontrar de tudo.

Senador Cristovam, com a palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Telmário, em primeiro lugar, essa última parte: de fato, fico contente que o senhor se lembre dessa minha fala, de que se fosse seguir totalmente a opinião pública, esta seria de fechar o Congresso. E a opinião pública tem razão, porque ela olha o instante e, neste instante, nós não estamos com crédito, mas o papel do Congresso é pegar a opinião pública e analisar as consequências de sua posição a longo prazo, até porque a opinião pública não reflete a vontade do povo, porque o povo é essa geração e a próxima, e a próxima, e a próxima e a próxima, e a opinião pública somos nós, de hoje. Por isso que o Congresso é importante, apesar de a opinião pública ter razão de estar com descrédito, tratando-nos com descrédito, corretamente. Quanto a sua parte integral do discurso, na semana passada eu fiz um discurso aqui defendendo o entendimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – V. Exª sempre fez isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aliás, seguindo uma fala do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Nova Iorque, nós precisamos fazer o entendimento para o Brasil encontrar o seu rumo. Aí vem a passeata, a mobilização dos prefeitos. Tem que haver um entendimento para resolver a situação que hoje vivem os prefeitos. Os prefeitos hoje estão divididos entre não cumprir a lei ou pagar o piso salarial do professor, por incrível que pareça. E o piso é de menos de R\$2 mil. Imagina se eles fossem gastar os R\$10 mil, por ano, que custaria uma boa escola pública. Então, nós precisamos de um entendimento, um Pacto Federativo, reforma política, tudo isso é entendimento. Mas eu acho que o que está faltando é a Presidente reconhecer alguns dos erros cometidos no passado, Senador Telmário. É difícil a gente partir do entendimento, como se tivesse começando hoje o mundo. Grande parte dos problemas que nós vivemos hoje vem da maneira como a economia foi conduzida nos quatro anos anteriores a hoje, no Governo da Presidente Dilma. Seria importante haver uma autocrítica, um reconhecimento, inclusive deixando claro que a manipulação que se fez, as chamadas pedaladas, os erros terminaram sendo um instrumento para a reeleição.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu creio que o entendimento deve começar, primeiro, pela Presidente reconhecendo que houve erros sim. Segundo, entendendo que o ajuste não pode quebrar a espinha dorsal do Brasil, deve ser feito levando em conta a necessidade de infraestrutura, especialmente da educação, da ciência e da tecnologia, porque o Brasil vai continuar existindo depois do ajuste. Terceiro, que por isso o ajuste deve ser feito num certo prazo. A ideia de um superávit, eu sou defensor do superávit fiscal, porque nós nos endividamos muito, e agora não tem jeito. Mas não tinha porque pensar, de repente, em um ano recuperar tudo de erro que já se fez. Pode-se fazer um ajuste ao longo de alguns anos, e, finalmente, quem deve pagar pelo ajuste, dever ser quem já ganhou muito...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e não quem perdeu *(Fora do microfone.)*. O ajuste deve ser feito em cima de quem ganhou, em cima de quem já está num patamar elevado, e não em cima de trabalhadores, de baixa renda, sobretudo; nem em cima de aposentados; nem em cima das crianças, que não têm culpa nenhuma das coisas. Dentro disso, seu discurso é muito bem-vindo, a meu ver, para o Brasil, na defesa de respeitarmos a Presidente que foi eleita – está aí, tem um mandato –, mas de tentarmos construir um entendimento, porque acho que ela sozinha e o PMDB não saem disso, vão precisar de um entendimento. Aqui mesmo, precisa de entendimento amanhã para aprovar as MPs; precisa de entendimento até para apoiar o Ministro do Supremo; precisa de entendimento, mas esse entendimento exige diálogo, e não arrogância, que, a meu ver, continua dominando o Palácio do Planalto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Cristovam, V. Exª sempre com a lucidez de um estadista, de um homem republicano que orgulha o meu partido. Orgulha-me, como Senador, ser contemporâneo, neste mandato, de V. Exª.

Não tenho nenhuma dúvida de que o momento político criou algumas dificuldades. Vemos que a Presidente custou a designar um Líder do Governo nesta Casa – agora nós temos o brilhante Senador Delcídio do Amaral, um homem do diálogo, um homem do entendimento, uma pessoa preparada. Não tenho nenhuma dúvida, Senador Jorge Viana, de que serão agora construídos esses entendimentos no sentido de buscarmos um outro caminho, mas sempre lembrando que, numa reconciliação, mesmo uma reconciliação de casal...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... se você for reviver o passado, acaba não chegando no futuro. Acho que é a hora de você dizer: “Errou, houve o seu erro, e vamos embora, tentar achar o caminho da construção”.

Agradeço a fala do Senador Cristovam.

Sr. Presidente, pela atenção de V. Ex^a, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Telmário. Meus cumprimentos.

Convido, para fazer uso da tribuna, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, estimado Senador Jorge Viana; caros colegas Senadores; Senadores Alvaro Dias, Cristovam, Telmário, antes de abordar... O Senador Cristovam fez a lembrança de que amanhã nós teremos uma decisão muito importante, que é a votação do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, depois de uma sabatina que foi a mais longa da história da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O Relator, Senador Alvaro Dias, que está aqui presente, sabe, porque acompanhou desde o início: foram doze horas de uma sabatina que esmiuçou o pensamento do candidato indicado pela Presidente, o Prof. Edson Fachin.

Hoje recebi um telefonema do Desembargador José Aquino Flôres de Camargo, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, e também já havia recebido um telefonema do presidente da OAB do Rio Grande do Sul, Claudio Lamachia. O Ministério Público do meu Estado, comandado pelo Dr. Eduardo Lima Veiga, da mesma forma. As três áreas diretamente ligadas ao Poder Judiciário, direta ou indiretamente: o Ministério Público denuncia e defende a sociedade; a OAB é o advogado; e o Poder Judiciário, representado pelo Tribunal de Justiça do Desembargador José Aquino Flôres de Camargo; os três apoiando, muito com base no conhecimento jurídico, na habilitação para o ofício, o Prof. Edson Fachin, para a vaga deixada, precocemente, pela aposentadoria do Ministro Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal.

É claro que aqui, nesta Casa, o voto é, primeiro, secreto. Queríamos que fosse aberto, mas o voto é secreto. Independentemente de aberto ou secreto, esta é uma decisão soberana, e cada Senador fará o juízo, com base naquilo que declarou o Prof. Fachin, com muita serenidade, revelando mesmo conhecimento de causa, fato que, pela primeira vez – imagino –, uniu o seu Estado, o Paraná, Senador Alvaro Dias. Eu nunca tinha visto, numa sessão, os adversários políticos todos juntos, do mesmo lado, defendendo um candidato do Paraná. É claro que podem dizer: “É uma defesa do Estado, é o nome do Estado”, mas, independentemente disso, é uma demonstração clara da unidade que aqui se viu.

Então, amanhã, teremos essa decisão. Cada Senador julgará e votará, conforme a sua consciência e atendendo aquilo que requer. Desejamos que o candidato, se aprovado aqui, pelo Plenário – já o foi pelo Plenário da Comissão de Constituição e Justiça –, desempenhe a função dentro daquele rigor e equilíbrio que demonstrou na sabatina perante os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça.

Por falar em justiça, Senador, hoje pela manhã, tivemos a sessão de homenagem à Defensoria Pública e vamos renovar, da mesma forma, que amanhã é o Dia da Defensoria. E eu quero elogiar a Defensoria da União e dos Estados pela iniciativa que teve para celebrar essa passagem: amanhã os defensores farão um mutirão que tem sido tradicional, um mutirão, aqui na rodoviária de Brasília, Senador Cristovam, da Defensoria Pública, atendendo à comunidade. São os advogados da pobreza. E também no meu Estado, o Rio Grande do Sul, a Defensoria, uma das primeiras a serem criadas por legislação estadual, também está fazendo a mesma coisa.

Eu estive no Rio Grande do Sul no final de semana, em vários compromissos, mas um deles de extrema relevância, que foi a reunião que eu tive com os líderes de todas as centrais sindicais do meu Estado. Liderados pela CUT, também lá pelo seu presidente, Cladir Nespolo; pela Nova Central (NCST); pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); pela UGT (União Geral dos Trabalhadores) e pela Intersindical. Todos eles estiveram comigo, e conversamos longamente sobre o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que é aquele que trata da terceirização. Mas também falamos muito sobre as Medidas Provisórias nº 664 e 665, que afetam direitos dos trabalhadores.

Naquela reunião com os líderes sindicalistas do meu Estado, ficou claro que existe convergência com as centrais sindicais em relação à proteção dos atuais terceirizados – estima-se entre 12 a 15 milhões de trabalhadores – e quanto ao maior rigor com empresas contratadas em licitações que precarizam o trabalho.

Eu reafirmei, e o faço agora aqui na tribuna, que não votarei em iniciativas que retirem direitos dos trabalhadores. Também garanti que votarei pelo fim do fator previdenciário e pela aprovação da emenda aprovada na Câmara dos Deputados que resgata a fórmula 85/95 para as aposentadorias.

Quanto à questão dos terceirizados nessas atividades-meio, Senador Cristovam, eu me dispus, e V. Ex^a certamente estará ao nosso lado, poderemos fazer juntos ou coletivamente... O que existe hoje, e aconteceu no Rio de Janeiro... Eu estou pedindo aqui aos *Anais do Senado* a transcrição de um artigo publicado no dia 10 em *O Globo*, por um desembargador da área da Justiça do Trabalho, muito apropriado ao meu pensamento sobre isso.

O que acontece? Numa licitação para contratar a limpeza urbana de uma cidade, pequena, média, de modo especial, às vezes uma empresa se forma exclusivamente para participar daquela licitação.

Ela se forma porque vislumbra um lucro extraordinário na prestação daquele serviço. O órgão público, Senador Cristovam, não se dá ao trabalho de saber se aquela empresa que está participando da licitação está habilitada profissionalmente, se tem experiência, se tem conhecimento, se tem um histórico de respeito aos direitos trabalhistas. Nada disso é visto. Nada, nada disso. Agora, no Rio de Janeiro, tivemos um caso muito parecido com isso.

Então, nesses casos, nós precisamos criar mecanismos na licitação, não só de uma observância do órgão contratante para fiscalizar e vigiar, mas para que ele acompanhe a execução e o cumprimento dos direitos trabalhistas. Aqui no Senado, já tivemos casos de empresa terceirizada que tinha atrasado o pagamento dos servidores de limpeza! Nós tivemos que ir lá, com o Presidente Sarney, antes do Presidente Renan, para reclamar dos atrasos. Ora, no momento em que atrasa o pagamento, ela já não está cumprindo com os direitos trabalhistas.

Assim, temos que ter cuidado em fazer uma legislação muito clara para obrigar, ou para exigir – essa palavra obrigar é muito dura, muito pesada, não é democrática –, para exigir das empresas que participam dessas licitações que elas tenham experiência, tenham algum tipo de idoneidade, para que isso assegure a preservação dos direitos trabalhistas nessas contratações, que são necessárias.

V. Ex^a foi governador, foi prefeito, Senador Jorge Viana. Não estou dizendo nada extraordinário. É por isso que temos que zelar. Não é a terceirização a vítima; não podemos admitir a precarização, nessas condições de não respeitar os direitos trabalhistas. Mas não podemos imaginar que uma prefeitura tenha que contratar todos os vigilantes para cuidar do prédio, tenha que contratar, por concurso público, todas as pessoas que cuidam da limpeza. Como no Senado Federal, a terceirização, nessas áreas, precisa ser feita, por um problema de racionalização.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se V. Ex^a permite...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois não, será um grande prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É uma necessidade regulamentarmos a terceirização no País. Hoje há muita exploração, é sempre motivo de judicialização, Justiça do Trabalho. Agora, nós só temos que fazer, e acho que o Senado é a Casa adequada para corrigir os excessos, para não deixar margem para que haja a precarização do serviço.

Eu, como prefeito, como governador... É claro que alguns serviços não precisam ser carreira do Estado; e às vezes é uma oportunidade de a pessoa ter seu primeiro emprego, ter o seu trabalho. Tenho fé: amanhã vamos ter a sessão temática, a partir das 11 horas, só sobre terceirização. É uma proposta da Mesa Diretora, do Presidente Renan. Depois vamos deliberar sobre isso nas comissões, mas levando em conta a opinião das centrais e dos sindicatos e também a necessidade do empresariado, de todo o setor produtivo, de ter uma segurança jurídica nesse tipo de serviço. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas é exatamente isso, Senador Jorge Viana. Estão aqui também o Senador Alvaro Dias, que foi governador, o Senador Cristovam, que também foi governador.

Então, vejam: vigilância, serviço de limpeza, essas atividades necessárias para fazer essa prestação de serviço... Da mesma forma, no setor de saúde, por exemplo, o Estado não tem capacidade para ter... Os hospitais públicos todos contratam e compram vagas no Hospital da Santa Casa ou num hospital comunitário ou filantrópico. Eles contratam a internação. O que é isso? É compra de um serviço para a população. Ele não tem capacidade, porque nem médico quer trabalhar mais no setor.

Então, essas áreas precisam de clareza na regra do jogo, clareza para que não haja precarização pela perda dos direitos trabalhistas. Não vamos admitir isso.

Agora, temos que pensar nesses 15 milhões de trabalhadores que são terceirizados e que precisam da garantia de continuar tendo os seus direitos trabalhistas respeitados: 13º salário, 30% de adicional de férias,

férias remuneradas, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, licença-maternidade, todos esses direitos, que são “imexíveis”, como dizia um ex-Ministro do Trabalho, de má memória.

Então, eu chamo a atenção para isso. E eu gostei muito porque a CUT, que liderou a reunião em Porto Alegre comigo, foi, diria, muito objetiva e muito clara, entendendo a necessidade da regulamentação desses trabalhadores e fazendo uma limitação clara naquelas atividades.

E eu também gostaria de saber, e muito, meus caros colegas Senadores, porque até agora eu tenho uma dificuldade: o que é atividade-fim? Vagamente, você diz o que é atividade-fim numa metalúrgica, você diz o que é atividade-fim num automóvel; agora, no setor automotivo, nós temos um sistema, o chamado “sistemistas”. O que são os “sistemistas”, se não uma terceirização?

E aí nós tratamos setor automobilístico de um jeito, o setor de TI, de informática, de outro jeito. Ora, nós temos que dar um regramento para as atividades da maneira como é a economia hoje, porque pensar nas relações de capital e trabalho de 20 anos ou 30 anos atrás também não está de acordo com as necessidades do País.

Em nenhum momento, vamos admitir perda de direito trabalhista, mas é preciso ajustar e tornar equilibrado e isonômico o tratamento dado a setores muito importantes e muito fortes. Eu estou falando do setor automotivo, e ele tem um tratamento diferenciado, mas o setor de TI tem outro tratamento. É preciso, então, uma igualdade nessas atividades. Nós precisamos cuidar disso.

Aliás, o Presidente da CUT falou sobre a precarização que seria regulamentar a terceirização na atividade principal da empresa, sua atividade-fim, e ressaltou os casos em que a legislação permite a contratação de terceiros. Ele acrescentou que a Súmula 331, sempre referida, que é do Tribunal Superior do Trabalho, ampara esses casos na atividade-meio e de apoio, como nas áreas de limpeza e vigilância, por exemplo.

Eu queria também lembrar que os representantes das centrais sindicais, que pertencem às mais diversas categorias, relataram o impacto que a terceirização tem em suas áreas profissionais, como o aumento, às vezes, dos acidentes de trabalho, no caso da construção civil, que é a atividade referida sempre, rebaixamento de salários, precarização do serviço oferecido, assim como das condições nas relações trabalhistas. Reiterei que estou disponível ao diálogo, a conversar, a dialogar com todas as categorias para tratar do tema terceirização.

Aliás, o Presidente Jorge Viana lembrou muito bem a sessão que teremos aqui amanhã, para conversar sobre esse tema tão relevante. Às 11h, estaremos todos aqui.

Na reunião em Porto Alegre, estiveram presentes no meu escritório não só o Claudir Nespolo, mas também a Aline Vargas, o Haroldo Britto, o Cícero Pereira da Silva, o Mario Pereira, o Oniro Camilo, o Atos dos Santos Motta, a Vitalina, a Renata Machado, o Pedro Henrique Kraemer e Luiz Fernando Lemos.

Recebi também representantes da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – Regional Rio Grande do Sul (Assespro/RS), para tratar das preocupações do setor da tecnologia da informação relativas ao projeto que regulamenta a terceirização no País, o PL 4.330.

Aprovado na Câmara Federal, o projeto está em tramitação aqui no Senado. Na reunião, a Presidente da Assespro/RS, Letícia Batistela, e demais representantes da entidade destacaram que a cadeia produtiva de tecnologia da informação deve receber, como eu disse agora, o mesmo tratamento de outros setores, como o setor automotivo.

Lembrei que a terceirização envolve hoje mais de 15 milhões de brasileiros, havendo ainda uma indefinição em relação ao que é atividade-meio e atividade-fim.

Não vou, por isso, votar em medidas que reduzam os direitos dos trabalhadores. E a reunião me deixou muito claro que devo permanecer nisso.

Senador Cristovam, já lhe concedo um aparte. O meu compromisso com as centrais é exatamente o de votar pela emenda do fator previdenciário. A Presidente Dilma, primeiro, disse que ia vetar. Depois, ela recuou e disse que vai encontrar uma fórmula. Pelo menos é uma forma de pressionar o Poder Executivo a fazer alguma coisa.

Então, eu vou votar, independentemente de a Presidente dizer que vai vetar, a questão do fator previdenciário. Eu vou votar pela introdução do mecanismo de 85/95, 85 anos para mulher e 95 anos para homem. Não é a idade, é a soma da idade e do tempo de contribuição. Para a mulher, 85; para os homens, dá 95.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Ana Amélia, esse seu discurso tem uma dimensão muito maior do que os temas específicos sobre os quais a senhora está falando porque traz para nós, claramente, a percepção de como está ficando difícil votar aqui projetos de lei de um governo que não dialoga. Veja os assuntos. Terceirização. Não é um tema simples para votar a favor ou contra. É necessário um aprimoramento das leis trabalhistas. Agora, chega um projeto aqui sem negociar, sem discutir com gente como a senhora e como eu, que temos experiência na área de economia, que temos propostas para esses assuntos. Chega-se aqui e joga-se o assunto, obrigando-nos a votar “sim” ou “não”, ou a fazer uma outra emenda,

com toda a confusão que é votar o texto para depois votar emenda, que a gente não sabe se volta. Aí você fica conivente com a aprovação porque a sua emenda não passou. É claro que tem de haver uma mudança, é preciso se levar em conta a possibilidade de terceirizações, não apenas pelo que a senhora falou, mas porque hoje existem funções que são provisórias. Não tem sentido contratar um funcionário em caráter permanente, com um custo altíssimo para admiti-lo, quando se sabe que daí a seis meses...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... um, dois ou três anos, aquela função já terá sido substituída por um robzinho, por uma máquina, por um computador, por exemplo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Na área de TI, por exemplo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Hoje, as profissões são efêmeras, não duram muito. Eu falo de trabalhadores mesmo no alto nível. Em breve, algumas engenharias deixarão de existir como profissão, porque estará todo o conhecimento embutido num *software*. Então, como é que vai haver estabilidade para um trabalhador em uma profissão que não tem estabilidade? Antigamente, as profissões eram para sempre. Nunca foi para sempre, mas duravam décadas, séculos. Hoje, duram anos. Então, tem de haver um aprimoramento que leve em conta isso, que está acima de terceirização. O que não se pode é tirar direitos. A gente tem é que aprimorar os direitos trabalhistas, ajustá-los à realidade do mundo moderno, que muda todo dia. Só que, quando chega aqui, vem pronto. Aí somos obrigados a votar contra, embora haja alguns aspectos que seriam positivos. Tomemos as MPs do ajuste. Claro que o Brasil precisa fazer um ajuste, por equívoco do Governo que está aí. A senhora e eu fomos os que mais, talvez, entre muitos aqui, alertamos quanto a esses erros. Quantas vezes a senhora e eu, falando ou apartando, alertamos o Governo? De repente, descobrem que realmente fizeram besteira. Não dizem isso, nem conversam com a gente. O Ministro Levy, o Governo, eles monologam bastante, mas entre eles, os amigos, os aliados. Não dialogam com os que alertam, os que têm visão crítica. Esses é que trazem contribuição. Quem traz contribuição não é aliado. Quem traz contribuição é quem tem uma visão diferente, não vou dizer inimigo nem adversário, porque esses têm suas deformações também, prisioneiros que são do calendário eleitoral. Mas há gente que não está prisioneiro do calendário eleitoral. Eu mesmo não me sinto nem um pouco assim. Sou capaz de sentar e discutir. Outro caso: o do fator previdenciário. Do jeito que está aí, a gente pode estar prejudicando trabalhadores, mas tem que dialogar para saber onde é que se vai buscar dinheiro para cobrir o buraco que o fim do fator previdenciário vai provocar. Como eu disse um dia desses, hoje você está entre a irresponsabilidade fiscal de acabar o fator previdenciário ou a irresponsabilidade eleitoral de votar a favor e se suicidar politicamente. Qual é o caminho certo? Não é acabar. A senhora traz a possibilidade realmente dos 90 e dos 80 anos, somando a idade e o tempo de contribuição. São ajustes que a gente tem de fazer. Esses ajustes podiam ter sido pensados antes.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Esses ajustes poderiam ter vindo no projeto do Governo. Poderíamos ter conversado, dialogado. Nós dois vamos fechar aqui, certamente, sem conversar; no fim, vamos estar do mesmo lado, tenho certeza disso. Mas o que acho mais importante no seu discurso, ainda mais do que sua posição sobre isso, que provavelmente é a mesma minha, é essa constatação trágica de que nós estamos entre sim ou não quando poderia ter vindo algo melhor, mais ajustado. A gente precisa fazer ajustes, e não o ajuste ser imposto a nós. Eles querem impor um ajuste sem ajustar o ajuste. Tem-se que ajustar o ajuste com o povo, e o filtro, com credibilidade ou não hoje, somos nós, é o Congresso que dá esse filtro. Mas a gente não vê isso passando por aqui, eu, pelo menos, não tomo conhecimento. Aí o que a gente vê? O PDT, na reunião de sexta-feira, por sugestão do Senador Acir, fechou questão: os seis Senadores vão votar contra as duas MPs. E a proposta não veio de ninguém que tem sido aqui opositor não, veio do Senador Acir, com sua responsabilidade, sua ponderação, sua simpatia pelas propostas do Governo e sua responsabilidade fiscal. Eu diria que ele e eu, dentro do PDT, somos dos que, talvez, mais insistem no rigor fiscal, como a senhora também insiste. Então, felizmente, a senhora está trazendo essa posição, mas eu não sei se a gente vai conseguir quebrar essa muralha que não permite ao Governo sair do monólogo com os que estão do lado dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Cristovam, eu lhe agradeço imensamente, fico muito honrada com seu aparte, até porque eu não acredito que seja a decisão da Bancada do seu Partido aqui, no Senado, em solidariedade ao Ministro do Trabalho, que está defendendo o direito dos trabalhadores, Ministro Manoel Dias, porque as duas medidas, de alguma forma, atingem os direitos dos trabalhadores.

E eu também votarei contra as medidas provisórias por uma simples questão de coerência: entendo que o ajuste fiscal é necessário. Vamos fazer de tudo. Agora, também farei isso com muito melhor grado quando o Governo assumir a responsabilidade e ele cortar na carne, e não tirar direitos dos trabalhadores. "Nem que

a vaca tussa”, Senador, vamos votar alguma coisa nesta Casa que fira os direitos dos trabalhadores. Então, nós temos que ser coerentes...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... com o que nós falamos e com o que nós fazemos. É exatamente isso.

E eu queria, Senador Cristovam, dizer – V. Exª lembrou muito bem – que as funções, hoje, na economia moderna, com a economia globalizada... Por que as grandes empresas estão-se localizando ou na China, ou na Índia ou na Malásia? Pelo ambiente que elas encontram para trabalhar, e não que o trabalhador de lá seja mais qualificado ou menos qualificado. São qualificados, tanto que buscam essa mão de obra, e a remuneração é adequada àquele mercado de trabalho, mas o que eu chamo a atenção, por exemplo, em TI (Tecnologia da Informação), hoje, é que a pessoa não precisa nem ir para o escritório, ela trabalha em casa com o seu computador. E quem é que está marcando o tempo de trabalho dela senão o que ela produziu, o que ela pode fazer em uma hora ou em duas horas? E ela não precisa ficar oito horas parada, sentada ali.

A natureza da atividade mudou, Senador, como bem disse V. Exª, e algumas funções vão perder sentido, hoje, com esse grau de... Agência de viagem hoje. O senhor veja: antes, tinha-se que ir a uma agência; hoje, a pessoa, em casa, pega um computador e marca, faz todo o serviço.

Então, quem estiver criando um *site* como o Decolar.com está criando serviços virtuais. Portanto, nós temos que nos adaptar a uma economia diferente. E aí diferente tem que ser também a relação de capital e trabalho. Sempre, e repetindo aqui, Senador Cristovam, aquilo que é preocupação de V. Exª, minha e da maioria dos Senadores: não vamos votar nada que venha a ferir direito dos trabalhadores. Isso foi consagrado na Constituição de 1988. E eu queria, só para terminar, Senador Jorge Viana, pedir a transcrição, nos *Anais* da Casa, de dois artigos: um, publicado no jornal *O Globo* do dia 5 de maio, do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, do Rio de Janeiro, “O dilema da terceirização”, do Desembargador Paulo Guilherme Périssé, muito equilibrado, muito correto.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E também o artigo do meu amigo, professor e ex-Ministro Antonio Delfim Netto, publicado no dia 6 de maio, na *Folha de S.Paulo*, cujo título é “Salvar o Senado”. Os dois trazem pontos de vista sobre o mesmo tema, a terceirização.

Então, eu queria, com essa minha modesta contribuição, abordar este tema, o qual vamos ser desafiados a tratar a partir de hoje, e amanhã com mais intensidade.

Muito obrigada, Presidente.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELA SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

– “O dilema da terceirização”, artigo publicado no jornal *O Globo*, no dia 5 de maio do corrente ano, do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, do Rio de Janeiro, Desembargador Paulo Guilherme Périssé;

– “Salvar o Senado”, artigo publicado no dia 6 de maio, na *Folha de S.Paulo*, do ex-Ministro Antonio Delfim Netto.

Sen. Ana Amélia

Delgói Netto -

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O dilema da terceirização

PAULO GUILHERME PÉRISSÉ é presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (1ª Região-RJ)

O Globo – 10/05/2015

O tema da chamada terceirização está posto no debate público com a aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 4330/04. A polêmica vigorosamente estabelecida na mídia deixa transparecer a sua importância no cenário das relações de trabalho, até hoje orientadas, principalmente, pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Antes de tudo, vale recordar que, sob o ângulo dos negócios, a terceirização é uma forma de organização do trabalho cujo maior objetivo é dinamizar a produção, com a melhoria dos seus níveis de eficiência.

Há muito tempo, a moderna gestão destaca que o seu propósito é o incremento da produtividade, com a compartimentalização do trabalho dentro daquilo que cada organização sabe fazer melhor.

No plano jurídico, diversos países lidam com o assunto, oscilando desde aqueles que permitem a livre organização sem maiores restrições e aqueles que procuram estabelecer um equilíbrio entre o aumento da eficiência e a preservação da qualidade do emprego.

No Brasil, a adoção dessa estratégia por setores produtivos nas esferas privada e pública repercutiu no Judiciário trabalhista, com o aumento das demandas relacionadas ao tema nos anos 1990, o que conduziu à edição da súmula pelo TST para tratar do assunto.

Sinteticamente e procurando recuperar essa trajetória, foi criada uma referência jurídica, não apenas para os juízes, mas para todos aqueles que exercem alguma atividade produtiva formal.

Como critério, foi estabelecida a separação entre as atividades fim e meio, admitindo-se a terceirização nesta última por dizer respeito a todo trabalho não relacionado com a atividade econômica principal desempenhada pela organização. Assim, por exemplo, em uma metalúrgica, o trabalho de limpeza ou vigilância poderia ser prestado por uma empresa especializada nesse tipo de serviço, já que não era o foco do negócio da contratante.

A partir desse ponto, as demandas judiciais relacionadas ao tema foram deslocadas da possibilidade ou não de terceirização para a responsabilidade por reparações aos trabalhadores das companhias contratadas, quando sofressem eventuais lesões no curso do contrato.

O ponto de equilíbrio foi alcançado com a responsabilização subsidiária do tomador dos serviços, caso a empresa contratada não cumprisse os seus compromissos com os trabalhadores.

Isso ocorreu, recentemente, com os trabalhadores terceirizados do Comperj. A ideia básica desse caminho é de que, ao contratar, a tomadora tem o dever de fiscalizar a execução do contrato e, não o fazendo ou exercendo-o mal, deve reparar os danos causados aos trabalhadores. Esta, por sinal, é uma obrigação inerente à própria qualidade da gestão do negócio e, vale ressaltar, que grande parte das empresas é diligente nesse ponto e os casos levados à Justiça são localizados no universo da atividade produtiva.

O grande debate atual é, portanto, para a regulamentação de forma inclusiva. No Brasil as associações de magistrados têm procurado esclarecer os seus pontos de vista e os seus compromissos com a qualidade do emprego.

Quando falamos em precarização, estamos pontuando que o incremento da formalização do mercado de trabalho no país precisa estar acompanhado da valorização dos serviços, tanto em termos de remuneração e qualificação, como preservação de um ambiente de trabalho seguro.

Se a competição interna ou externa é uma variável a ser considerada na sua organização, a opção pelo rebaixamento da qualidade do emprego com a terceirização em qualquer nível não parece ser uma estratégia oportuna para uma economia do tamanho da brasileira. Nossa dimensão nos permite um olhar estratégico para o futuro que concilie a melhoria da produção com a qualidade do emprego e o incremento da remuneração e da qualificação dos trabalhadores com a maior produtividade.

Antes de tudo, o debate atual representa uma escolha crucial para o futuro das relações de trabalho no nosso cenário.

O Senado terá agora a oportunidade de avançar com essa agenda para além das disputas político-partidárias, com sabedoria; afinal, o que está em jogo, acima de tudo, é um dos pilares de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável.

*Sen. Ana Amélia***DOCUMENTO A QUE SE REFERE***Artigo de Antonio Delfim Netto – 06/05/2015 – Folha de S.Paulo***Salvar o Senado**

Não se viu, nos últimos 30 anos, um debate tão mal informado e sem base empírica quanto o que se processa hoje em torno da "terceirização". Passa longe da realidade fática. Concentra-se num pobre conflito de interesse de cúpulas sindicais que se escondem na confusão construída artificialmente pela Justiça do Trabalho, que, com frequência, substitui-se ao Congresso.

Não se restringe a interpretar e aplicar a lei: legisla por conta própria. E nem sempre a favor do trabalhador, que merece os direitos impressos na Constituição, mas os quer com a permanente ampliação do emprego e do salário real, o que exige a aceleração do crescimento da economia. Mas "crescimento econômico" é apenas o nome fantasia dado ao aumento da "produtividade média do trabalhador".

Em qualquer economia (capitalista ou socialista) vale a identidade: crescimento do PIB = crescimento da população + crescimento da produtividade média do trabalhador. Hoje o crescimento do PIB no Brasil é nulo porque a população cresce a 1% ao ano e a produtividade média decresce (é negativa) 1% ao ano. A revolução demográfica sugere que dificilmente a população crescerá mais do que 1% ao ano. Se quisermos, como precisamos, crescer a 4% ao ano, só para melhorarmos lentamente com relação ao crescimento mundial, a produtividade média do trabalhador precisa crescer a 3% ao ano.

Como acelerar a produtividade do trabalhador sem retirá-lo os direitos garantidos, num mundo onde a globalização exige que as empresas: 1º) se estruturem para ganhar competitividade e 2º) se integrem às cadeias produtivas mundiais transacionando bens e serviços especializados aproveitando as vantagens da divisão do trabalho e das economias de escala?

O Senado pode salvar o dia iluminando o debate com a convocação de audiências públicas para superar a "gritaria" que ignora a "realidade".

A teoria econômica das empresas e a pesquisa empírica progrediram dramaticamente desde a contribuição de R. Coase (1935). Será um escândalo não ouvir o conhecimento teórico e empírico de uma plêiade de bons profissionais da nossa academia e assustar-se com a demagogia que se abateu sobre a parte mais reacionária da "esquerda" brasileira.

Não se trata de saber se o que essa supõe "idealmente" poderia acontecer se o mundo fosse o que ela "inventa", mas o que se sabe, empiricamente, sobre o problema no cruel mundo "real" em que vivemos. Menos imaginação e mais fatos, por favor!

Lembremo-nos de que só o aumento da sua produtividade (o desenvolvimento econômico) poderá dar conforto aos nossos trabalhadores e ampliar a inclusão social já conquistada.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senadora Ana Amélia, pelo discurso, pelo posicionamento e pelos temas que traz para o debate no plenário.

Convido, para fazer uso da palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias. Em seguida, o orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, rapidamente, eu recebo, do Prof. Dr. Paulo Roberto Brofman, um importante cirurgião paranaense, a solicitação para difundir o teor de uma nota da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular sobre a crise da cirurgia cardiovascular. Não poderia deixar de atender a esse pedido, esse pleito de trazer à tribuna do Senado preocupantes contornos do colapso no atendimento cirúrgico cardiovascular em nosso País, que atinge hospitais, profissionais e pacientes.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, representando os cirurgiões do Brasil, reunida de forma extraordinária em sua sede na capital paulista, analisou a preocupante situação da assistência cirúrgica aos pacientes portadores de doenças cardiovasculares.

Segundo o comunicado, constatou-se um grave e iminente risco de colapso no atendimento cirúrgico, em especial às crianças cardiopatas, com diminuição progressiva e acentuada no número de cirurgias cardiovasculares realizadas nos últimos cinco anos, além da não incorporação de novas tecnologias, e, por esse motivo, resolve-se alertar todas as autoridades para que se estabeleça uma interlocução imediata de discussão e equacionamento dos problemas existentes, preservando-se o legítimo direito da população de acesso universal à saúde.

Considerando-se que no ano de 2014, computando procedimentos SUS, particulares e convênios, chegou-se a um número total de 92.106 cirurgias cardiovasculares, enquanto que, em 2010, foram 102.300, pode-se constatar que houve um decréscimo em torno de 10 mil cirurgias, com fechamentos de hospitais e serviços de alta complexidade.

Conforme ressalta o Presidente da Sociedade Brasileira, Dr. Marcelo Matos Cascudo, todo o sistema de atendimento em cirurgia cardiovascular, compreendendo hospitais, profissionais de saúde e indústria de equipamentos biomédicos, passa por dificuldades que podem se tornar insuperáveis se não tiverem a ação devida dos órgãos competentes. Isso certamente acarretará o desmonte do Sistema Público de Alta Complexidade e em particular a cirurgia cardiovascular, com danos irreparáveis ao equilíbrio da sociedade.

E prossegue afirmando: “há que se ressaltar a importância da manutenção do bom funcionamento dessa especialidade, uma vez que as doenças cardiovasculares são responsáveis por 32% das mortes no País”.

Nesse contexto, a Sociedade decidiu tornar pública sua preocupação e iniciar contatos com autoridades constituídas para partilhar os problemas e equacionar soluções. Foram destinatários da referida nota: Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério Público Federal, Presidência da Câmara e do Senado, Líderes dos Partidos Políticos, Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina, Tribunal de Contas da União, Federação Nacional dos Médicos, Federação Nacional dos Hospitais, secretários estaduais de saúde, entre outros.

E amanhã, a partir das 9h, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, teremos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos exatamente para debater essa situação de crise da cirurgia das doenças cardiovasculares, enfim, envolvendo a saúde pública no País. Aliás, repito, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 32% das mortes no País, fato que exige responsabilidade da autoridade pública diante da crise denunciada pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular.

A situação é alarmante! Não podemos ignorar um cenário de crise como o que se instalou na cirurgia cardiovascular em nosso País. As providências são absolutamente imprescindíveis, com urgência. Esperamos que nessa audiência pública de amanhã, com autoridades do setor, seja possível encontrar soluções para esta crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu convido, então, para fazer uso da tribuna o Senador Cristovam Buarque. V. Exª tem a palavra, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu não lembro quantas vezes, Senador, mas sei que foram pouquíssimas as vezes em que vim aqui ler um discurso, e nunca escrito por outros. Hoje, vou

ler um texto de jornal chamado *O Futuro já está perdido*, que nada tem a ver com economia, nada tem com MP, nada tem a ver com terceirização, escrito pelo jornalista Clóvis Rossi, que ontem vi no jornal *Folha de S.Paulo*.

Eu digo que vou ler, mas, na verdade, já falei muitas vezes sobre essas coisas aqui. O Brasil está deixando de ser o país do futuro, expressão inventada por um escritor austríaco que aqui morou e aqui morreu, nos anos 40. Mas, a maneira como o Clóvis Rossi trouxe o assunto, o título *O Futuro já está perdido*, faz com que eu queira debater o assunto.

Ele traz algo bem concreto, que nunca falei aqui, até por que aconteceu esta semana.

Mas, assim ele começa:

Sai mais um *ranking* internacional, e o Brasil, outra vez, passa tremenda vergonha [na ordem em que está o Brasil nessa classificação, nesse *ranking*].

Trata-se do relatório sobre o capital humano [ou seja, capital que está dentro da cabeça dos brasileiros, diferentemente do capital das máquinas, do capital que está na conta bancária, do capital que é a terra, do capital que são as máquinas agrícolas... Não! O capital que está na cabeça e nas mãos das pessoas, porque muitos trabalhos ainda são manuais.]

Trata-se do relatório sobre o capital humano, um estudo que o Fórum Econômico Mundial [uma entidade muito séria, mundial] vem preparando desde 2013, para medir o êxito dos países em treinar [ele escreveu adestrar], desenvolver e preparar [para a vida] a sua gente [a sua população], essa a que o Fórum chama de 'o grande ativo de cada Nação'.

Por que o grande ativo e não apenas um ativo? Porque esse aqui é o verdadeiro capital do futuro. A máquina é um capital provisório porque, em seis meses, alguém vai inventar uma máquina melhor. E como é que se inventa uma máquina melhor? Com a engenharia que está na cabeça das pessoas.

O capital físico é provisório, não dura muito. O capital que dura é o capital que está na cabeça das pessoas e que essas pessoas colocam-no como coisa concreta; antes que, obviamente, cada uma delas morra, porque provisório somos todos nós.

O Brasil ficou em humilhante 78º lugar [ou seja, o Brasil ficou em 78º] entre 124 países [incluindo os mais pobres do mundo]. Por si só [diz Clóvis Rossi], já seria um vexame suficiente, mas, em se tratando de Brasil, tudo que é muito ruim sempre pode piorar.

O que ele mostra que piorou aqui? É que nós estamos em 78º lugar no mundo em capital humano, em capital inteligência, ou seja, isso quer dizer que o Brasil está em 78º lugar em inteligência! Mas o que ele diz aqui:

Nesse caso, há pelo menos três itens que tornam o cenário ainda mais devastador [é a palavra que ele usa].

1 - O que empurrou o Brasil ao fundo [da classificação] foi o desempenho no preparo dos menores de 15 anos [Ou seja, o Brasil está ruim na formação de inteligência. Mas o Brasil está ainda pior na formação da inteligência daqueles que têm menos de 15 anos! Por isso, o título: 'O Futuro já está Perdido', porque o futuro está nesses que têm menos de 15 anos.], idade crucial. Nesse capítulo, a posição brasileira [ele diz] é de chorar: 91º lugar.

E realmente é de chorar. O Brasil está em 78º, na posição da inteligência em geral. Mas na formação da inteligência dos que têm menos de 15 anos, o Brasil está em 91º lugar. Isso quer dizer que, entre os que estão em 78º, como o Brasil, e os que estão em 91º, os que estão no meio vão subir e nos passar, porque eles estão preparando um pouquinho melhor, embora estejam ruins, os que têm menos de 15 anos. Isso quer dizer que, daqui a mais 5 ou 10 anos, estaremos piores do que hoje na classificação mundial de preparo de inteligência, preparo de capital humano.

Pesou em especial [diz o artigo] o que o relatório chama de [entre aspas] – 'taxa de sobrevivência em educação básica',

Taxa de sobrevivência são aqueles que se matriculam e não chegam ao final. O Brasil está entre os piores do mundo na sobrevivência dentro da escola, aquilo que eu já falei aqui tantas vezes: nós comemoramos o fato de termos 95 ou 97% matriculados, mas não percebemos que matriculados não significa frequentando, frequentando não significa assistindo, assistindo não significa permanecendo, permanecendo não significa aprendendo, Senador Ataídes. É uma mentira quando dizemos que há 97% das nossas crianças na escola. É uma mentira! O que é verdade é dizer que estamos conseguindo matricular 97% nas primeiras séries, mas elas não sobrevivem, como diz esse estudo.

ou seja, a capacidade de o aluno sair [ele colocou entre aspas] ‘vivo’ do ciclo básico [é pequena].

Nossas crianças, Senador Ataídes, morrem no processo, intelectualmente, porque não chegam ao final da educação de base e, quando chegam ao final da educação de base, que é o final do ensino médio, foi um ensino deficiente. Nossas crianças não estão sobrevivendo. Nossas escolas são crematórios de cérebros. Por isso, nós estamos em 91º lugar no mundo, Senador Ataídes, no preparo de crianças e jovens com menos de 15 anos – 91º, Senador!

O jornalista diz que é de chorar. E é mesmo de chorar. Se qualquer país do mundo quisesse invadir o Brasil, já teria invadido, fazendo com que a escola não fosse boa.

E o artigo continua:

Como se sabe, houve um avanço considerável da universalização do ensino básico, dado, obviamente, positivo, a partir [segundo ele] de Fernando Henrique Cardoso.

Eu acho até que começou um pouco antes, essa universalização, agora, cresceu, realmente, no governo dele, graças ao Bolsa Escola, porque, queira ou não, lá, está escrito que tem que frequentar a escola para receber a bolsa. Houve um aumento sim,

mas o novo relatório [esse que ele cita] mostra que isso é insuficiente. Não basta pôr as crianças na escola; é preciso que elas sobrevivam na escola.

Nossas crianças não sobrevivem. Quarenta por cento chegam ao final do ensino médio, Senador Ataídes. Agora, o que a gente não diz é que, desses quarenta por cento, a maior parte chega promovida automaticamente, pela chamada promoção automática. Chega, depois de meses e meses de greve de seus professores durante o curso. Somem dois meses de greve por ano que, em três anos, a gente tem um semestre completo. É assim que eles chegam.

Aí, ponto 2, que o jornalista coloca:

Olhando-se apenas a posição no *ranking* dos países latino-americanos e do Caribe [veja bem agora], 78º no geral do Brasil. Quando a gente vai apenas aos países [aí, ele diz], aí dá vontade de matricular-se no clube dos portadores de complexo de vira-lata [porque, aí, realmente é de matar de vergonha]. O Brasil, sétima ou oitava economia do mundo, dependendo do momento, é apenas a 13ª dos países latino-americanos e caribenhos em matéria de tratamento digno de seu capital humano.

Décimo terceiro, somando todos os países da América Latina. Perde para Chile, Uruguai, Argentina, Panamá, Costa Rica, México, Peru, Colômbia, El Salvador, Bolívia, Paraguai e Barbados. Por isso o título: “O futuro já está perdido”. Ele pode ser recuperado, mas, hoje – hoje –, o futuro do Brasil está perdido. Hoje. E não é por causa da crise econômica que vai superar. É porque nossos jovens não estão sendo preparados, é porque o grande capital econômico do futuro, o Brasil, é 78º lugar no mundo, Senador.

Entre os que têm menos de 15 anos, estamos no 91º lugar, mesmo entre muitos países latino-americanos.

Ficar atrás dos três primeiros já é ruim [vou repetir os três primeiros, Chile, Uruguai e Argentina], mas até compreensível, na medida em que são países que historicamente tiveram nível educacional razoavelmente elevado.

Mas perder até para países tão pobres como El Salvador, Bolívia e Paraguai [como ele diz aqui] é uma obscenidade.

É uma imoralidade! E é mesmo uma imoralidade nacional! Não vou culpar o Governo atual nem o anterior nem o anterior nem o anterior. É nossa responsabilidade! É uma imoralidade!

E aí ele continua, com a terceira razão que ele dá para mostrar que a situação é ainda pior do que estar em 78º lugar: “3 - No âmbito dos Brics, que são só cinco, o Brasil fica exatamente no meio: perde de Rússia e China, ganha de Índia e África do Sul”.

Com a Índia, não dá para compararmos, porque a Índia é um país de mais de um bilhão de habitantes, não com *apartheid*, mas com castas. A África do Sul é um país que faz apenas 20 anos que saiu do *apartheid*, e a maioria da sua população, a população negra, era completamente excluída. Mesmo assim, a África do Sul vai nos superar, com o esforço que vem sendo feito desde o governo Mandela.

Nesse grupo [dos Brics], um detalhe importante: por mais que a China seja um grande êxito de público e de crítica nos últimos muitos anos, sua posição no *ranking* de capital humano é ruim, 64º.

Mas, do 78º para o 64º lugar, são 14 pontos na nossa frente! A China, com 1,3 bilhão de habitantes, com décadas e décadas de exploração, com períodos de guerras internas muito fortes, está ainda em 64º e, portanto, bem à frente do Brasil. A China optou por uma estratégia que vai dar certo, eles estão investindo por cidade. No *ranking* mundial, as duas cidades melhores hoje são chinesas: Hong Kong e Xangai. Eles investiram aí. Agora, estão investindo em mais algumas e vão, sim, chegar a ser um dos melhores.

E aí continua:

Parece, pois, evidente que crescimento espetacular [como tivemos], por si só, não é suficiente para preparar o capital humano para os desafios do mundo moderno. É uma impressão reforçada pelo fato de que dois países que enfrentam ou enfrentaram uma crise econômico-social terrível [...]

Veja isto aqui, Senador Ataídes! Todo mundo sabe onde estão a Grécia e a Espanha: uma é a 40ª; a outra, a 41ª. Estão muito mais na nossa frente! Aqui se diz que eles “tratam seu capital humano melhor do que a China e melhor que qualquer um dos países latino-americanos, nos quais ou não houve crise ou ela foi mais suave”. Tivemos crise econômica mais suave que a deles, e eles estão muito melhores.

Termina o artigo dizendo:

Alguém ainda acha que o ajuste fiscal de Joaquim Levy basta para mexer com esse vexame?

Ele termina com essa pergunta.

Vou deixar o ponto de vista da minha leitura do artigo.

Passo a palavra ao Senador Ataídes e quero, depois, fazer um fechamento, agradecendo ao jornalista que me fez fazer o que não costumo: ler artigo, ler discurso. Não leio discurso, mas esse me pareceu muito apropriado. É tão importante levar essa denúncia além do jornal, que decidi trazê-la aqui, nesta tarde.

Ouçó o Senador Ataídes.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Cristovam, obrigado pelo aparte. Quanto a esse assunto sobre o ensino educacional no Brasil, desde quando cheguei a esta Casa, em 2011, vejo V. Exª, nessa tribuna, sempre batendo na tecla de que o método do nosso ensino, principalmente do básico, está na contramão de tudo. Tenho acompanhado seus discursos. Li esse artigo e também fiquei indignado, Senador Cristovam. O problema da evasão é muito grave no nosso País. A história do Pronatec, do tão falado Pronatec, só para se ter uma noção – ela vai na mesma linha, porque se trata de educação profissional –, é gravíssima! Nós estamos diante de um dragão jorrando fogo, que é o desemprego. Precisávamos e precisamos de mão de obra qualificada. O Pronatec disse que houve oito milhões de matrículas. Só que as próprias entidades que ministraram esses cursos disseram, afirmaram que mais de 60% foram evasão! Dessa forma, não vamos qualificar essa mão de obra no País. Certa vez, Senador Cristovam, eu disse o seguinte: não adianta fazer escolas modernas e gastar milhões fazendo escolas. É necessário, sim – inclusive, sou extremamente a favor –, que haja escolas de ensino integral neste País, mas é preciso que se deem todas as condições para o aluno. Não basta investir na construção de novas escolas etc.. Sempre digo que se tem de investir no corpo humano da educação. Enquanto não se investir no corpo humano da educação, percebo que vamos caminhar daqui para pior. O professor tem de ser tratado com muito respeito, tem de ser valorizado, tem de ser respeitado. E é exatamente isso que não tem acontecido no nosso País. Pelo menos é isso que vejo no meu querido Estado do Tocantins, o professor é tratado como um trabalhador qualquer. Não! Ele prepara a criança para o mundo. Então, é um tema extremamente delicado. Isto determina o futuro de uma nação: a educação. Então, quero parabenizá-lo. V. Exª carrega sempre essa bandeira, e vejo que, às vezes, V. Exª o faz meio sozinho. Mas continue, continue, porque nós precisamos um dia mudar essa realidade no nosso País. Parabéns, Senador Cristovam!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador. Provocado, talvez, pela sua fala, lembro que evito sempre fazer discurso crítico sem trazer propostas. Fiz este discurso crítico não ao Governo ou a tal partido. Faço uma crítica a nós brasileiros. E vou trazer a proposta para sair disso. De três coisas a gente precisa. Primeiro, precisamos querer. Nós não queremos. O Brasil não põe educação como valor central. Não queremos isso, temos de assumir isso. A educação é relegada. O Brasil é o País do imediatismo, e a educação demora a dar resultados. Por isso, quando se fala em universidade, todo mundo quer, mas, quando se fala em alfabetizar, as pessoas não estão nem aí, porque a educação de base leva 11 anos. As pessoas querem já entrar na universidade sem passar pelo ensino médio. Tem de querer, e o Brasil não quer. Não é meta brasileira.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu não estou falando dos Governos Dilma, Fernando Henrique, Lula ou Sarney. Não! O Brasil não põe a educação como valor central. Os outros países que estão lá na frente a puseram nessa posição.

Segundo, já que quer, é preciso assumir, fazer o que é preciso e gastar o que é preciso, dentro dos limites que o Brasil tem.

Não adianta querer propor uma coisa que não existe. Por exemplo, dinheiro nós temos – vou mostrar que não custa muito –, mas não temos professores hoje para fazer essa revolução. A gente vai ter de, primeiro, decidir pagar bem ao professor, para que jovens queiram ser professores, para selecionar os melhores, para formar os melhores. Isso leva anos, não vai ser rápido. Mas, primeiro, o Brasil tem de querer. Segundo, tem de assumir que vai fazer, tem de assumir os custos. Como é que a gente faria isso?

Terceiro, é preciso implantar. Para implantar, Senador, basta a gente fazer algumas coisinhas.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Primeira coisa: é preciso que haja uma carreira de professores bem selecionados, bem preparados, muito dedicados, bem avaliados ao longo da sua carreira. Esse negócio de que não se avalia professor é para quem não gosta de educação, porque tudo de que a gente gosta a gente avalia. A gente avalia o médico. O piloto do avião que a gente toma é avaliado a cada tanto tempo. O professor tem de ser avaliado também. Os Senadores aqui são avaliados a cada oito anos.

Segundo, professor só funciona realmente bem numa escola boa. Não adianta dar uma aula boa se a cadeira está quebrada, se o menino fica em pé por seis horas, por exemplo. A escola tem de ser confortável, bonita, agradável, com equipamentos modernos, com televisão, com computador. Quadro-negro é uma coisa do passado. Só deveria ser permitido quadro-negro no museu. Uma aula dada a uma criança de hoje num quadro-negro é como se o senhor e eu viajássemos de carruagem, de carroça.

Então, as escolas têm de ser bem equipadas e funcionar em horário integral. Para fazer isso, Senador, para a gente implantar isso, custaria R\$10 mil por criança por ano. Isso não se faz de repente. Em 20 anos, vamos supor, são R\$55 milhões. Dez custariam R\$550 bilhões. Nosso PIB, hoje, já é de R\$5 bilhões. Bastavam os 10% do PNE, mas é preciso destinar 10% do dinheiro para a universidade e para outras formas de educação. Mas, em 20 anos, se o PIB crescer 2% ao ano, a gente vai ter no final um PIB, que hoje é de R\$5 bilhões, chegando a R\$7 bilhões ou a R\$8 bilhões. E 2% não é muito imaginar.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Neste ano, vai haver recessão, mas isso é exceção na história do Brasil.

Isso não vai custar, pelas minhas contas, 7%, e a lei do PNE obriga 10%. Além disso, desses R\$550 bilhões, já se gastam uns R\$400 bilhões. Não é muito, gente! O mais difícil, depois de querer, depois de assumir e de implantar, é saber como fazer. Eu não vejo outra maneira: isso tem de ser feito a partir de um projeto federal, nacional, sobre o qual eu e o senhor já conversamos. Não há como fazer isso com recursos municipais.

Olhe, na próxima semana, o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Dr. Paulo Ziulkoski, vai estar aqui. Eles estarão desesperados, porque não têm como pagar o piso salarial, não têm como manter as escolas. A gente vai deixar que esses prefeitos voltem, sem dizer como vai ser possível manter as escolas deles? E eles vão aceitar que suas crianças sejam sacrificadas porque eles não têm recursos? Como é que a gente resolve essa equação? Se não há recursos, sacrifica-se a criança? Há outra maneira, com recursos que vêm de fora, da Nação brasileira, do conjunto dos brasileiros, do Governo Federal, ao longo de 20 anos, adotando as escolas que hoje são dos pobres Municípios.

Por que não adotar escolas? Quando um banco quebra, o Governo o adota! Banco não quebra, para proteger a gente, que é correntista. Por que a gente adota banco, para não quebrar, e não adota uma escola que já quebrou? Qual é a moral disso? Qual é a lógica disso? Não existe! Existe desprezo.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não se dá valor as coisas. Não existe lógica nem ética no desprezo à educação. É burrice nacional! É imoralidade nacional ou obscenidade, como chama Clóvis Rossi.

Senador, eu concluo.

Espero que os prefeitos cheguem aqui na posição de dizer: "Senhora Presidente, minhas crianças também são brasileiras. Por favor, adote as escolas da minha cidade, porque não tenho recursos para mantê-las!" E vamos ver se a Presidente manda isso para o MEC e para o Ministério da Fazenda, para ver se isso é possível, em quanto tempo é possível e como fazer.

Espero que os prefeitos cheguem aqui preocupados com a ilegalidade em que se encontram por não estarem cumprindo as leis e que eles não se esqueçam das crianças das suas cidades. E a única maneira de combinar a legalidade, que está ameaçada, com as crianças, cujo futuro também está ameaçado, é a federalização da educação, é a adoção das escolas pelo Brasil. O Brasil tem de adotar suas crianças.

É isso que um artigo como esse poderia nos trazer como exemplo. O futuro já está perdido, mas ainda podemos reencontrar o futuro. E esse reencontrar o futuro é pela educação das nossas crianças, e essa educação só vira com o processo de adoção das escolas pelo Governo Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam.

A Presidência tem a satisfação de comunicar ao Plenário e a todos os que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado que temos a grata satisfação, a honra de receber um atleta olímpico, Fernando. Desculpe-me, Xuxa Scherer.

Você é muito conhecido. Desculpe-me o mau jeito no almoço.

Ele estava com a direção do Senado e está aqui como parte de um programa que o Senado Federal tem implementado, que começou com a vinda do Oscar Motomura, um amigo, umas das maiores figuras brasileiras na gestão de pessoas, na busca de inovação e de excelência em tudo o que faz.

Esse atleta olímpico é um exemplo de superação, exemplo para a nossa juventude. É motivo de orgulho para todos nós do País estar aqui hoje participando da abertura do Programa de Formação Gerencial do Senado. Eu, como Vice-Presidente da Casa, tenho a satisfação de cumprimentar toda a Mesa Diretora e todos os que trabalham por esse programa. Devo dizer que os chefes de gabinete, todos os que têm cargos de chefia têm agora a oportunidade de participar desse programa tão importante de formação gerencial do Senado, que é feito da maneira, talvez, mais apropriada: trazer pessoas. O Fernando Scherer faz isso. Ele dá palestras, tenta levar motivação, tenta mostrar que é possível superar dificuldades quase intransponíveis na vida e é possível buscar excelência.

Eu sei de um caso de superação dele mesmo, que ele cita nas palestras. Pouco antes de disputar uma prova olímpica, a poucas semanas da prova, ele teve um problema gravíssimo no pé, e um nadador, com um problema ósseo desse tamanho, não tem como participar nem mesmo de uma competição. Em poucas semanas, com determinação, com vontade de superar dificuldades, ele não só foi para a competição como ainda trouxe uma medalha olímpica para o País.

Esse tipo de vida, de situação, talvez seja o melhor exemplo que o Brasil precisa, Senador Cristovam, que falou ainda há pouco, para ter um futuro com que todos nós sonhamos.

Eu sou bem otimista em relação ao nosso Brasil. Acredito que as Olimpíadas, no ano que vem, vão deixar o legado fantástico no coração de cada brasileiro de cada jovem, de que o esporte é algo fantástico para nos ajudar a ter qualidade de vida, para nos ajudar a superar, inclusive, os desafios do trabalho.

Eu queria, mais uma vez, cumprimentar a Diretora-Geral do Senado, a Secretária da Mesa. Aqui está o Bandeira, que é também um entusiasta desse programa.

Vários fizeram cursos com o Oscar Motomura aqui, no Senado. Ele me usa, de vez em quando, como um caso. Participo periodicamente de programas de formação e fico feliz de o Senado estar procurando chegar à excelência, ter um quadro extraordinário de funcionários, mas precisa ter figuras como esse atleta, que é motivo de orgulho, o Fernando Scherer, o Xuxa, que está aqui, e já deixou, certamente, uma extraordinária mensagem. Lamento não ter estado lá, porque estava presidindo, mas quero cobrar a direção do programa para que avise aos Senadores. Eu quero estar presente nesse programa também, de formação gerencial do Senado.

Senador Ataídes, vou passar ao Paim, para poder usar a tribuna para o meu discurso, mas escuto o Senador Ataídes com satisfação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Só fazer um registro. Quero agradecer também a presença do Xuxa.

Quero dar um testemunho, Xuxa. O meu filho, Tiago Kückelhus, disse-me algumas vezes que tinha orgulho de poder nadar ao seu lado no Pinheiros.

Parabéns! Vou aí pegar na sua mão, com todo o prazer.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra ao 1º Vice-Presidente da Casa, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, mais uma vez eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Venho à tribuna, Presidente Paim, querida colega Gleisi Hoffmann, Senador Cristovam, Senador Ataídes, primeiro para prestar conta de uma viagem que acabei de fazer, para participar do Fórum de Florestas, nas Nações Unidas. Foi uma viagem corrida. Saí daqui à noite, de quarta para quinta, fiquei dois dias participando desse evento, nas Nações Unidas, e retornei no sábado para o Brasil.

A ONU tem pautado um debate sobre o clima. O Secretário-Geral, Ban Ki-moon, no ano passado, fez uma conferência com Chefes de Estado exclusivamente para debater as mudanças do clima. A partir da RIO 92, também foi colocada como desafio para os países a edição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – esse é o grande legado da Rio+20 –, e há uma expectativa enorme de que este ano, em setembro, possa haver os ODSs, como são conhecidos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nós temos também, em setembro, uma posição das Nações Unidas sobre as mudanças do clima, que vai culminar com a COP, de Paris. Todos temos a expectativa de que se tenha firmado documento que vai suceder Kyoto.

Isso é fundamental. Nunca esteve tão evidente a preocupação com o clima do Planeta, com a mudança do clima, a preocupação com a presença mais extremada das temperaturas, seja para mais ou para menos. E todo esse debate tem vínculo direto com as florestas.

O Brasil tem a maior área de florestas tropicais do Planeta. O Brasil possuía, há oito mil anos, 9,8% das florestas mundiais. Hoje, 28% das florestas estão aqui, no Brasil. Isso deixa definitivamente bem claro que muitos continentes destruíram completamente suas florestas, e aquilo que representava apenas 9% das florestas do mundo, hoje 28% delas estão no Brasil, o que demonstra claramente uma diminuição, em alguns lugares, radical da cobertura florestal no Planeta. Dos 100% de florestas originais da África, são mantidas apenas 7%. A Ásia mantém apenas 5% de tudo o que tinha de floresta oito mil anos atrás. Na América Central, são menos de 10%. E a Europa é o caso pior, pois só tem 0,3% das florestas originais, 0,3%!

Eu não estou dizendo, eu não estou deixando de reconhecer que há muita floresta plantada na Europa. Aliás, a floresta plantada na Europa, felizmente, cresce. Isso é muito bom. Mas, de floresta original, tem-se apenas 0,3% do que se tinha oito mil anos atrás, embora tenhamos que mencionar o esforço de reflorestar para o uso comercial, turístico. Não é possível ignorar que 99% das florestas primárias europeias foram substituídas por cidades, plantações ou florestas plantadas.

Aqui, no Brasil, 69%, ou seja, 70% das nossas florestas são ainda primitivas. Esse é um número interessante. Inclusive, dei uma entrevista para a Rádio ONU, a rádio das Nações Unidas. Participei de uma equipe coordenada pelo Embaixador Patriota, Antonio Patriota, que é o chefe da representação do Brasil junto às Nações Unidas. Havia uma equipe do Itamaraty muito competente nas negociações. Cumpriram um papel de protagonismo de fato, coordenados, obviamente, pelo embaixador, e fizeram um trabalho junto com o Raimundo Deus Dará, que é chefe do Serviço Florestal Brasileiro, que também estava presente. Então, juntamos a equipe do Itamaraty. Eu posso dizer que colaborei muito por conta da minha preocupação com esse tema, e o Manoel Sobral Filho, que trabalha também na diretoria do secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas e que foi ex-Presidente da ITTO, hoje é um “ajudador”, cumpre uma função importante, representa o Brasil no secretariado do Fórum sobre Florestas.

Não foi nada fácil a negociação. Foi importante a presença do Senado brasileiro, já que o Brasil é o país que mais tem floresta no Planeta hoje; florestas nativas, primitivas. A maior área de florestas, óbvio, está na União Soviética, mas a marca de maior área de floresta nativa pertence ao Brasil.

Devo dizer que o Brasil hoje, depois da aprovação do Código Florestal e da Lei de Acesso à Biodiversidade, é o país que tem duas referências. Ele parou de ser o País do desmatamento. Ele era responsável por aproximadamente 4% das emissões que levam à mudança do clima, dez, doze anos atrás. O Brasil colaborava para a piora do clima do Planeta, e hoje se têm reduzido muito as suas emissões no Brasil, graças à redução do desmatamento que ocorreu no Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma.

Vale ressaltar que alguns pessimistas que tentavam falsear as informações técnico-científicas sempre tentam trabalhar no sentido de que o desmatamento vai aumentar, de que o desmatamento ia voltar aos vergonhosos indicadores que nós tínhamos há quinze, vinte anos com o novo Código Florestal. E não foi nada disso que aconteceu. Temos problemas, sim; temos áreas onde precisamos ter uma ação mais efetiva, mas o novo Código Florestal não só não colaborou para mais desmatamento como passou a ser um instrumento poderoso para pôr fim ao desmatamento ilegal. Eu acho que o Brasil, com o novo Código Florestal, tem condição de zerar o desmatamento ilegal, já que a supressão de florestas tem espaço legal para ocorrer. Diferentemen-

te de outros países do mundo, o Brasil estabeleceu limites para que uma propriedade possa fazer uso de suas florestas nativas e com diferenças grandes de um bioma para outro.

Eu queria dizer que, hoje, o Brasil está fazendo valer, com o novo Código Florestal, o mais ousado programa de digitalização de propriedades no mundo: o CAR (Cadastro Ambiental Rural). A Ministra Izabella, o Governo Federal acabou de prorrogá-lo. E devo dizer a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que um dos Estados que menos têm feito o Cadastro Ambiental Rural é o de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul, o que é lamentável. E vou dizer: o Estado que está mais avançado, em que mais de 90% das propriedades já fizeram, é o meu. E um dos mais avançados é o Mato Grosso, onde há a maior produção agropecuária do Brasil.

Então, no Mato Grosso, nós temos o Cadastro Ambiental Rural em execução. A ampla maioria das propriedades já fez, não tem custo e é um instrumento inclusive para as propriedades, quando feito, e é ilimitado o uso desse Cadastro Ambiental Rural.

Imaginem, tenho a imagem de satélite, o Brasil comprou a base de satélite. O Brasil comprou a base de satélite, Senador Paim, Presidente, comprou uma base de satélite, que tudo que tem 1 metro por cinco é identificado, então, a resolução é muito alta e todas as propriedades estão sendo digitalizadas e se tem claramente tudo o que ocupa aquela propriedade: a sede, alguma lâmina d'água, atividade produtiva, os córregos, os rios, se tem ou não as Áreas de Preservação Permanente preservadas, se a Reserva Legal também está preservada. E é simples, vamos usar uma ferramenta para isso. Só vão ficar com medo do CAR, de não querer fazer o CAR, os clandestinos.

No Rio Grande do Sul – eu aproveito para dizer –, é bom que os proprietários façam o quanto antes. Todos os grandes proprietários, fazendeiros, que eu conheço, pequenos, eles falam: “Mas é fantástico, foi fácil de fazer.” E feito o Cadastro Ambiental Rural, aqueles que têm algum déficit de floresta em área de preservação ou área de Reserva Legal, vão aderir ao PRA – Programa de Regularização Ambiental e, no tempo, vão poder se regularizar imediatamente ao aderirem ao CAR e ao PRA – Programa de Regularização Ambiental.

Eu diria que é um programa que ajuda a dar segurança jurídica para quem quer produzir e só quem vai ficar preocupado com o CAR, quando ele estiver na fase conclusiva serão grileiros de terra, invasores de áreas indígenas, pessoas que não têm como, minimamente, provar seja a sua posse, porque a posse é um direito também garantido em lei, seja o seu documento.

Espero que o Rio Grande do Sul possa acelerar o processo do CAR – porque agora foi prorrogado, como a lei previa, eu estabeleci no Código lá, junto com o meu colega Senador Luiz Henrique, saudosa memória, que se ter-se-ia um ano, depois das regras estabelecidas, para a implantação do CAR, prorrogável por mais uma ano. A Ministra Izabella anunciou a decisão do Governo de prorrogar o CAR por mais um ano. Devo dizer que talvez nós tenhamos aí o mais importante instrumento.

Aí volto à questão das florestas. O Brasil fez um compromisso voluntário de redução das emissões e até agora o Cadastro Ambiental Rural atingiu 1,6 milhão de propriedades.

Pouco mais de 50% das propriedades brasileiras já fizeram o CAR. Volto a repetir: no meu Estado, o Estado do Acre, mais de 90% já fizeram o seu Cadastro Ambiental Rural. Desse 1,6 milhão de propriedades que já fizeram o CAR, Presidente Paim, foi assumido pelos proprietários que 16 milhões de hectares terão a floresta recomposta, a floresta nativa recomposta, em área de reserva legal e em área de preservação permanente.

Então, fica um legado, com a metade das propriedades tendo feito o cadastro, de 16 milhões de hectares. Esse número me surpreende. Eu falava que o novo Código Florestal podia trazer de volta 20 milhões de hectares de floresta, e a metade já está trazendo 16 milhões de hectares. Numa analogia, podemos dizer que pelo menos 30 milhões de hectares de floresta serão cadastrados, digitalizados, áreas que tinham perdido sua floresta de maneira irregular – não vou dizer ilegal, mas irregular – e que, agora, nós vamos trazer de volta. É talvez o número mais animador para quem trata com a problemática ambiental, para quem verdadeiramente tem preocupação com o meio ambiente.

A autoridade do Brasil vai ter crescido diante dos foros internacionais. No foro de floresta, sediado na ONU, o Brasil teve um papel de protagonista com a equipe do Itamaraty, coordenada pelo Vicente, um jovem secretário que coordenou o trabalho, ajudou na elaboração do documento, ajudou a fazer um documento, que não é uma declaração. Declaração não teria muito sentido num foro que reuniu mais de dez países, mais de 30 ministros, e no qual eu estava presente.

Aqui faço inclusive uma prestação de conta, porque, quando se faz viagem pelo Senado, o Parlamentar precisa relatar para onde foi, como foi e qual foi o resultado, ou num relatório, ou da tribuna. Eu faço daqui da tribuna esse relatório, dizendo que o Brasil ajudou a fazer uma resolução. Em vez de uma declaração sobre floresta, saiu uma resolução, criando um programa que inclusive pode ajudar o meu Estado, pode ajudar a Amazônia, um programa que incentiva e apoia a elaboração de projetos florestais. Já que os países não têm acordo para criar um fundo de floresta, foi criado um mecanismo de facilitação da elaboração de projetos e de finan-

ciamento de projetos para floresta. Para mim, foi importante, como engenheiro florestal, estar presente lá e ver o Brasil assumindo esse papel de protagonista. E digo mais, nós vamos ter, em outubro deste ano, o Congresso Mundial de Floresta em Durban, na África do Sul. Na definição dos objetivos do desenvolvimento sustentável já estão incluindo a temática de floresta em pelo menos três dispositivos. Não tenho dúvida de que também no Congresso Mundial de Floresta, que deve ocorrer em Durban... Estou sendo convidado para fazer duas palestras, vou fazer palestra sobre o Código Florestal, sobre a Lei de Biodiversidade, e também sobre o Cadastro Ambiental Rural, dos mecanismos que o Brasil está conquistando para trazer de volta as florestas nativas, que ilegalmente foram desmatadas. Essa é uma notícia boa, é uma notícia importante.

Eu via ontem – não sei se na Globo News, mas, provavelmente, na Globo News, sim – uma enquete, uma matéria sobre os brasileiros respondendo se acreditam que está havendo uma mudança no clima no mundo e quais as causas, e, lamentavelmente, há muita desinformação. A maioria responde: “Está havendo, sim, uma mudança no clima e a causa é o desmatamento na Amazônia”. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Óbvio que desmatamento numa região como a Amazônia leva diretamente a um aumento de emissões, e vai levar, diretamente, ao risco de uma mudança no clima do Planeta. Mas é que nós, no Brasil, reduzimos o desmatamento, e é bom que alguns façam essa conta.

Quando ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, governo do PSDB – eu não estou dizendo que era culpa só deles, eu estou fazendo um registro –, nós tínhamos quase 30 mil quilômetros quadrados de floresta sendo destruída na Amazônia por ano; quase 30 mil quilômetros quadrados de floresta sendo devastada quase todos os anos. Agora, é menos de 5 mil quilômetros quadrados. “Ah, mas ainda é muito.” É muito? Mas é seis vezes, seis vezes menor.

Isso é um esforço, e devo botar na conta do Governo do Presidente Lula. A Ministra Marina cumpriu um papel importante, determinante eu diria até, mas foi uma política de governo. Tanto foi de Governo, que reduziu mais ainda. Quando a Ministra Marina saiu, o desmatamento era perto de oito mil quilômetros quadrados, agora chegamos a alcançar quatro mil quilômetros quadrados, com uma lei no Brasil que permite que haja desmatamento, porque a lei permite que haja conversão. Na Amazônia se pode fazer a conversão de 20% da propriedade. Pode ser feito. No Cerrado, pode-se chegar a 35%.

Então, esses são dados importantes. Devo dizer que a autoridade brasileira tende a crescer, se conseguirmos manter o desmatamento sob controle, sendo reduzido e sem enganar a população. É bom que aqueles que fazem levantamento sobre desmatamento, aqueles que gostam de ganhar manchete de jornais falando de desmatamento, digam que a lei brasileira permite que haja o uso do solo nos diferentes biomas, ou então, proponho uma mudança na lei. Mas que o Brasil reduziu o desmatamento, reduziu as emissões, está ajudando para que o Brasil cumpra as suas metas voluntárias antecipadamente – e o Cadastro Ambiental Rural já ajudou – já é um fato, a meta estabelecida para 2022 o Brasil está alcançando em 2015, 2016, seguramente, Presidente Paim.

Então, eu queria concluir. Eu iria falar também sobre a vinda do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil, que chega hoje, mas vou me reservar a fazer o relato da minha viagem, tenho tempo, e queria, então, só fazer um comentário, mas eu queria falar após, amanhã haverá um almoço no Itamaraty, fui convidado. Há um acordo firmado pelos Governos brasileiro, chinês e peruano, é uma cooperação estratégica, uma aliança estratégica que o Brasil está estabelecendo com o Peru e com a China e, especificamente, são quase US\$53 bilhões de investimento que o governo chinês anuncia. Já tinha sido negociado com a Presidenta Dilma, agora, vêm declarar os projetos a serem financiados, muitos vinculados à área de infraestrutura, entre os quais um em que a minha querida colega Gleisi trabalhou e ajudou, juntamente com o Bernardo, a fazer um desenho das concessões de infraestrutura, que me lembro bem de ter participado, quando V. Ex^a era Ministra-Chefe da Casa Civil. Foi apresentada uma série de programas de concessões, de investimentos na área de aeroportos, dos portos, a que V. Ex^a se dedicou tanto. Não só fazem bem ao seu Paraná, mas ao Brasil. E também o programa de concessão de rodovias e ferrovias.

E nesta semana, deve estar sendo declarada pelo Brasil um calendário para a concessão da ferrovia intercontinental, que sai do Atlântico, vai até o Pacífico, passando pelo Boqueirão da Esperança, depois de Cruzeiro do Sul, no Acre, indo por Pucallpa e chegando até os portos do Pacífico.

E eu falo que esse não é um programa a ser financiado pelo Governo brasileiro. Esse é um programa a ser financiado pela iniciativa privada. É uma concessão em que a iniciativa privada, empresários, empreendedores chineses e brasileiros de qualquer parte do mundo vão concorrer. E é uma relação estratégica construída com um propósito: que toda a produção agropecuária brasileira do Paraná, do Centro-Oeste, de Goiás, de Mato Grosso possa sair para o Pacífico e de lá seguir para a Ásia, para a China, sem uma dependência do Canal do Panamá.

E é simples de entender. Uma potência como a China não quer ficar na dependência de que toda a sua produção, inclusive alimentos que eles comprem, passe por uma única passagem. Nós sabemos que o mundo tem conflitos. Basta haver um conflito mundial, coloca-se um porta-aviões de um lado e outro porta-aviões do

outro lado que aquele canal fica interditado. Aliás, eu entendo que a China quer, com o Brasil, com autonomia, construir uma espécie de um Canal do Panamá ferroviário que faça a ligação direta de toda a produção. O Brasil concorre com os Estados Unidos e com a União Europeia na produção de alimentos, e a China está fazendo a escolha de estabelecer uma aliança estratégica com o Brasil para esses investimentos em infraestrutura para que toda essa produção do agronegócio brasileiro que venha a ser exportado para China possa ter nessa ferrovia a sua saída, chegando direto aos portos do Pacífico, no Peru, e seguindo para a Ásia sem que dependa de qualquer concessão de outros países que não esses envolvidos.

Ouçó a Senadora ex-Ministra Gleisi Hoffmann.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Jorge Viana. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, tanto em relação à questão ambiental, mas principalmente agora falando da infraestrutura e desse acordo Brasil-China. Na realidade, o Brasil está fazendo um esforço para investir em infraestrutura e melhorar com isso o escoamento da sua produção. Nós já somos os primeiros exportadores de soja do mundo. Tenho certeza de que temos condições de ser também os primeiros em milho, não só do produto *in natura*, mas também de outros derivados. E o que nos falta hoje é exatamente infraestrutura e logística. Esse anúncio que está sendo feito por V. Exª vai ser feito também pelo Governo brasileiro junto com o Primeiro-Ministro chinês, não tenho dúvida, vai ser muito importante para o Brasil. A Ásia hoje é um grande parceiro comercial brasileiro, um dos que mais comprou as nossas produções. Assim como são importantes as ferrovias, também são importantes os portos. O programa de portos que nós fizemos, que a Presidenta idealizou, hoje já tem mais de R\$9 bilhões investidos em terminais de uso privado, e todos acima da linha do Paralelo, o que a gente sempre quis, que é Norte e Nordeste do País, para que pudesse melhorar e facilitar o escoamento de nossa produção. Então, eu queria saudar o registro que V. Exª está fazendo e dizer que o Brasil faz um grande esforço. E não tenho dúvidas de que amanhã será um dia histórico para a nossa infraestrutura na área de parcerias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço.

E queria concluir, dizendo que a China, hoje, é uma grande parceira no mundo inteiro. Nós não temos que ter receio, como bem colocou V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann, ex-Ministra da Casa Civil, nós temos, sim, um déficit de infraestrutura. O Brasil, hoje, disputa com os Estados Unidos e com a União Europeia para se firmar como um dos maiores produtores de alimento.

Eu sei que ainda, com os Estados Unidos, não é uma disputa fácil, a produção de milho nos Estados Unidos é maior do que toda a produção de grãos do Brasil. Então, os Estados Unidos está muito a nossa frente, mas o nosso primeiro objetivo é superar a União Europeia na produção de alimentos. Isso é possível, estamos andando bem, este ano vamos ter uma safra recorde, que vai superar, inclusive, as mais otimistas previsões, mas sem uma infraestrutura adequada, um país continental como o nosso não tem nenhuma chance.

Não dá para querer ser um grande produtor, como somos, de vários produtos, dependendo de levar essa produção caminhão por caminhão, 3 mil, 4 mil quilômetros – é impraticável, é impossível! Daí a importância desta Ferrovia Transcontinental, que terá 4,5 mil quilômetros, e uma parte dela já está feita, até o Goiás. O problema agora é de Goiás a Lucas do Rio Verde e; depois, aqui dentro de Goiás; depois a Vilhena, Porto Velho, e seguindo até o Rio Branco, indo até Cruzeiro do Sul e saindo pelo Boqueirão da Esperança até o Porto do Pacífico.

Para a BR-364, tanto em Rondônia, e especialmente no Acre, para a manutenção desta BR, é fundamental haver uma ferrovia paralela. Não é possível manter estradas no Brasil com toda a carga pesada passando por estas estradas. Temos que saber usar melhor as hidrovias, temos que saber e retomar algo que há cem anos, pelo menos na região, no Acre, já era implementado, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, depois equivocadamente foi abandonada a perspectiva de ferrovia na Amazônia, e se fez a opção por rodovia, e deu no que deu, mais desmatamento, mais problemas.

Do ponto de vista ambiental, a ferrovia é infinitamente melhor, menos impactante, mais fácil de ser licenciada. Então, isso é tranquilo. E o Brasil precisa, neste segundo mandato da Presidenta Dilma, fazer esse dever, apresentar todos os programas de concessões.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Completar os aeroportos, fazer rodovias, trabalhar os portos e, também, as ferrovias. Isso é fundamental.

Quando eu chego ao aeroporto de Brasília, eu penso: “Isso é fruto de uma concessão, não é privatização.” É algo que segue tendo o controle do Estado brasileiro, que faz uma concessão, para que a iniciativa privada possa fazer os investimentos, receber por esses investimentos, por meio dos usuários, sem custo maior, sem gerar novos impostos, apenas recebendo pelo serviço que está prestando, tirar o retorno dos investimentos e ajudar o País a se modernizar. É simples.

O nosso Governo, um governo moderno, tem, sim, que ter nas concessões, ainda mais num país como o nosso, tem que ser o carro-chefe dos investimentos. Claro, sou defensor de que o Estado brasileiro siga fazendo os investimentos com juros diferenciados, para as áreas que são tão fundamentais. Não é possível: está na Constituição que Norte e Nordeste, e mesmo outras regiões do País, precisam ter investimentos públicos para que o Brasil seja mais igual e menos desigual.

Então, são desafios que estão postos. Vou voltar à tribuna para tratar desse encontro, vou esperar as declarações, vou acompanhar o Primeiro-Ministro chinês, que deve estar aqui, amanhã, às 16h, no Senado. Quero acompanhar *pari passu*, porque sei que a geografia da Amazônia, uma nova fase histórica na Amazônia, no meu Estado, na América do Sul, pode estar começando com essa cooperação, com esse acordo assinado pela Presidenta Dilma com o Primeiro-Ministro chinês e o com Governo peruano.

Então, parabeno o Governo Federal, a todos que se empenharam. Tomara que essas notícias possam ser tornadas públicas, que os detalhes possam vir! Não tenho dúvida, feito nessa modelagem de concessão, será uma realidade que vai surpreender, do ponto de vista do tempo, positivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana.

Chamo, de imediato, à tribuna a nobre Senadora Líder do Paraná, ex-Ministra e Senadora Gleisi Hoffmann, por permuta feita com o, sempre cavalheiro e gentil, Senador Ataídes Oliveira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço muito, Senador Ataídes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, traz-me novamente a esta tribuna o meu Estado, o Estado do Paraná. É uma pena que tenha vindo aqui das últimas vezes falar do meu Estado, não com alegria nem regozijo, mas venho falar de questões que estão entristecendo a nossa história e a situação vivida, principalmente pelos servidores públicos do Paraná, especialmente pelos trabalhadores na educação. E o que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é a manifestação de uma violência verbal.

Aliás, a violência física ou verbal é inaceitável, mas é muito mais pesada e pior quando ela é feita contra a mulher. E o que nós vivenciamos nesse final de semana no Estado do Paraná foi a postura de uma liderança pública, de um Deputado Federal, Presidente do PSDB no Estado do Paraná, que, em uma discussão, através das redes sociais, por ter falta de argumento, agrediu uma professora, a Profª Adriane Sobanski, chamando-a de biscate. E, como lhe faltaram argumentos, para fazer a contraposição ao que ela falava, foi esse mesmo o termo que ele utilizou, chamou-a de biscate.

Quando a gente vê uma situação dessas, dói na nossa alma, porque é um desrespeito profundo. Não só em relação ao ser humano, porque já é um desrespeito fazer um xingamento a qualquer pessoa, mas principalmente quando isso é dirigido a uma mulher e principalmente quando isso parte de uma autoridade – o que é pior, Sr. Presidente! Ou seja, é um Deputado Federal, eleito pelos paranaenses; preside um partido; foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; tem um papel de líder daquele Estado junto com o atual Governador, que recentemente massacrou os professores em praça pública; e faz esse tipo de comentário; e não é a primeira vez, porque, em 2010, esse mesmo Deputado já tinha expressado, pelo Twitter, também uma ação de desmerecimento a pessoas, e também a uma mulher, a estudante Vanessa Brito, a quem ele chamou de mal-amada.

Essas atitudes, Sr. Presidente, não podem ser ignoradas, toleradas nem chanceladas. Nós não podemos achar que são pequenas, deixar passar, e que um simples pedido de desculpas pode recuperar a situação. Ou, como fez o Deputado, que tirou o seu Facebook do ar, dizendo que tinha sido atingido por *hackers*, e sumiu das redes sociais. Nós não podemos tolerar, porque, na realidade, elas legitimam agressões que podem ser e vão, conseqüentemente, ser maiores no tempo.

O Paraná é hoje um dos Estados que mais sofre com a violência contra a mulher. Nós temos índices alarmantes de violência contra a mulher: violência moral, violência sexual, violência física. Não temos mais o aparato que nós tínhamos de enfrentamento a essa violência, de as nossas delegacias, de as nossas procuradorias, promotorias estarem aparelhadas para fazer esse enfrentamento.

Aí, quando um Deputado acaba fazendo essa manifestação de violência, obviamente que a mensagem que se passa o Estado, a mensagem que se passa às pessoas é esta: de que a violência é permitida. Então, se um Deputado chama uma professora de biscate, o que mais pode acontecer? Acontece o aconteceu na praça.

Aliás, Sr. Presidente, se nós formos ver o que nós tivemos na Praça Nossa Senhora de Salette, em frente à Assembleia Legislativa, no dia 29 de abril, foi um massacre majoritariamente contra mulheres, porque quem estava, naquela praça, protestando, eram professoras, trabalhadoras na educação, que é uma categoria majoritariamente feminina. Eu estava lá, eu vi! A maioria das pessoas que foram atingidas foi de mulheres.

Então, nós temos uma condescendência do Poder Público, no Estado do Paraná, para praticar agressão contra as mulheres, agressão contra as servidoras públicas, agressão contra as professoras. E um Deputado vai à rede chamar uma professora de biscate. Não é possível, ainda mais sendo reincidente, que nós aceitemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para esclarecimento desta Presidência, já que eu também presido a Comissão de Direitos Humanos – eu entendo a maior gravidade que V. Ex^a traz à tribuna, Senadora Gleisi Hoffmann –, eu tinha entendido que ele tinha falado, mas foi pior: ele escreveu.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ele escreveu. Ela estava fazendo uma discussão no Facebook, e ele mandou uma mensagem privada, porque você vê também o caráter das pessoas que não têm coragem de falar o que pensam publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É mais grave ainda, no meu entendimento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Mandou uma mensagem privada, dizendo que ela tinha que parar de falar o que ela estava falando, porque aquilo levava à conotação de que a casa dela – inclusive, num texto mal construído – e de que ela era biscate. Ela ficou indignada e publicizou isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza absoluta!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Disse: “Olha, eu estou sendo agredida por um Deputado Federal, Presidente de um partido no Estado do Paraná, e estou sendo chamada com uma palavra dessas, desmerecendo a minha capacidade de diálogo, de interlocução, de protesto.”

É uma falta completa de argumentos dele para colocar. E fica mais grave, porque ele é um Deputado. Além de ferir, de manifestar uma violência contra a mulher, é a violência feita por alguém que está no exercício do poder; então, também é abuso do poder.

Realmente, eu fiquei muito impactada quando eu vi isso na rede, quando eu vi as pessoas comentando. Isso virou notícia no Estado do Paraná. E está virando notícia nacional, porque é muito grave.

Eu estou tomando algumas providências, Senador Paim, que, com certeza, chegarão também à Comissão de Direitos Humanos, mas estou fazendo uma representação à Procuradoria da Mulher, à Senadora Vanessa Grazziotin, aqui no Senado, para que possa encaminhar essa representação à Câmara dos Deputados, em que esse Deputado está exercendo o seu mandato, para que ele possa responder por isso, como ele se dá ao direito de fazer um desrespeito desse em uma rede social. Vamos também pedir uma nota de repúdio em relação ao fato. E, mais do que isso, estamos colocando também um projeto de lei – e peço, de pronto, o seu apoio, Senador Paim –, fazendo uma alteração no art. 140 do Código Penal, colocando a injúria por gênero, porque, hoje, temos alguns agravantes no crime de injúria, na questão da raça, da cor, da situação, mas não há gênero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a faz muito bem, porque, quando nós fizemos a lei, não tínhamos, em um primeiro momento, colocado a questão de raça e cor como crime de injúria. Depois que o colocamos, melhorou muito o combate ao preconceito. Nesse caso do gênero, é perfeito.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, porque não podem mais alguns homens ficarem chamando as mulheres de vacas, de vadias, de biscate, e achar que isso é normal, e não haver consequência penal alguma em relação a isso. Então, nós vamos apresentá-lo. E espero que esta Casa possa encaminhar com grande celeridade esse projeto, para que tenhamos um mecanismo para poder agir, para haver uma ação penal, para que quem aja dessa forma responda penalmente.

Nós já temos, do ponto de vista da Lei Maria da Penha, a injúria como crime. É claro que é uma lei muito voltada ao ambiente doméstico. Então, queremos agora colocar no Código Penal brasileiro mais essa tipificação.

Não dá para aceitarmos essa situação, ou seja, temos de fazer esse combate, esse embate. Então, quero, aqui desta tribuna, como Senadora, como mulher, como paranaense, dirigir-me à Adriane Sobanski, que recebeu esse tratamento do Deputado, e dizer da nossa solidariedade e da minha solidariedade.

E sei que ela vai contar com a solidariedade das Senadoras e Deputadas, porque, toda vez em que uma mulher é agredida assim, não se agride somente aquela mulher, agride-se o conjunto das mulheres, agride-se o gênero. Não é possível que nós mereçamos um tratamento como esse, que mereçamos ser desrespeitadas. Não há como aceitarmos isso.

E estamos aqui para lutar, para enfrentar exatamente a violência contra a mulher. E a violência pode ser por palavras, por ações, por atos, por omissão e, em todas elas, queremos fazer esse enfrentamento. E, principalmente, é uma pessoa já sofrida, uma professora, que já teve a sua classe, a sua categoria, tão desrespeitada em uma manifestação – tão desrespeitada! –, e ainda, quando vai fazer um protesto, um debate na rede, é tratada dessa maneira.

Eu lamento muito que o Paraná esteja protagonizando esse tipo de notícia em nível nacional. Não bastasse já a triste notícia do massacre na praça, no dia 29 de abril, agora também a de seus líderes estarem desrespeitando, numa demonstração absurda de machismo explícito, com essa ação, com essa fala escrita desse deputado nas redes sociais.

Eu queria também aqui aproveitar, Sr. Presidente, para falar do projeto de lei que causou todo o problema, toda a situação de violência que nós vivenciamos no Paraná, no dia 29 de abril, que é o projeto de lei que alterou o fundo de previdência dos servidores estaduais.

Naquele trágico dia lá do Centro Cívico, em que eu estive, ao lado do Senador Roberto Requião, representando o Senado Federal, nós fizemos isso exatamente para fazer um apelo ao Presidente da Assembleia que não colocasse a matéria em votação naquele dia. Primeiro, porque nós não tínhamos clareza da consequência daquele projeto nas contas do Estado, nas contas principalmente da previdência dos servidores. E segundo que, com certeza, pelo clima que nós tínhamos ali, aquilo ia gerar violência, confronto. E, mais do que confronto, gerou um massacre aos servidores públicos.

Da parte dos servidores públicos, passada aquela situação triste, há um grande temor em relação ao futuro de suas aposentadorias, pois são muitas as dúvidas, Sr. Presidente, que permanecem e há insegurança em torno da sustentabilidade do regime da previdência dos servidores estaduais depois da aprovação daquele projeto de lei, que transferiu, de forma bastante temerária, mais de 30 mil beneficiários do Fundo Financeiro, em que o regime é de repartição, para o Fundo Previdenciário do Estado, de caráter contributivo.

Naquele fatídico dia, exatamente no intuito de evitar o massacre ocorrido no Centro Cívico, buscando reduzir as tensões e, acima de tudo, propiciar um debate mais aprofundado sobre tema tão complexo e fundamental para o futuro das pessoas envolvidas, nós tentamos de tudo junto ao Presidente da Assembleia, como eu já falei, para que aquela votação fosse adiada.

Em todo momento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós nos valem da necessidade evidente de dar um tratamento mais adequado a uma matéria tão importante sem a urgência e sem o aqodamento que seguramente contribuíram para toda aquela tragédia. E o principal motivo para o adiamento sempre foi o fato de o Governo do Paraná descumprir os procedimentos adequados para a chamada segregação de massa dos segurados vinculados no seu regime próprio de previdência social do Estado.

O projeto de lei que foi apresentado nunca teve um parecer conclusivo do Ministério da Previdência Social atestando a viabilidade da mudança, e o Ministério de Previdência Social é o responsável por isso, por resguardar os direitos previdenciários daqueles que contribuem para fundos específicos.

Agora, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mesmo com todos os alertas feitos, depois das cenas vergonhosas de violência que o mundo presenciou em Curitiba, estamos diante do cenário que buscamos evitar a todo custo. A lei estadual está aprovada e sancionada, e o Ministério da Previdência se pronunciou, com o tempo que tinha requerido, contrariamente ao conteúdo da alteração, dizendo que ele é prejudicial aos servidores.

Antes, o Ministério da Previdência deixou claro, em mais de uma oportunidade, que as informações fornecidas e disponíveis sobre os dois projetos apresentados pelo Governo do Estado não eram suficientes para a elaboração de um parecer conclusivo. Agora que ele conseguiu concluir o parecer, concluiu contrariamente à aprovação do projeto de lei. Infelizmente, pela insensibilidade de algumas autoridades paranaenses, esse projeto já se transformou na Lei nº 18.469, de 2015, tendo, para sua efetivação, uma tragédia às portas da Assembleia. Eu digo que essa lei carrega o sangue dos professores e dos servidores, manchando a sua história.

A pergunta que não quer calar agora é por que tanta pressa ao decidir algo que impacta milhares de servidores públicos estaduais, uma decisão que necessariamente precisa ter assegurada a sustentabilidade atuarial no longo prazo e que foi tomada de forma intempestiva e casuística para que o Governo do Estado pague as contas atuais. Ou seja, as contribuições dos trabalhadores para financiar o seu futuro foram transformadas em recursos para honrar a falta de planejamento do Governo de hoje.

É verdade que o fundo vai pagar, sim, previdência aos atuais aposentados, mas são aposentados que não contribuíram para esse fundo. Esse fundo deveria ser mantido como uma poupança previdenciária para pagar a aposentadoria daqueles que contribuíram com ele, e não daqueles que não contribuíram, que o Estado é obrigado a pagar pelo seu caixa, pelo caixa do tesouro, pelo regime de repartição.

O que diz o Ministério da Previdência sobre a lei estadual? Que, sem a apresentação de elementos que permitissem à Secretaria de Políticas de Previdência Social manifestar-se previamente por sua adequação, encontra-se caracterizado o descumprimento do art. 22 da Portaria do Ministério da Previdência nº 403.

São apontadas, a seguir, algumas conclusões que podem ser extraídas da Nota Técnica Atuarial, apesar de sua incompletude, indicativas de que a revisão da segregação se encontra em desacordo com a necessidade de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime de Previdência do Estado do Paraná.

Constata-se, no sucinto estudo apresentado, a situação deficitária e a proposta de postergação em pelo menos 20 anos para se iniciar o aporte de crescentes contribuições suplementares para o restabelecimento do equilíbrio, por prazo superior aos 35 anos permitidos.

Pode-se averiguar na Projeção de Receitas e Despesas do Fundo da Previdência que, após a supracitada postergação, iniciariam, no ano de 2036, os aportes anuais com valores crescentes de contribuições suplemen-

tares, que em apenas 10 anos – portanto, a partir de 2045 – já seriam superiores às contribuições normais, que são encargos do ente público. Nos exercícios seguintes, fica evidente que, para se obterem os saldos financeiros projetados, as contribuições suplementares exigidas têm que ser muito maiores, às vezes o dobro da contribuição normal a cargo do ente, até o final do fluxo projetado, no ano de 2089.

A gravidade da situação pode ser entendida à medida que as atuais insuficiências de recursos passam a ser transferidas para as gerações futuras, tornando mais dispendiosa a despesa previdenciária, portanto sem a observância dos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

Na sequência, estampa-se o demonstrativo Projeção de Receitas e Despesas do Fundo de Previdência, extraído da nota Técnica Atuarial, no qual podem ser visualizadas as explicações: em suma, da análise da última coluna, “Saldo Financeiro”, do fluxo que projeta receitas e despesas, pode-se dizer que, nos próximos sete anos, o Fundo de Previdência será descapitalizado de R\$7,338 bilhões até chegar a R\$4,271 bilhões, e esse déficit será repassado para as gerações futuras, sendo que, já no primeiro ano, a descapitalização é próxima a R\$1 bilhão.

Então, como, Governador, como, Deputados, esse projeto não implicava mudanças no fundo previdenciário? Como não vai trazer prejuízo aos servidores públicos, à poupança previdenciária se a própria nota que vocês enviaram ao Ministério da Previdência mostra que a descapitalização será grande – em sete anos, mais de R\$7 bilhões; no primeiro ano, R\$1 bilhão?

Tudo em frontal desacordo com a determinação do equilíbrio financeiro e atuarial, em curto, médio e longo prazo, introduzido de forma expressa no art. 40 da Constituição Federal pela Emenda nº 20/1998, em decorrência do qual se torna necessária a constituição de reservas garantidoras, avaliadas e controladas por processo atuarial para suportar as obrigações com os benefícios do plano, sob pena de degradação do Regime Próprio de Previdência e desobediência às determinações constitucionais.

Não obstante a constatação, com a nova modelagem, da necessidade de contribuições suplementares crescentes, conforme já foi falado, tem-se, de acordo com os dados demonstrados no quadro do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, no exercício de 2014, do Plano Previdenciário do Paraná, que refletia a situação do Regime antes da alteração promovida pela Lei nº 18.469, como resultado atuarial um superávit de apenas R\$238,148 milhões, ante os expressivos valores dos compromissos do plano.

Ou seja, antes de se mudar o plano, nós já tínhamos um superávit muito pequeno. Com a mudança, agora, com a colocação de mais de 30 mil servidores para serem pagos por esse fundo, nós só podemos chegar a um déficit.

Esse pequeno superávit é absolutamente insuficiente para o Plano Previdenciário suportar a transferência dos estimados 33 mil servidores com 73 anos ou mais, cuja folha mensal é de R\$142 milhões, conforme apontado na própria Nota Técnica do Governo do Estado.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, há quase 17 anos, a Emenda Constitucional nº 20 introduziu a observância do equilíbrio financeiro e atuarial no trato de matéria previdenciária e, no caso do Paraná ou do atual governo, desde 23/01/2013, o Estado descumpra esse dispositivo, estando em situação irregular no que se refere ao Sistema do Cadastro Previdenciário do Ministério da Previdência, o que deveria vedar a renovação do seu Certificado de Regularidade Previdenciária.

De lá para cá, já recebeu duas notificações de irregularidade atuarial, que, se não fosse pela liminar judicial recebida pelo Estado, vedariam o Paraná de receber transferências voluntárias.

Faço um apelo aqui ao Poder Judiciário, que não pode encobrir, passar a mão na cabeça de governantes que não estão cumprindo com o que a Constituição determina. Não pode o Estado do Paraná acabar com a sua poupança previdenciária para fazer frente a despesas que o próprio Governador não conseguiu equilibrar – gastou mais do que devia; está comprovado que foi má gestão.

Faço um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que julgue essa ação no seu mérito e devolva à União a sua capacidade de poder restringir o Certificado de Regularidade Previdenciária, para que Estado do Paraná devolva aos servidores, devolva aos professores, aos trabalhadores na educação aquilo que a lei que instituiu o seu fundo previdenciário previa: uma poupança previdenciária.

O parecer do Ministério da Previdência, que entendo deveria ter sido aguardado pelo Governo do Paraná, atesta o descalabro do nosso sistema previdenciário, que tende a piorar com a aprovação dessa lei estadual.

Por isso, em defesa dos servidores do Estado, defendo as iniciativas do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, do Partido dos Trabalhadores, e também do PMDB de questionar a constitucionalidade da Lei nº 18.469, de 2015, que, além de envergonhar todo o nosso Estado com a violência praticada para sua aprovação, promove agora uma desordem no Sistema de Previdência do Paraná; que essas medidas possam prosperar. Nós temos que resgatar o que foi perdido. Além de estar manchado com o sangue dos servidores, por aquele atentado que vimos na Praça Nossa Senhora de Salette, ainda se coloca em risco a poupança previ-

denciária dos servidores. E, mais do que isso, não se resolve o déficit e o problema da conta e do descontrole do nosso Estado.

Então, estamos vivendo no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma situação de total descontrole, e é muito ruim que o Paraná seja este exemplo para o Brasil: descontrole nas suas contas; protagonista de uma repressão sem precedentes na história do nosso Estado; e, agora, um dos seus dirigentes, Deputado Federal, Presidente do PSDB do Estado, desrespeitando as mulheres, desrespeitando uma professora na rede social.

Lamento tudo isso. Vamos tomar todas as medidas que forem cabíveis no plano do Senado da República, como Senadora do Estado que sou, representando a sua população, representando, portanto, os seus servidores, para que consigamos impedir que isso prospere e consigamos, principalmente, reverter essa situação do plano previdenciário.

Agradeço, Sr. Presidente; agradeço, Senadores; agradeço o tempo a mais que recebi nesta tribuna, mas, de fato, faço aqui um desabafo.

Queria conceder a palavra ao nosso Senador.

Inclusive, agradeço muito, Senador, por ter-me dado a primazia de falar antes de V. Ex^a.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora Gleisi. Em 2011, nesta mesma tribuna que V. Ex^a ocupa, neste momento, fazendo este belo pronunciamento, eu disse que os RPPS eram uma bomba-relógio que iria explodir a curto/médio prazo. A Lei nº 98.117, de 1998, criou os RPPS para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Eu sabia que ia chegar a essa posição. No nosso Estado do Tocantins, foi desviado, agora recentemente, mais de R\$1 bilhão – isso num Estado que tem 26 anos de existência e em que foi criado o nosso RPPS em 2001 ou 2002, se não me falha a memória. O que me preocupa, Senadora, é que, hoje, há algo em torno de 12 milhões de segurados nos RPPS e algo em torno de R\$187 bilhões aplicados, disponíveis nos caixas desses RPPS, entretanto, os cálculos atuariais deveriam estar em torno de R\$350 bilhões. Já foi descoberto pelo Ministério da Previdência Social que há um desvio em todo o sistema de fundo de pensão próprio de mais de R\$80 bilhões. É um fundo de pensão relativamente jovem, em que esses segurados logo vão bater às portas – como lá no seu Estado, como V. Ex^a bem colocou, Senadora – para requerer...

(Soa a campanha).

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... a sua aposentadoria tão defendida aqui, nesta Casa, dia e noite, pelo Senador amigo, o Presidente Paim. Eles vão bater às portas desse fundo de pensão e não vão ter as suas aposentadorias. Isso é o que vai acontecer se o Ministério da Previdência Social – que não tem responsabilidade pecuniária – e este Congresso não fizerem alguma coisa com urgência. E nós não podemos, Senadora, deixar acontecer o que está acontecendo no seu Estado, no meu Estado e em tantos outros. A CGU disse que, de 97 sindicâncias que foram feitas, todas apresentaram irregularidades. Então, é um...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... assunto da maior gravidade *(Fora do microfone.)*. Nós não podemos fazer vista grossa, nós temos que atacar esta questão. Muito obrigado, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senador Ataídes. Muito boas as suas colocações, porque, de fato, esse é um problema mesmo que não abrange apenas o Estado do Paraná – V. Ex^a tem razão. Se nós não tomarmos uma medida, leis como essa do Estado do Paraná vão prosperar em outros Estados, e aí, em vez de nós termos R\$189 bilhões, nós vamos ter menos. Íamos precisar de R\$300 bilhões, temos R\$189 bilhões e, se nós deixarmos os Estados e Municípios utilizarem esse dinheiro, nós vamos acabar com a poupança previdenciária. Então, eu penso...

Pode falar, Senador.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora, em 2010, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.922, de 2010, que permite esses fundos de pensão, esses RPPS, fazerem aplicações em rendas variáveis. Aí é que está o grande problema. Lá, no meu Estado, houve aplicação no Banco Cruzeiro do Sul, já falido; no BVA; no Banco Santos; no Porcão. Então, essa resolução do Conselho Monetário Nacional – eu já estou tomando providência – tem que cair por terra. Esse dinheiro não pode sofrer risco. Era só mais essa colocação. Muito obrigado, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito boa, Senador.

Inclusive, aqui um reconhecimento feito ao Senador Roberto Requião: no Estado do Paraná, quando ele foi Governador do Estado, ele impediu que esse dinheiro fosse aplicado em algo que não em Letras do Tesouro Nacional, pela segurança que dava, pela rentabilidade que dava. Houve até uma crítica do mercado financeiro dizendo: “Ah, mas vai perder dinheiro. Vai aplicar e ter um retorno menor”, mas vai ter um retorno seguro. Quem

que está lá que pode dizer que uma aplicação é melhor que a outra, que a aplicação no Porcão ou a aplicação no Banco Cruzeiro do Sul é melhor que a aplicação do Tesouro? É subjetivo o julgamento de quem está na direção desses fundos. Nós não podemos brincar com o futuro.

Infelizmente, o Estado do Paraná vai ser um dos que colaborará para que essa poupança de R\$189 bilhões desses Regimes Próprios de Previdência Social em todo o Brasil caia. E o Paraná era o Estado que tinha o fundo com maior volume de recursos: mais de R\$8 bilhões. É uma pena que isso tenha acontecido.

Eu acho, inclusive, Senador, que nós devíamos ter um projeto de lei aqui dizendo que só se pode mexer nos Regimes Próprios de Previdência Social se houver expressamente a anuência do Ministério da Previdência ou de uma junta técnica. O que é que acontece? Já mexeram Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte. Minas e Rio Grande do Norte podem ficar sem o Certificado de Regularidade Previdenciária, mas, como o Paraná já tinha conseguido, lá atrás, uma liminar dizendo que ele tinha autonomia para legislar e para administrar o seu fundo, Minas e Rio Grande do Norte se utilizaram dessa liminar para respaldar a validade de suas leis.

Nós estamos vendo um regime que foi construído para garantir o futuro sendo desmoronado para pagar contas do presente.

Eu concordo com V. Ex^a: nós temos que fazer alguma coisa. Além das ações judiciais, eu penso que nós tínhamos que ter projetos de lei nesta Casa, procurar o que já está tramitando, reforçando, para que, realmente, o Congresso Nacional possa ser um guardião desses planos, desses Regimes de Previdência, dos direitos das pessoas que estão pagando e contribuindo. Não é uma contribuição só pública. Aliás, muitas vezes, o setor público não faz a contribuição, quem faz é só o trabalhador. Eles estão pagando, estão contribuindo e podem não ter como exercitar, como usar esse direito.

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço a sua contribuição e agradeço também, Senador Paim, a sua paciência por nos deixar tempo para falar desta tribuna.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento.

Como houve a permuta e o combinado foi este, eu passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira e, em seguida, ao Senador Hélio José.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando imaginávamos que a crise moral que atinge o Brasil já havia chegado ao seu auge no escândalo do petróleo ou da Petrobras, no qual a própria Petrobras reconhece que mais de R\$6 bilhões foram roubados do povo brasileiro, fomos surpreendidos pelo anúncio de que, no até então desconhecido Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), um esquema de corrupção pode ter desviado dos cofres públicos aproximadamente R\$19 bilhões.

Sr. Presidente, quero trazer ao conhecimento dos nossos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, como também de todo o nosso povo brasileiro informações sobre o Carf. O Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal ao qual compete o julgamento de recursos de ofício e voluntários interpostos contra as autuações fiscais relativas a tributos federais. Composição do Carf, Sr. Presidente: hoje, o Carf é composto por 360 conselheiros, dos quais 216 são titulares e 144 são suplentes, sendo metade indicada pelo Ministério da Fazenda e metade, por confederações representativas de categorias econômicas de âmbito nacional e pelas centrais sindicais. Os conselheiros fazendários são escolhidos dentre auditores fiscais da Receita Federal que estejam no cargo há pelo menos cinco anos. Já os conselheiros representantes dos contribuintes devem ser brasileiros natos ou naturalizados, com notório conhecimento técnico, registro no respectivo órgão de classe há no mínimo cinco anos e efetivo e comprovado exercício de atividades que demandem conhecimento nas áreas de direito tributário, de processo administrativo fiscal, de tributos federais e de contabilidade. As listas tríplexes com os nomes dos indicados são encaminhadas ao Comitê de Seleção de Conselheiros (CSC), vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, composto por representantes, a saber:

I - do Carf, indicado por seu presidente, que presidirá o comitê;

II - da Secretaria da Receita Federal do Brasil, indicado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil;

III - da Procuradoria da Fazenda Nacional, indicado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

IV - das confederações representativas das categorias econômicas de âmbito nacional, que poderão indicar profissional com notório conhecimento de direito tributário ou de contabilidade;

V - e, por derradeiro, da sociedade civil, designado pelo Ministro da Fazenda.

Com base no exame feito por essa comissão, o conselheiro será designado por ato do Ministro da Fazenda para um mandato de três anos junto ao Carf, autorizada a recondução por até nove anos, ou seja, o presidente do Carf pode ficar até doze anos na presidência desse conselho.

As divisões internas do Carf. Isso aqui é muito importante, Sr. Presidente, para o povo brasileiro. Aqui nós estamos a discutir – nós vamos falar logo à frente – de um desvio de dinheiro do Erário público acima de R\$19 bilhões, acima do escândalo da Petrobrás. Então, é importante que o povo brasileiro, este Congresso e todos os nossos ouvintes saibam como é que funcionava esse conselho, que tem em seu contencioso, mais de R\$0,5 trilhão de reais. Qual é a divisão interna do Carf? De acordo com a última versão de seu Regimento Interno, atualmente, as dezenas de turmas que compõem o Carf estão divididas em três seções especializadas, a seguir:

- a primeira turma ou a Primeira Seção julga processos relativos ao Imposto de Renda de pessoas jurídicas e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das empresas;

- a Segunda Turma ou a Segunda Seção julga processos relativos ao Imposto de Renda de Pessoa Física, ao Imposto Territorial Rural e às contribuições previdenciárias;

- a Terceira Turma ou a Terceira Seção julga processos legislativos relativos ao PIS/Pasep, à Cofins, ao Finsocial, ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), à extinta CPMF, ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), à Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), aos Impostos de Importação e Exportação e questões aduaneiras.

Essas são as três turmas que julgavam todos esses processos.

O estoque de processos, hoje, no Carf:

Essa estrutura colossal era responsável, até 31 de dezembro passado, pelo julgamento de processos no valor total de R\$565 bilhões.

Dos mais de 110 mil processos em trâmite no Carf – veja isto, Sr. Presidente –, apenas 780 processos se referem a autuações superiores a R\$100 milhões. Somente 780 processos representam, então, mais de R\$ 57 bilhões. Repetindo: em conjunto, representa esse estoque.

Em contrapartida, os mais de 93 mil processos que discutem autuações inferiores a R\$100 mil representam um estoque de pouco mais de R\$9 bilhões.

Vejam só: 780 processos representam R\$327 bilhões que as empresas devem ao Erário Público; 93 mil processos abaixo de R\$100 mil.

Dessa forma, cerca de 70% do valor total atualmente em discussão no Carf estão concentrados em menos de 1% dos processos em andamento. É o que eu disse: menos de 1% concentra praticamente todo o montante deste contencioso, que representa R\$357 bilhões. E os maiores devedores, conforme a imprensa já noticiou – Banco Bradesco, Banco Safra, Santander, BankBoston e tantos outros –, são devedores em potencial, que têm liquidez, é bom que se diga isso.

Há aqui um quadro, Sr. Presidente, que resume melhor esse volume de processos dentro do Carf. Processos acima de R\$100 milhões – repito –, nós só temos 780, que representam R\$357 bilhões; processos entre R\$100 milhões e R\$10 milhões, nós temos 4.295, que representam R\$125 bilhões; processos entre R\$10 milhões e R\$100 mil, nós temos 13.190, que representam R\$43 bilhões; processos abaixo de R\$100 mil reais: 93.698 processos, que somam R\$9 bilhões.

E aqui eu me lembro da Operação Zelotes, numa degravação em que um auditor ou um conselheiro disse ao outro que tinha pena porque só os pequeninos que pagavam os seus tributos, os grandalhões não pagavam.

Sr. Presidente, tenho convicção de que é neste percentual ínfimo de processos – que eu repito, de 1% – que está a solução para o ajuste fiscal necessário para alavancar a nossa economia.

Uma cobrança efetiva, nos limites legais, que conduza ao recebimento de apenas 3% desses R\$357 bilhões dos créditos discutidos nesses megaprocessos representariam cerca de R\$107 bilhões de reais nos cofres da União.

Se conseguirmos trazer aos cofres da União R\$107 bilhões, não tem por que o ajuste fiscal.

A Operação Zelotes, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, foi lançada para investigar denúncia de que conselheiros do Carf estavam cobrando propina para manipular julgamentos de autuações fiscais, resultando em bilhões e bilhões de prejuízo para a União.

É preciso parabenizar a atuação corajosa e independente do Procurador da República o Dr. Frederico Paiva, bem como dos delegados da Polícia Federal o Dr. Marlon Cajado, que presidiu o inquérito, e também o Dr. Oslain Santana, Diretor de Combate ao Crime Organizado na PF. E aqui, pela segunda vez, estou parabenizando o trabalho destes doutores do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que têm feito um trabalho extraordinário em nosso País.

Assim que as graves informações sobre o Carf foram divulgadas, entendi que esta Casa tinha o dever de agir dentro de suas atribuições constitucionais, instalando uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse esquema criminoso, uma CPI.

Então, Sr. Presidente, passei a coletar as assinaturas necessárias e, com o apoio de mais de 40 Senadores e Senadoras, conseguimos. O meu requerimento foi lido na Mesa, instalando-se, formalmente, a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Casa terá, agora, a oportunidade de se debruçar sobre os detalhes dessa organização criminosa, que tomou conta do Carf, da Receita Federal, de forma a compreender as brechas que permitiram que crimes dessa magnitude fossem cometidos ao longo do tempo sem despertar, logo no início, a atenção dos órgãos de controle e da sociedade. Identificando essas brechas, Sr. Presidente, o Senado Federal poderá atuar na produção de regras que impeçam a repetição desse tipo de escândalo.

Diante desse contexto, a estrutura e o funcionamento do Carf foram colocados em discussão.

Recentemente, o Governo Federal editou um decreto proibindo que os conselheiros do Carf exerçam, em paralelo, advocacia contra a União e estabelecendo uma remuneração pela atuação no conselho.

Dezenas de advogados prestavam serviço, gratuitamente, voluntariamente, ao povo brasileiro dentro do Carf. Imaginem os senhores! Aí a Zelotes, imprensa nacional disse que há dezenas desses advogados, tão bem-intencionados prestando serviço gratuitamente, milionários. Seria tão bom, Sr. Presidente, que esses advogados, esses doutores causídicos que prestavam serviço gratuitamente fossem prestar os serviços gratuitamente, doravante, às Apaes, a outras ONGs, e não ao Carf.

Há, ainda, a indicação de que será reduzido em até 40% o número de conselheiros, com a extinção de algumas das dezenas turmas de julgamento.

A eficácia e a oportunidade dessas medidas iniciais deverão ser pesadas e consideradas pela CPI do Carf, porque compete verdadeiramente ao Poder Legislativo, depois de conhecer o problema a fundo, apresentar soluções legislativas capazes de evitar a repetição de um esquema dessa natureza.

Aproveito para dizer, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional, que tem como atribuição principal fiscalizar a coisa pública, não deveria ter deixado esse Carf chegar ao ponto a que chegou.

E aqui nós não estamos falando de desvio de milhões. A própria Operação Zelotes já disse que foi evidentemente verificada a fraude de R\$5.7 bilhões.

Não são poucas as vozes que propõem a extinção do Carf, diante das quantias bilionárias que deixaram de ser recolhidas aos cofres da União. Essa é a posição do Sindireceita, por exemplo.

De outro lado, tributaristas reconhecidos e renomados, como o Dr. Everardo Maciel, que foi Secretário da Receita Federal, e o Sr. Sacha Calmon, defendem a manutenção do Carf, com aprimoramentos.

Embora seja positivo que, finalmente, os holofotes da República estejam voltados para o Carf, onde se concentram conflitos gigantescos entre fisco e contribuintes, há o risco da adoção de medidas açodadas, desacompanhadas da necessária ponderação quanto à necessidade, utilidade e oportunidade das modificações desse Conselho.

A CPI do Carf/Receita Federal, é bom que se diga, mais que uma instância de investigação do Poder Legislativo, poderá servir de palco para discussões quanto aos rumos do Carf, que tem que ser analisado criteriosamente.

E, assim, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador, eu acompanhei o esforço de V. Ex^a na coleta de assinaturas para esta CPI, e eu faço até uma pergunta, acho que quem está nos assistindo tem interesse: quando vai ser instalada esta CPI? Os partidos já indicaram?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Sim. Todos os partidos já fizeram as suas indicações. E, amanhã, às 14h30h, será, então, instalada a CPI do CARF/Receita Federal do Brasil. E eu espero que esta CPI busque, para o seu bojo, para a execução desses trabalhos, uma boa equipe técnica, competente e independente, que faça um trabalho sério e que retorne aos cofres públicos o dinheiro do povo.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E eu acredito que mais de R\$20 bilhões, e, aqui, não vai precisar do ajuste fiscal, imagino eu.

Concedo a palavra ao Senador Hélio, com todo prazer.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Ataídes, Senador Lindbergh, eu assinei essa CPI porque creio na relevância da mesma. Não é possível, nesta Casa, nós ficarmos calados perante tanto descalabro. Essas questões têm que ser apuradas realmente. Espero que essa CPI seja composta por técnicos de alto nível, a fim de que realmente a gente consiga o que V. Ex^a pronunciou aqui, nesta Casa: demonstrar, de fato, toda essa situação, de forma que se consiga pegar esse dinheiro de volta, fruto de alguns processos que, parece,

não são tão legais assim. Então, estou bastante esperançoso com o início dela. Queria usar a palavra mesmo para parabenizá-lo pela persistência, pela luta para apurar essa questão tão grave, tão importante para o nosso País. Fiz questão de assinar exatamente para dar esse crédito à seriedade do trabalho que V. Ex^a está levando com relação a essa denúncia que esperamos ver elucidada, para que o nosso País possa ficar livre desse tipo de situação. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Hélio.

Só uma última informação, Sr. Presidente. Olhe como é que funcionava esse Conselho. Um processo de julgamento de 100 milhões, por exemplo, ou melhor, vamos falar de bilhões. Um julgamento de 4.2 bilhões, que é um caso em tese. Uma turma decidiu e houve um empate. E aí, um só conselheiro desempatou, dando o seu voto, então, de minerva, aceitando um acordo. Então, veja que tamanho absurdo, ou seja, um só cidadão decidindo a vida de uma empresa, um débito de mais de R\$4 bilhões.

Encerrando aqui, Sr. Presidente, esse contencioso da Receita Federal é de mais de meio trilhão de reais. Nós temos que ver quem deve e ir atrás e buscar esse dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Esse dinheiro é do povo.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Parabéns, Senador Ataídes.

Chamo agora o Senador Hélio José, do PSD do Distrito Federal.

Senador Ataídes, também vou fazer parte desta CPI, porque sou Presidente da Subcomissão de Assuntos Tributários da Comissão de Assuntos Econômicos. E virei Presidente desta Subcomissão por um motivo bem claro. Nós temos um dos sistemas tributários mais regressivos do mundo. Quem paga imposto no Brasil são os mais pobres e a classe média baixa. Infelizmente, aqui no Brasil, não temos imposto sobre grandes fortunas. O imposto sobre herança é baixíssimo, uma média de 4%, quando em um país como a Alemanha é de 40%. Há isenção de distribuição de lucros e dividendos.

Então, veja bem, estou fazendo parte dessa Subcomissão para entrar neste tema: como construir um sistema tributário mais justo, de forma que os mais ricos também paguem de forma proporcional.

Associada a toda essa discussão, há a questão da sonegação, que envolve as grandes empresas deste País. Esse escândalo não é um escândalo qualquer. Acho que tem que ocupar um espaço de destaque na sociedade brasileira, e a nossa tarefa nessa CPI é ir atrás desses números, denunciar e cobrar providências da Justiça, para que esse dinheiro venha aos cofres do Estado brasileiro. Mas você veja que é o mesmo debate sobre o sistema tributário, uma forma de construirmos algo mais equilibrado, que as grandes empresas, que os bancos e os mais ricos também contribuam, pagando os seus impostos de forma devida.

Parabéns a V. Ex^a por essa iniciativa.

Passo a palavra agora ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Lindbergh Farias, Sr. Senador Ataídes, com certeza faço das palavras do Senador Lindbergh as minhas. É de bastante relevância a questão dessa CPI, por isso eu a assinei. Vou conversar com o Líder do meu Bloco para ver se podemos participar dessa CPI para colaborar na elucidação desses fatos tão temerários.

Quero cumprimentar os ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado, os presentes na nossa galeria, dizer que para nós aqui do Senado Federal é um prazer muito grande contar sempre com a presença do nosso povo, ouvindo aqui ao vivo o nosso diálogo.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero ressaltar desta tribuna que ontem no programa *Fantástico*, da Rede Globo, colocou-se a importância da energia fotovoltaica, essa energia tão importante para o futuro do nosso País. Vou citar alguns assuntos importantes com relação a algumas medidas que o Governo do Distrito Federal e a companhia do metrô estão adotando, inclusive fazendo uso dessa importante matriz energética da energia solar, uma matriz energética limpa, que realmente faz com que a gente possa vislumbrar um futuro melhor em relação à exploração energética no nosso País.

Desde o final de março deste ano, a Companhia Metropolitana do Distrito Federal, Metrô-DF, anunciou uma série de ações que representam a retomada da expansão do metrô em nossa capital.

Além de várias obras para a construção de novas estações, está previsto o início do programa Metrô Sustentável, anunciado pouco tempo depois do dia do aniversário da nossa querida capital, o aniversário de Brasília, ocorrido no dia 21 de abril. Entre as ações com um viés social sustentável, econômico e educativo, que visam implantar a agenda ambiental na Administração Pública, estão projetos que ampliam a utilização de energias renováveis no sistema metroviário.

Isso deve ser testado na forma de projeto-piloto na estação de Guariroba, na nossa querida cidade de Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal, com 650 mil habitantes, que receberá até setembro placas fotovoltaicas que convertem energia solar em energia elétrica.

Tenho dado integral apoio a todas as iniciativas destinadas a difundir em nosso País novas tecnologias de geração de energia, especialmente as que aproveitam fontes renováveis e se inserem no conceito de geração distribuída, no qual praticamente qualquer um pode se tornar microprodutor de energia e contribuir com seus excedentes para o sistema como um todo.

Em um País que passa pela dificuldade que a gente passa hoje de energia elétrica, inclusive com risco de apagões devido à ponta de carga em certos horários do dia, no horário, inclusive, mais crítico, que é o do final da tarde com aquele sol mais quente, em que todos os ares-condicionados estão ligados, é fundamental a utilização dessa energia, porque além de baratear o custo para as pessoas que vão utilizar esse insumo importante, que é energia elétrica, a gente ainda vai propiciar a queda dessa ponta, quer dizer, o alívio de carga distribuído na fonte consumidora da carga, de modo que o sistema opere de uma forma mais adequada e que não haja riscos de apagões.

Isso é de uma relevância muito grande e, por isso, parablenzo o programa *Fantástico* por ter demonstrado de forma simples para a população brasileira como um assentamento do Minha Casa, Minha Vida, todo equipado com placas fotovoltaicas, garante, inclusive para aquelas famílias pobres daquele setor, um rendimento financeiro com a geração de energia que é retornada à rede, para inclusive pagar as mensalidades do Minha Casa, Minha Vida.

Então, quer dizer, esse programa que passou ontem, que vou replicar nas redes sociais em outras questões, é de alta relevância. Nós, aqui no Congresso Nacional, estamos apresentando uma série de propostas no intuito de incentivar a utilização dessa energia. Por isso é de alta relevância esse fato.

Uma iniciativa como essa do Metrô DF, por exemplo, não só diminui suas despesas com energia como transforma a própria estação em uma pequena usina de captação de energia solar, permitindo a redução de consumo e, conseqüentemente, diminuindo a dependência da energia das hidrelétricas e termoeletricas, cujos custos estão em ascensão, em função da política desastrosa do Governo Federal no setor elétrico. Desastrosa por que, nobre Senador Lindbergh? Porque em vez de optarmos para uma discussão mais tranquila com o setor do meio ambiente, com outros setores, optamos pelo mais fácil, que é fazer usinas sem reservatório, fazer usinas hidrelétricas caríssimas a fio d'água. Numa usina tipo Belo Monte, que poderia gerar até 14 mil mega, vamos gerar 4.500 mega firme. Quer dizer, nós vamos gastar 38 bilhões. Se aplicássemos metade desse custo para transformar captadores de termovoltas em neste Brasil afora, para que os nossos bancos, tipo Banco do Brasil, Caixa Econômica e bancos estaduais, pudessem financiar esse sistema para cada dona de casa, para cada empresário, para cada microempresário interessado no prazo de cinco anos, porque esse sistema se paga no prazo de cinco anos, nós estaríamos contribuindo para uma melhor operacionalidade do nosso sistema, estaríamos contribuindo para o ecossistema ao evitar a geração de energia termoeletrica via derivados de petróleo altamente poluentes e causadores de chuvas ácidas e estaríamos ajudando, no geral, a economia do nosso País com a melhor distribuição desse importante insumo que é a energia elétrica.

Por isso a política levada com essa discussão um pouco apressada com relação a algumas usinas hidrelétricas, como Santo Antônio, Jirau, a própria Belo Monte, optando-se por uma alternativa mais fácil, que é a de fio d'água ou sem reservatório, levou o Brasil a fazer investimentos de milhões e ter pouco retorno, ou um retorno, pelo menos, bem menor do que poderia ter e ficar na dependência contínua da energia.

Segundo Marcelo Dourado, que é o Presidente da Companhia Metropolitana aqui em Brasília, a estação Guariroba será a primeira da América Latina e a quarta em todo o mundo a ser autossuficiente em energia, depois de Milão, Nova Iorque e Nova Déli – Milão na Itália, Nova Iorque nos Estados Unidos, Nova Déli na Índia. Quando o sistema for estendido para as outras 23 estações do Distrito Federal, do metrô do DF, a economia estimada será da ordem de R\$480 mil, ou seja, 20% dos R\$2.4 milhões que a empresa gasta mensalmente com a energia elétrica.

Outras medidas projetadas têm impacto mais ambiental, como a reutilização sustentável da água da chuva, recolhida nos telhados das estações e no pátio da manutenção das composições.

Nesse tempo, Senador Lindbergh, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de crise da questão da água em nosso País, em que se vê cidade importante, como São Paulo, passando dificuldade com esse insumo tão importante, inclusive o seu belíssimo Rio de Janeiro passando também dificuldade, quando se verificam atitudes muito empregadas na Austrália e na Nova Zelândia, de reuso e aproveitamento da água da chuva ou até mesmo do reuso daquela água que foi reusada, que a gente pode utilizar para fazer lavagem de veículos, para fazer lavagem de casa, essas outras questões, essas medidas são de alta relevância para que o nosso País deixe essa

dependência contínua de alguns insumos básicos para a nossa sobrevivência. E a água é um bem precioso de que a gente não pode prescindir.

Embora bastante louvável e inovadora do ponto de vista do interesse público, essa iniciativa ainda é relativamente tímida do ponto de vista do uso das fontes alternativas de energia, porque muito mais pode ser feito em nosso País. Estamos aqui inclusive trabalhando para isso.

O grande consumo elétrico no metrô se deve principalmente ao movimento das composições, que precisam de grandes blocos de energia para funcionar. Pior ainda, o sistema sofre com as instabilidades do fornecimento, gerando, por vezes, a parada total dos trens e, conseqüentemente, imensos transtornos aos usuários que dependem desse modal de transporte no Distrito Federal.

Como o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo têm os dois maiores sistemas de metrô deste País, acredito que esse projeto-piloto que o Governo do Distrito Federal procura fazer aqui no DF pode servir bastante para ajudar o Rio e São Paulo, num futuro bem próximo, a também fazerem uso desse tipo de energia.

Falando nessa questão, inclusive, estive recentemente na posse da Abifer (Associação Brasileira da Indústria Ferroviária), quando estive com o Clodoaldo, Secretário Metropolitano de Transportes de São Paulo, que carrega cerca de 7 milhões de pessoas, juntando os trens e os metrôs, por dia, no Estado de São Paulo. O nosso querido Clodoaldo se comprometeu comigo, que sou Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, em vir aqui ao Distrito Federal, participar de um fórum de debates conosco, para nos auxiliar e compartilhar a experiência vivida hoje no grande sistema de metrô de São Paulo.

Acho que os seus colegas do Rio também poderiam, sem dúvida, contribuir e colaborar com tal evento. Quando estivermos organizando, quero avisar V. Ex^a para, de repente, convidar os colegas do Rio de Janeiro também para compartilhar as suas experiências.

Infelizmente, a maior parte dos geradores emergenciais continua baseada nos diversos combustíveis fósseis, responsáveis por poluição e aumento de gases que agravam o efeito estufa, além de gerarem uma energia muito mais cara do que a hidrelétrica, por exemplo.

Pensando nesse conjunto de problemas, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2015, de minha autoria, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável, entre outros temas. Nele, propomos a eliminação paulatina da matriz energética brasileira de geração elétrica não emergencial a partir de derivados de petróleo, com redução obrigatória não inferior a 5% ao ano.

No caso da geração emergencial, novas usinas térmicas deverão ter sua localização determinada em função do ponto de conexão dos serviços públicos – como é o caso do sistema do metrô –, que poderão continuar funcionando em caso de queda geral do fornecimento elétrico. Só nesse caso crucial, seria aceito.

Ao mesmo tempo, sugiro uma série de incentivos à instalação de sistemas de geração elétrica por fontes primárias renováveis, especialmente em unidades acessantes de serviços públicos de educação, saúde, assistência social ou de unidades subsidiadas.

O que acontece, nobre Senador Lindbergh e ouvintes por esse nosso Brasil a fora? As escolas brasileiras, principalmente no Nordeste brasileiro, têm sofrido muito para pagar a sua conta de energia. Quase todas têm ficado deficitárias e também isso ocorre nos centros de saúde, nos centros de assistência social.

Então, inclusive, estou marcando uma reunião com o Ministro da Educação e com o Ministro da Saúde, para debatermos uma parceria junto ao Ministério de Minas e Energia e ao Senado Federal, para que juntos definamos leis e propostas para que as várias escolas brasileiras, tal como faço aqui no Distrito Federal com as minhas emendas – e fiz aqui no DF com 17 escolas espalhadas pela cidade – possam servir de exemplo ao povo brasileiro, aos nossos alunos, mostrando que é possível você ter um uso mais racional de energia elétrica; que é possível você ter o uso correto da energia solar via captação fotovoltaica, por painéis fotovoltaicos, e também com a substituição das lâmpadas comuns, fluorescentes ou incandescentes, por lâmpadas de LED, que são 70% mais econômicas, com melhor luminosidade e durabilidade.

Então, esse tipo de proposição é que estou pretendendo com o meu projeto para o nosso País e para a gente conseguir uma proposta piloto junto ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Assistência Social, para que esses importantes centros, espalhados pelo Brasil, possam nos ajudar na propagação dessa importante matriz que é a energia solar.

O objetivo final do Projeto é tentar resgatar o atraso gerado pela não inclusão, no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), de 2002, das fontes de geração de energia elétrica a partir da conversão da luz ou calor solar, entre outras.

Como é isso, Senadores e Senadoras? O Proinfa propiciou que o Brasil, que continha uma experiência de energia eólica, passasse a popularizar essa importante matriz energética. Isso tem ocorrido de 2002 para cá. Então, nesses últimos oito anos, o Brasil, que era traço na geração da energia eólica, passou hoje a ter 4% da sua matriz elétrica brasileira de energia proveniente dos ventos. E a cada dia mais, esse insumo energético

proveniente da energia eólica fica mais barato, mais em conta, e contribui mais com o nosso sistema, evitando a poluição do meio ambiente.

Então, é a mesma coisa que, com o meu projeto, eu pretendo fazer agora. Para corrigir as injustiças de não ter feito isso naquela época com a energia fotovoltaica solar, que nós o façamos agora em nosso País o mais rápido possível.

Esperamos, assim, poder alavancar os ganhos de escala, a aprendizagem tecnológica e a competitividade industrial no mercado interno, notadamente para a geração a partir do sol, conforme já aconteceu com as pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas, a biomassa e eólica, originalmente beneficiadas pelo Proinfra, como eu citei, em 2002.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a solução para o nosso problema energético é a ampliação de oferta de energia renovável e barata. Entretanto, ainda identificamos inexplicáveis restrições, como os subsídios que artificialmente dão competitividade a soluções tecnicamente inferiores do ponto de vista das tecnologias atuais de geração.

Nobre Senador Lindbergh, em países como Portugal, nosso irmão europeu, como a Espanha, como a Alemanha, e nos nórdicos, Suécia, Noruega, que têm menos sol do que a gente, inclusive, hoje esse insumo energético, tanto do sol, da energia fotovoltaica, quanto da energia eólica, já representa praticamente mais da metade da sua geração de energia.

Isso faz com que haja um barateamento do valor da energia, com que possa haver maior consumo pela população, maior industrialização – porque ninguém consegue desenvolver ou fabricar alguma coisa se não tiver energia elétrica –, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento do País. E é exatamente isso que pretendo com o meu projeto, junto com os demais projetos que já estão rolando nesta Casa, para que a gente propicie que essa matriz energética tão importante seja uma realidade em nosso País.

A tributação do setor também é bastante complexa. Você, que é um cara que está na Subcomissão da Tributação, é importante dialogar. Por exemplo, o Estado de Minas Gerais é pioneiro em nosso País, onde só cobra o tributo via diferença de fluxo. Um exemplo: há aqui uma casa que está com painéis fotovoltaicos em cima. O.k.? Ela é interligada na rede. Durante o dia, ela gera energia, ou seja, ela gera a energia que ela consome, e o excesso ela devolve para a rede; há um relóginho que marca isso, está certo? Durante a noite, que não tem sol, ela consome da rede; um relóginho também que marca isso.

Os Estados brasileiros, à exceção do Estado de Minas Gerais, cobram o montante global, ou seja, há uma bitributação na questão. O Estado de Minas tem uma lei especial, lá – por isso que Minas Gerais é o Estado onde há o maior desenvolvimento em energia fotovoltaica do nosso País – essa cobrança só é feita pela diferença de fluxo, o positivo com o negativo. Isso nós precisamos fazer para o Brasil todo.

Há uma discussão dessa questão no Confaz. Segundo o Ministro Levy, naquela audiência que nós tivemos com ele aqui, na CAE, e o nosso Ministro Nelson Barbosa, só faltam apenas dois Estados concordarem, para que – o Confaz, que tem que decidir ainda hoje, por unanimidade – a gente tenha esse procedimento de cobrar só pela diferença de fluxo em todo o País.

Brasília tem o compromisso do nosso Governador Rodrigo Rollemberg, com o qual contribuo, no intuito de zerar os tributos, de dar todo um incentivo para a geração da energia fotovoltaica. Tanto é que estou recebendo um grande apoio pelas emendas que apresentei para pôr nessas 17 escolas em três hospitais grandes dessa cidade a questão da energia fotovoltaica e da troca das lâmpadas por lâmpadas de LED, 70% mais econômicas, e o Governo do Rodrigo Rollemberg comprometeu-se comigo, tem uma expectativa de até o final dos quatro anos de mandato a gente propiciar que todas as escolas do Distrito Federal sejam atendidas por essa importante fonte energética que é a energia fotovoltaica.

Devemos incentivar a inovação na área de geração de energia, apostando cada vez mais em soluções mais simples, que possam ser multiplicadas em escala, como é o caso da microgeração da energia fotovoltaica ou a partir da biomassa, que hoje é uma grande realidade no Estado de São Paulo, porque para quem chega a São Paulo via Ribeirão Preto, é um canavial só até a cidade de Pirassununga. São Paulo hoje virou um verdadeiro canavial, as terras do Estado do Interior de São Paulo, onde as usinas de geração de açúcar e de álcool já são autossuficientes em energia via geração de energia também de biomassa, que é outra energia importante que aproveita todo o insumo do bagaço da cana, dando uma economia substancial para o produtor, para o usineiro, fazendo com que o custo tanto do açúcar quanto do álcool fique um pouco mais favorável ao consumidor, dando melhor condição operacional àquele setor.

Quero estender os meus cumprimentos ao Governo do Distrito Federal, pelas iniciativas de sustentabilidade energética, e que eles contem comigo quando quiserem ir mais longe nessa inovação.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Sr. Senador Presidente Lindbergh Farias, nobres Sras e Srs. Senadores. Quero agradecer aos ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado, e dizer que farei o que eu puder nesta Casa

para que a nossa dona de casa, para que essa energia doméstica chegue a todos os brasileiros. Vou fazer uma discussão legal, por isso estou na Comissão de Assuntos Econômicos, por isso estou na Comissão de Infraestrutura, por isso estou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Precisamos, em primeiro lugar, propiciar que o nosso País – maior produtor de silício do mundo –, o Brasil, possa produzir essas células fotovoltaicas por um preço competitivo, por um preço acessível, para que a nossa camada mais carente da população consiga adquiri-lo, com condições de instalar e de ter sua energia elétrica, inclusive naqueles locais onde a rede elétrica não chega de forma convencional, como forma alternativa para esse importante insumo.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Quero agradecer a V. Exª e a todos os ouvintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço e parablenizo V. Exª pelo pronunciamento, pelo didatismo, Senador Hélio José, pois é um tema extremamente relevante sobre sustentabilidade energética, energia fotovoltaica, energia eólica. V. Exª fez um discurso aqui que considero muito didático, não sendo especialista, quero parabenizá-lo e convidar V. Exª para assumir a Presidência, porque sou o último orador inscrito e quero agora fazer um pronunciamento sobre a CPI de Assassinato de Jovens. Vamos ter uma audiência pública extremamente importante sobre esse tema, às 19h30, com transmissão pela TV Senado.

Passo a Presidência ao Senador Hélio José.

O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – É com muita alegria que assumo esta Mesa, passando a palavra a esse jovem batalhador, ex-prefeito de Nova Iguaçu, nosso Senador Lindbergh Farias, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado, em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. As mulheres e os homens negros sofreram por mais de três séculos com a opressão, em benefício de uma minoria de senhores que controlavam vidas, terras, produção agrícola e os destinos da Nação.

A abolição da escravidão não foi fruto da bondade da Princesa Isabel, mas resultado de um processo de luta e resistência de escravos, que organizaram os quilombos para se proteger e viver. Foi muito importante a luta também do movimento abolicionista, que reuniu intelectuais, escritores, diplomatas e parlamentares, como Joaquim Nabuco.

Nabuco considerava a escravidão o centro de todo o nosso organismo social, que impôs consequências perversas para o País em todas as áreas. Para ele, a resolução desse conjunto de distorções estaria condicionada à tarefa da libertação dos escravos. Com a emancipação, seria inaugurada uma época nova marcada por reformas sociais para apagar todos os efeitos do regime.

A escravidão foi abolida, mas o sonho de Nabuco de apagar todos os efeitos do regime ainda não se realizou. Por isso, boa parte do movimento negro não comemorou o 13 de Maio, por considerar a assinatura da Princesa Isabel um ato formal, que não foi seguido por um conjunto de reformas necessárias para a emancipação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, os 350 anos de escravidão, que submeteram gerações e gerações no Brasil, deixaram duas heranças: a violência como instrumento de opressão e o racismo como forma de dominação. Vejam um número alarmante: das 56 mil pessoas que são assassinadas todos os anos no País, 53% das vítimas são jovens. Desses jovens mortos, 77% são negros, mais que três quartos, e 93% são do sexo masculino.

Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuportável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A herança da violência e do racismo que a escravidão deixou está viva e representa um problema estrutural e sistêmico para o nosso País. E precisamos debater essa questão, fazer um diagnóstico e construir políticas para enfrentar o que o movimento negro chama de genocídio da juventude negra.

Na semana passada, realizamos a segunda sessão da CPI do Assassinato de Jovens, que foi instalada no Senado Federal, e apresentamos nosso plano de trabalho. Aqui está a nossa Presidente, Senadora Lídice da Mata, daqui a pouco, às 19h30, teremos uma audiência pública extremamente importante. E consideramos que essa CPI trata de um tema importantíssimo, que representa uma tragédia nacional: a morte de jovens brasileiros e brasileiras, de 12 a 29 anos, em homicídios dolosos.

Hoje – acabei de me referir a isso –, às 19h30, teremos a nossa primeira audiência pública, que será televisada e transmitida pela TV Senado, e contará com a presença do Dr. Ignacio Cano, que professor e fundador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; do Prof. Marcelo Nery, professor do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; e do Dr. Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E essa primeira audiência pública tem vistas na apresentação de dados e indicadores sobre homicídios de jovens nos últimos anos.

Os dados do relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, divulgado na semana passada, apontam que a juventude negra é a principal vítima da violência no País. Jovens negros têm duas vezes e meia mais chances de serem assassinados, do que jovens brancos.

O Estado onde nasci, a Paraíba – sou Senador pelo Rio, mas sou paraibano – tem o segundo pior coeficiente do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, atrás apenas de Alagoas. Lá, a taxa de homicídios de negros é 13 vezes maior que a de brancos.

Os homicídios dolosos são a primeira causa de mortes entre os jovens. Esse índice é considerado epidêmico pela ONU e faz do País um recordista num dos índices mais trágicos: o mapa mundial da violência.

O nosso País passou por grandes avanços sociais e econômicos nos últimos 13 anos, com a expansão de políticas de transferência de renda, a redução do desemprego, a ampliação do trabalho formal e a valorização do salário mínimo. Em 30 anos, o Brasil conquistou a democracia, aprovou a Constituição Federal, controlou a inflação e implementou um programa amplo de políticas sociais que melhorou a vida de milhões de pessoas. As políticas dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Duma reduziram desigualdades e tiraram 36 milhões de brasileiros e brasileiras da linha de pobreza.

No entanto, a violência contra a nossa juventude não diminuiu de forma significativa, e o número de assassinato de jovens envergonha o nosso País. Nos últimos 30 anos, enquanto a taxa de homicídios da população não jovem no Brasil cresceu 118%, que é um número absurdo, a de jovens cresceu 194%. Todo ano, 56 mil famílias sofrem com a perda de um jovem morto de forma trágica. Já os homicídios por arma de fogo, nesse mesmo período, saltaram, pasme, Senador Hélio José, 463% entre jovens de 15 a 29 anos – o aumento de homicídios por arma de fogo, em 30 anos, subiu 463%!

Compreendemos que o Estado brasileiro tem responsabilidade. E os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, nas esferas municipais, estaduais e nacional, precisam enfrentar essa questão. No Senado Federal, podemos dar uma importante contribuição.

Sr. Presidente, a CPI do Assassinato de Jovens começa seus trabalhos em um momento de discussão da PEC 171, de 1993, que prevê a redução da maioridade penal; o PL 3.722, de 2012, que altera o Estatuto do Desarmamento; o PL 4.471, de 2012, que acaba com os autos de resistência; e a PEC 51, de minha autoria, que trata da reformulação do sistema de segurança pública e do modelo de polícia no País.

Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, realmente é alarmante! Brasília está estarrecida: para V. Ex^a ter uma ideia, de sexta para cá, nós tivemos o assassinato de um ex-policial da PM de Brasília e atual policial federal, que deixou órfã uma família, e ele era um jovem, tinha menos de 30 anos; tivemos o assassinato de um sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, covardemente assassinado a tiros; e ainda tivemos o assassinato de um conterrâneo seu – V. Ex^a é paraibano, mas adotivo do Rio de Janeiro –, que era um coronel do Exército, vítima de uma armação ardilosa; por causa de sua pensão, a sua esposa armou a situação, lamentavelmente, que o vitimou, e fizeram um sequestro relâmpago, e assassinaram o jovem coronel do Exército brasileiro. É alarmante, é preocupante!

Então, V. Ex^a tem total acerto, quando coloca esses dados preocupantes, e o nosso País precisa analisá-los com muito cuidado, para, inclusive, não piorar a situação. Quando falamos sobre essa questão de maioridade penal, sobre essa questão de nossas penitenciárias lotadas, vemos que isso não vai servir para poder sanar esse grave problema da violência que temos no País, principalmente fruto de algumas injustiças sociais. Quando vemos que projetos, como o de terceirização e outros projetos, vêm acentuar essa degradação do nosso povo brasileiro, precisamos, realmente, ter muito cuidado, como estamos fazendo aqui, nesta Casa, para evitar exatamente que esses índices alarmantes de crime, de violência continuem aumentando em nosso País e fazendo da gente uma vergonha. Porque um País que é lindo por natureza como o nosso não pode ter tanta violência como percebemos hoje.

Então, quero parabenizar V. Ex^a e dizer que essa CPI da qual V. Ex^a faz parte, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, é de muita relevância para o nosso País, porque os assassinatos da nossa juventude, da nossa maior força de mão de obra ativa, que estão acontecendo hoje, são inaceitáveis. E precisamos fazer alguma coisa.

Muito obrigado, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço muito, Senador Hélio José.

Quero dizer que V. Exª tocou em temas importantes. A gente acabou montando, e V. Exª faz parte, V. Exª fundou esta Frente Parlamentar Progressista aqui, porque nós estamos preocupados com uma série de pautas que vêm da Câmara dos Deputados, numa agenda conservadora que se tenta impor no País. V. Exª falou aqui da redução da maioridade penal, mas eu falo de outro ponto muito importante, o Estatuto do Desarmamento, que foi uma grande conquista da sociedade brasileira – infelizmente, a Bancada da Bala se organiza na Câmara dos Deputados, e eu estou convencido de que, se houver um retrocesso em relação ao Estatuto do Desarmamento, esses números que são terríveis vão explodir.

E aqui eu falo, quando falo da juventude, V. Exª citava o caso do Distrito Federal, mas sinceramente a juventude que está morrendo é a juventude que vive nas periferias, é a juventude mais pobre, é a juventude trabalhadora, são jovens negros, que estão sendo, eu digo, no meu Estado, assassinados pelo tráfico, pela milícia e, às vezes, por uma polícia despreparada. Por isso, quando eu falo da PEC 51, que reestrutura o sistema de segurança pública, introduz o tema da desmilitarização, porque vale dizer, e V. Exª também falou nisso, os policiais estão sendo vítimas desse sistema também. O Brasil é um dos países em que a polícia mais mata, mas em que mais morre também.

E algumas questões nós vamos ter que começar a enfrentar. É um debate difícil de ser feito, mas essa política de guerra às drogas tem fracassado no mundo inteiro. Acho que colocar como centro da estratégia de uma política de segurança de um determinado Governo do Estado o combate ao tráfico de drogas tem penalizado a polícia e a nossa juventude. Não está surtindo o efeito, e mais importante do que qualquer coisa é a defesa da vida, o controle das armas.

Então, acho que este é um debate complexo, mas que nós vamos ter que aprofundar, por meio desta CPI, porque todo mundo sofre pressão dos seus Estados para discutir a questão da violência. Antigamente, a discussão sobre a questão da violência estava muito centrada em São Paulo e Rio. E V. Exª sabe que não é mais isso: agora todos os Estados do Brasil estão enfrentando problemas gravíssimos nessa área, e é preciso que aprofundemos o debate para mudar a estrutura desse sistema que não está funcionando a contento.

Senador Hélio José, estou ocupando a relatoria dessa Comissão, que tem na Presidência esta guerreira Senadora Lídice da Mata; na Vice-Presidência o Senador Paulo Paim. Nós apresentamos um plano de trabalho que tem como objetivo levantar elementos para responder perguntas que consideramos importantíssimas.

Quem comete um homicídio doloso? Ou ainda, em outras palavras, quem mata? Onde se mata? Quando se mata? Como se mata? Por que se mata? E quem morre?

A primeira tarefa da CPI é levantar mapeamentos e diagnósticos existentes no cenário brasileiro, levando em conta especificidades e complexidades. Vamos trazer ao Senado especialistas, pesquisadores e estudiosos do tema.

Em seguida, realizaremos oitivas com a sociedade civil organizada para o enfrentamento do tema, representantes de instituições, agentes estatais, profissionais de segurança pública, parentes de vítimas da violência letal.

Experiências bem sucedidas no campo da segurança pública, com efetivos resultados na redução de homicídios dolosos, em Município e Estados brasileiros, assim como na seara internacional, serão objeto da nossa atenção.

Por isso, contaremos com o apoio de entidades da sociedade, dos movimentos de negros, de mulheres, de jovens contra a violência, movimentos *hip hop*, organizações da sociedade civil ligadas à luta pela paz, dos movimentos por direitos humanos, contra o racismo, de combate à violência contra a mulher, contra a homofobia, contra o extermínio de índios, entre outros. A imprensa e as mídias alternativas bem como as redes sociais também são extremamente importantes, assim como os institutos de pesquisas e os setores acadêmicos.

Nessa CPI, esses atores serão ouvidos e serão protagonistas, com suas múltiplas vozes e olhares, desde o planejamento até a aprovação do relatório final, que pretende propor e recomendar ações efetivas para a diminuição da taxa epidêmica de morte violenta de jovens no nosso País.

Queremos também realizar algumas visitas *in loco* para averiguação, de acordo com a demanda apresentada ao longo dos trabalhos, oitivas com casos específicos e para solicitar diligências, principalmente para compreender novas tendências, como, por exemplo, a interiorização da violência no País – eu já havia falado sobre isso.

No âmbito do apoio institucional, solicitamos a disposição e o empenho para o diálogo das diversas esferas governamentais do Poder Executivo, das várias instâncias do Poder Judiciário e de todos os níveis do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, subi à tribuna do Senado, no dia 6 de abril, com tristeza, para lamentar mais uma morte no Estado do Rio de Janeiro: a morte do Eduardo de Jesus Ferreira, de apenas 10 anos, que tinha morrido dias

antes, quando brincava na porta de sua casa, na comunidade do Areal, integrante do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.

Uma criança foi morta, atingida por um disparo desferido por um policial militar. E não podemos admitir que as crianças e jovens do nosso País sejam assassinados. O Estado tem responsabilidade, e com a CPI daremos a nossa contribuição para aprofundar a investigação da violência letal com apresentação de dados e dinâmicas específicas.

Queremos investigar os temas organizados em dois eixos principais: prevenção e responsabilização.

No eixo de prevenção, abordaremos a questão do controle de armas, o Estatuto do Desarmamento, além da investigação de políticas públicas preventivas, como ações de cultura e lazer, educação e esporte, trabalho e renda, diversidade, enfrentamento ao racismo institucional, saúde e participação social.

No que toca ao eixo de responsabilização, duas frentes deverão ser analisadas: a perseguição criminal de quem comete o crime e a responsabilização política e judicial de instituições e seus representantes.

Assim, chegaremos a questões complexas como a desigualdade do acesso à Justiça, ritos investigativos, atuação de agentes públicos, sistema penitenciário e dinâmicas interinstitucionais. Para isso, dedicaremos esforços no sentido de aprofundar a investigação acerca da violência letal praticada por agentes do Estado.

Sr. Presidente, os números demonstram que as vítimas de homicídios dolosos no Brasil têm idade, cor e sexo que refletem contradições históricas da sociedade brasileira, como a manutenção da escravidão por 350 anos, como o período de industrialização sustentado em duas ditaduras, como um processo de democratização que ainda não se completou e uma era democrática que não conseguiu enfrentar o problema da violência.

O nosso desafio nessa Comissão Parlamentar de Inquérito está acima de qualquer questão partidária ou da alternância natural dos governos que enfrentam o problema. Trata-se de um desafio a todos os brasileiros que comungam do sonho de Joaquim Nabuco de “apagar todos os efeitos do regime” escravocrata.

Com isso, estaremos dando nossa contribuição decisiva para salvar a vida dos nossos jovens, de modo que eles possam ser os destinatários e os beneficiários da profunda transformação social que o Brasil está vivendo nos últimos 13 anos, com uma opção clara pela redução das desigualdades, o que tem o poder de conduzir o País a um novo patamar de cidadania.

Afinal, qual a validade desses avanços se não conseguirmos parar de matar os nossos jovens?

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo, pela tolerância de V. Ex^a, e muito obrigado pelo aparte também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabéns, Senador Rollemberg... Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ainda viro governador como o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza. O Rio de Janeiro o aguarda.

Foi com muita alegria que presidi esta sessão, com a sua fala tão importante para o nosso País. Quero dizer que V. Ex^a nos orgulha por fazer parte desta Casa, por contribuir para que nós tenhamos um País mais justo, mais igualitário, mais fraterno.

Hoje, estive aqui na sessão sobre a Defensoria Pública – aqueles que estão do outro lado, defendendo os menos favorecidos. Foi uma sessão solene importante, assim como é relevante o tema que o trouxe hoje a esta tribuna, ao relatar para o nosso País a necessidade de agirmos em prol do fim da violência.

Então, parabéns, Senador!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Não havendo mais nenhum Senador inscrito, daremos por encerrada esta sessão não deliberativa de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO

Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Marta Suplicy.	SP
---------------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	1
Vago.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-RN)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

VAGO (1)

VAGO (2)

VAGO (3)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (Of. 134/2015-GSRFER).

2. Em 06.04.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mem. 33/2015-GSRROD).

3. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPET).

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR

Finalidade: Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

Requerimento nº 403, de 2015

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalho

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 28/04/2015
Designação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2.
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** . Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 61 33033508

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

4)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADI).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁰⁾
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

***** . Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

***** . Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(10,6)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(16,10)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(16,10)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

- ****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Rocha (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽¹⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
VAGO ⁽⁷⁾	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDDB).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁰⁾	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(5,8,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Ângela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(12,11)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ^(8,6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** . Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 12/03/2015

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTEs
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airtton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PV/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC ⁽⁶⁾
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE ⁽⁸⁾	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE ⁽⁷⁾

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Minoria.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Foneca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. VAGO
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir gacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. ela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - /AC
Bloco da Maioria	
Luiz Henrique	1. aldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário ger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. AGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. AGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. AGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da ta - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. duardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

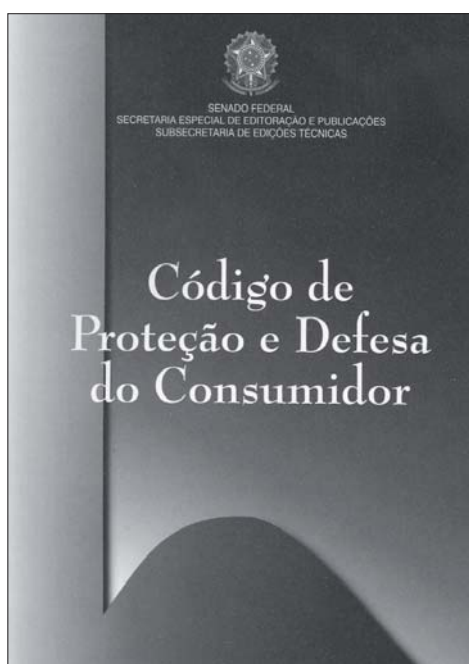
LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 220 páginas
(O.S. 12143/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

